



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO MERCOSUL: análise das atas das Reuniões dos
Ministros de Cultura entre 1998-2010**

Lucas Belmino Freitas

Brasília

Março, 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO MERCOSUL: análise das atas das Reuniões dos
Ministros de Cultura entre 1998-2010**

Lucas Belmino Freitas

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado
do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais,
da Universidade de Brasília, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre

Brasília

Março, 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO MERCOSUL: análise das atas das Reuniões dos
Ministros de Cultura entre 1998-2010**

Lucas Belmino Freitas

Orientadora: Prof. Dra. Mariza Veloso Motta Santos(SOL-UnB)

Banca: Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes (SOL-UnB)
Prof. Dr. Martin Leon Jacques Ibanez de Novion
(CEPPAC-UnB)

Em memória dos meus avós Maria de Jesus e Raimundo Belmino

Agradecimentos

Agradeço à Isabelle Marie pela atenção, afeto e amor que muito me alegra e me conforta e que muito me ajudou durante essa pesquisa. Ao meu pai Marcos Freitas que me apoiou durante todo o período dedicado ao Mestrado. À minha mãe Silvia Belmino que tanto me incentivou e me auxiliou durante essa pesquisa. Aos meus irmãos Ivo e Gabriel pelo carinho e pelo companheirismo que sempre demonstraram.

À minha orientadora Mariza Veloso que novamente me guiou e me ajudou por meio de sua imensa dedicação e atenção e que continua sendo um exemplo intelectual e pessoal para mim.

À todos os meus amigos, que compartilham comigo momentos felizes e boas memórias. Aos meus colegas de curso pelas boas experiências e conhecimentos compartilhados.

Ao departamento de Sociologia da UnB e aos seus professores pela convivência, dedicação e apoio intelectual. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq) pelo auxílio e financiamento da minha pesquisa.

“Numa outra ocasião, eu acompanhava uma delegação presidencial de visita a uma província no norte da Moçambique. O presidente da República apresentava os membros de sua comitiva presidencial. Quando chegou a vez do Ministro da Cultura, o tradutor fez uma pausa e depois se decidiu e anunciou: esse é o Ministro das brincadeiras.” (Mia Couto)

“o mundo social é um lugar de lutas a propósito de palavras que devem sua gravidade – e às vezes sua violência – ao fato de que as palavras fazem as coisas, em grande parte, e ao fato de que mudar as palavras e, em termos gerais, as representações já é mudar as coisas” (Pierre Bourdieu)

Resumo

O objetivo da pesquisa é investigar como a ideia de cultura é apresentada no Mercosul. O trabalho busca entender como que a ideia de cultura utilizada no Mercosul se relaciona com o debate contemporâneo sobre a cultura. O trabalho procura ainda entender como que a ideia de cultura presente no bloco se relaciona com a ideia de desenvolvimento. Para isso, foi realizado a análise das atas das Reuniões dos Ministros de Cultura do Mercosul entre os anos de 1998 e 2010. Considerando os múltiplos modos de se experimentar a cultura, o trabalho busca analisar como a concepção de cultura vai se alterando e com o que ela se relaciona. As atas compreendem as reuniões realizadas durante a gestão de Fernando Henrique e Lula, desse modo, é possível perceber as diferenças e semelhanças no tratamento da cultura durante os dois governos. A primeira parte do trabalho consiste na apresentação do contexto histórico de formação do Mercosul. Após essa primeira parte, o trabalho analisa as atas das reuniões durante o governo Fernando Henrique, discutindo sobre os principais temas presentes na ata. Depois disso, há um breve debate sobre as políticas externas de Fernando Henrique e Lula, apresentando diferenças e similaridades e, por último, uma análise das atas das reuniões durante o governo Lula.

Palavras Chaves

Mercosul; cultura e desenvolvimento; cultura e relações internacionais; sociologia da cultura

Abstract

The objective of the research is to investigate how the idea of culture is presented in Mercosur. The work intends to understand how the conception of culture used in Mercosur is related with the contemporary debate about culture. The work seeks to understand how the idea of culture relates to the idea of development in Mercosur. For this reason, this work will do an analysis of the minutes of meetings of the ministers of Culture of Mercosur between 1998 and 2010. Considering the many ways of experiencing the culture, the work seeks to analyse how the idea of culture changed and which what it was related. The minutes include meetings held during the administration of Fernando Henrique Cardoso and Lula, thus is possible see the differences and similarities in the treatment of culture during the two governments. The first part of the paper consists in the presentation of the historical context of the formation of Mercosur. After this first part, the paper analyses the minutes of the meetings during the Cardoso administration, discussing the main themes present in the minutes. After that, there is a brief discussion on the foreign policies of Cardoso and Lula, showing differences and similarities, and finally, an analysis of the minutes of the meetings during the Lula's government.

Key Words

Mercosur; culture and development; culture and international relations; sociology of culture

Lista de abreviaturas

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de contabilidade e controle de materiais nucleares
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ADC	Análise de Discurso Crítica
AEIA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-americana de livre comércio
ALCA	Área de livre comércio das Américas
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAN	Comunidade Andina
CEPAL	Comissão Econômica da ONU para a América Latina
CMC	Conselho do Mercado Comum
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
EUA	Estados Unidos da América
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul
GATT	Acordo Geral de Tarifas
GMC	Grupo Mercado Comum
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINC	Ministério da Cultura
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPA	Operação Pan Americana

PAC	Política Agrícola Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
POP	Protocolo de Ouro Preto
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
RECAM	Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosu
RMC	Reunião dos Ministros de Cultura do Mercosul
SAM	Secretaria Administrativa do Mercosul
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das nações unidas sobre comércio e desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

Introdução	12
Análise do discurso	15
Capítulo 1. Cultura e integração regional	18
Integração latino-americana	18
O pensamento cepalino e a integração latino americana	20
Aproximação entre Brasil e Argentina	23
Criação do Mercosul	27
Consolidação do Bloco	29
Crise no Mercosul	31
A agenda não comercial do Mercosul	32
O Mercosul e os agentes externos	35
Capítulo 2. Desenvolvimento, Diversidade e Políticas de Reconhecimento	39
Cultura como recurso e fronteiras	39
Políticas culturais e soft power	47
Celso Furtado e o debate sobre o desenvolvimento	53
Unidade nacional e diversidade cultural, direito cultural e globalização	62
Políticas de reconhecimento	72
Capítulo 3. Política externa de Fernando Henrique e Lula: semelhanças e contrastes	79
Capítulo 4. Organizações Internacionais, Criatividade e Indústrias Criativas	84
Cultura e Organizações Internacionais	84
Criatividade e Indústrias Criativas	86
Linguagem, Cooperação e Crise econômica	95
Considerações finais	105
Referências bibliográficas	109

Introdução

A cultura é um conceito muito trabalhado pelas ciências sociais, diversos autores de distintas tradições de pensamento já tentaram definir o que é cultura e entender como ela opera. Além do seu uso acadêmico, a concepção de cultura está presente em diversos discursos e é utilizada como instrumento discursivo de diversos indivíduos e instituições. No Mercosul, a concepção de cultura adquiriu recentemente enorme significado, muitas vezes é utilizada como forma de reiterar a existência de uma identidade comum, em outros casos é empregado no sentido de incentivar o intercâmbio de bens simbólicos. É preciso deixar claro, no entanto, que em nenhum dos documentos analisados é possível encontrar uma definição clara de cultura, e nem, tampouco, é o objetivo desse trabalho definir o que é cultura. O objetivo desta pesquisa é analisar a dimensão da cultura presente no processo de integração regional latino-americana, mais especificamente sobre a agenda cultural presente na integração do cone sul. Os processos de integração regional obtiveram significativa importância econômica e política na contemporaneidade, esses processos foram alvo de análise de muitos pesquisadores. Essa pesquisa, no entanto, se concentra no processo de integração regional do Mercosul.

A inserção da temática cultural no Mercosul é introduzida oficialmente a partir da criação das Reuniões de Ministros de Cultura do bloco. A primeira Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul aconteceu na cidade de Canela, no Rio Grande do Sul, em 1996. Fruto dessa reunião surgiu a chamada Ata de Canela, nessa ata foram sugeridas agendas que, posteriormente, viriam a ser trabalhadas no âmbito dessas reuniões. Exemplos de temas citados foram a adoção da data de 17 de setembro como o dia do patrimônio histórico do Mercosul, a convocação para a elaboração de um projeto comum nas missões jesuítas do Guaraní e a manifestação da vontade de se construir uma rede de informação regional integrada que estivesse incluída no SICLAC (Sistema de informação cultural da América Latina e Caribe). Na segunda reunião de Ministro da Cultura do Mercosul, ocorrida, também, em 1996, foi decidido pela aprovação do Protocolo de Integração Cultural (Ata de Fortaleza).

Nesse protocolo está contida a percepção de que a cultura apresenta um papel fundamental para a integração regional.

“Conscientes de que a integração cultural constitui um elemento primordial dos processos de integração e que a cooperação e o intercâmbio cultural geram novos fenômenos e realidades; inspirados no respeito à diversidade das identidades e no enriquecimento mútuo; cientes de que a dinâmica cultural é fator determinante no fortalecimento dos valores da democracia e da convivência nas sociedades.”
(PROTOCOLO, 1996)

A representação brasileira na Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul é realizada pelo Ministério da Cultura. A presidência pró-Tempore da Reunião dos Ministros da Cultura do Mercosul é feita a partir de rodízio, em que os Estados membros alternam no exercício da presidência, em 2013 Brasil exercia a presidência pró-Tempore. Participam, ainda, da reunião representantes dos Estados associados ao Mercosul e convidados. Foi criado, ainda em 1996, o Parlamento Cultural do Mercosul que reúne as comissões de cultura do poder Legislativo dos países membros. O objetivo do Parlamento cultural do Mercosul é dar apoio legislativo ao Mercosul Cultural. Em 2003, foi criado pelo Grupo Mercado Comum a Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul(RECAM). A representação brasileira na RECAM é exercida pela Secretaria do Audiovisual/SAV-MINC, sendo a Agência Nacional do Cinema(ANCINE) a representante substituta.

O trabalho busca analisar a questão cultural no Mercosul, procurando compreender como ocorre a aproximação entre as concepções de cultura e desenvolvimento no Mercosul. Busca-se entender a relação entre a cultura e a integração regional e como a noção de cultura é utilizado para um fim político de integração. A hipótese do trabalho é que a concepção de cultura, no Mercosul, sempre esteve atrelada à noção de desenvolvimento e que o entrelaçamento dessas duas concepções é utilizada visando à integração regional.

É importante ressaltar que a análise procura entender a correlação entre cultura, desenvolvimento e integração no interior de um discurso específico, o discurso oficial do Mercosul. Desse modo, vale ressaltar que a produção, difusão, e validação desse discurso apresenta características próprias, não se confundindo, necessariamente, por se tratar de discurso proferido em um âmbito intergovernamental, com os discursos dos Estados membros, nem com os discursos produzidos por sujeitos que ocupam lugares de fala diferenciados dentro da estrutura do Estado.

A análise dos discursivos intergovernamentais apresenta-se como ferramenta importante para se entender a integração regional, na medida em que expressam valores, concepções e crenças. Essa forma de análise permite compreender as alterações históricas que o discurso sobre a cultura no bloco vai sofrendo e facilitar a percepção sobre as articulações entre a cultura e outros enunciados.

Na primeira parte do trabalho é realizado um esforço de narração histórica dos principais marcos do processo de integração do Mercosul. Assim, a primeira parte inclui uma descrição das tentativas de integração anteriores e dos acontecimentos que envolveram os países do bloco antes da criação do Mercosul. Essa primeira parte é relevante pois a descrição do contexto histórico é conveniente para melhor situar o objeto de estudo desse trabalho.

A próxima parte do trabalho é a análise dos documentos escolhidos. Os documentos abordam diversas temáticas que versam sobre a cultura no bloco, como a identidade regional, os direitos culturais, a diversidade cultural, entre outros temas relevantes. As atas das reuniões foram escolhidas como objeto de estudo pela abordagem que fazem a respeito dos principais temas sobre cultura no Mercosul, além disso, o próprio modo de fabricação dessas atas é relevante. Na medida em que as atas expressam uma vontade comum dos países do bloco, elas servem para averiguar como os Estados da região pensam e refletem sobre a temática cultural. As atas analisadas foram aquelas realizadas entre os anos de 1998 e 2010, a escolha do recorte deve-se à busca de um certo distanciamento temporal em relação à data

de confecção das datas, mas deve-se também principalmente ao fato de que o recorte temporal escolhido corresponde ao período das administrações dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Na execução desse trabalho foi analisada as mais relevantes atas das Reuniões de Ministro de Cultura do Mercosul. A análise consiste em extrair desses documentos os mais significativos enunciados sobre a esfera cultural. Para tanto, o trabalho é dividido em diversos sub itens e em cada um desses itens buscou-se discutir os principais temas abordados nos documentos.

O Mercosul é uma organização internacional muito importante para o Brasil. As exportações brasileiras para esses países são muito significantes, a Argentina, por exemplo, é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. O Mercosul possui uma característica interessante que é a importância dada a agenda não econômica. Entender como a concepção de cultura se articula com outras concepções pode ser relevante para se entender melhor essa integração regional.

O objeto escolhido para análise aponta para diversas interpretações sobre a cultura e, desse modo, é possível discutir o modo como a cultura é entendida pelos países do bloco. No entanto, por se tratar de atas de reuniões oficiais dos ministros dos países do Bloco, os documentos não permitem a análise dos conflitos inerentes ao processo de formulação desses tipos de documentos. As atas apresentam apenas o resultado final das reuniões e, assim, não é possível abarcar as disputas e as performances dos atores envolvidos.

Por certo a investigação sobre os conflitos e as performances dos representantes dos países do bloco é relevante, porém o recorte escolhido não permite essa análise. O trabalho foca, desse modo, na relação entre as ideias de cultura apresentadas pelos países do Mercosul e o debate contemporâneo sobre a cultura, debate que envolve diversos atores e instituições acadêmicas, mas também organizações não governamentais e organizações internacionais.

Análise do discurso

Michel Foucault defende que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, organizada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos. Toda produção de discursos, para Foucault, tem uma ligação com o desejo e o poder, porém o discurso não é só aquilo que manifesta o desejo, mas aquilo pelo o que se luta. Toda a produção discursiva que ocorre no interior de uma sociedade é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada, e redistribuída. Todo discurso tem em si uma vontade de verdade, que, as vezes, se apoia na institucionalidade para exercer sobre outros discursos um poder de coerção. Torna-se, desse modo, muito importante o lugar de fala de onde o discurso é emanado. (FOUCAULT, 1999)

Para Foucault, é necessário identificar a pessoa que fala, especificar o titular da fala que transmite ao receptor uma presunção de verdade. É, também, importante descrever os lugares institucionais em que se fala, assinalando o processo histórico de formação dessa instituição como espaço autorizado da prática discursiva. É preciso salientar, ainda, a posição ocupada pelo sujeito do discurso com relação às outras instituições presentes. (FOUCAULT, 1986)

Fairclough é um autor que pode ser identificado como pertencendo a tradição da Análise de discurso crítica (ADC), ele foi o primeiro autor a fazer uso dessa expressão. A ADC desenvolveu um método para a análise da linguagem como prática social, almejando à investigação das transformações das práticas sociais contemporâneas. Buscava-se, desse modo, propor um método para se analisar, interpretar, e descrever a linguagem em um contexto histórico. (MAGALHÃES, 2005)

Fairclough entende o discurso como um grande processo de interação social que incluem o processo de produção e interpretação do texto. O texto, desse modo, é apenas uma parte dentro de um processo que envolve tanto as condições sociais de produção do texto, como as condições sociais de interpretação. Essas condições sociais referem-se a diferentes

níveis de organização social, o meio em que é produzido o texto, o nível da instituição social, que representa uma matriz mais ampla para o discurso, e o nível da sociedade como um todo. (FAIRCLOUGH, 1989)

O discurso contribui com a construção das identidades sociais, ou posições de sujeito. Essa função do discurso se relaciona com o modo pelo qual as identidades sociais são estabelecidas no discurso. O discurso, também, colabora para a edificação das relações sociais entre as pessoas, concebendo a forma em que as relações sociais entre os participantes são representadas e negociadas. Por último, o discurso influencia a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. A prática discursiva permeia processos de produção, distribuição e consumo textual. Os textos são produzidos em contextos distintos, a produção de textos de diferentes gêneros textuais está associada a situações, rotinas, e procedimentos diferenciados. Além de contextos distintos de produção, há, também, conjunturas específicas de consumo. A forma como o texto é consumido varia de acordo com o contexto social, e com o trabalho interpretativo empreendido por outros autores. (FAIRCLOUGH, 2001). As trocas internacionais de ideias são submetidas a fatores geradores de confusão. Os textos, muitas vezes, circulam sem referência ao seu contexto de produção, e, por isso, permitem interpretações distintas. A circulação da ideias ocorre em contextos sociais diferenciados, e perpassam procedimentos de produção que influenciam na forma em que o texto é percebido em determinado campo. (BOURDIEU, 2002)

“a transferência de um campo nacional a outro se faz através de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? quem traduz? quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente ‘desmarcado’) através da casa de edição, a coleção, o tradutor e o prefaciador (que apresenta a obra se apropriando e anexando a sua própria visão e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de recepção e que faz apenas raramente o trabalho de reconstrução do campo de origem, primeiro porque é muitíssimo difícil); uma operação de leitura enfim, os leitores aplicam à obra categorias de percepção e problemáticas que são o produto de um campo de produção diferente.” (BOURDIEU, 2002:10)

Fairclough, ao analisar a mudança discursiva, está preocupado em entender como os produtores e intérpretes utilizam códigos e elementos de maneira inovadora, e como aproximam convenções discursivas distintas, produzindo eventos discursivos inéditos. Esses novos rearranjos podem afetar tanto a ordem discursiva local, como a ordem discursiva em um nível mais amplo. (FAIRCLOUGH, 2001)

O discurso sobre a cultura elaborado no âmbito regional sul-americano sofreu modificações durante a história. Desse modo, considerando que os discursos sofrem influência de elementos e códigos inovadores, e, além disso, se articulam com convenções discursivas distintas, formando novos discursos, é importante descrever o percurso histórico da ideia de cultura e sua inserção na agenda internacional e regional, priorizando, nesse momento, como o repertório cultural tornou-se uma importante variável para a atuação dos Estados.

Capítulo 1. Cultura e integração regional

Integração latino-americana

O fenômeno da integração é um processo muito importante do cenário político contemporâneo. Com o fim da Segunda Guerra, diversos avanços foram realizados visando ao processo de integração regional, principalmente na Europa Ocidental. O desenvolvimento de uma política de segurança comum foi um pré-requisito importante no caso europeu. Outra variável importante para a integração europeia foi a presença norte-americana no continente, por meio do Plano Marshall, que contribuiu para a emergência de um modo de organização supranacional responsável por gerir os recursos desse plano de resgate econômico.

Com o fim da Guerra Fria e a descolonização Afro-asiática, novos países e organizações passaram a ter um papel mais destacado na cena internacional, ao mesmo

tempo em que a integração econômica, tanto regional como global, adquire mais preponderância na agenda. A criação da Organização Mundial do Comércio(OMC), em 1995, contribuiu para a criação de um ambiente favorável a negociação de acordos multilaterais, porém, ao mesmo tempo, permitia a criação de acordos regionais. O OMC registrou, entre 1995 e 2003, 265 acordos regionais de comércio (BISWARO, 2011)

A relação entre o Brasil e os países do cone sul sofreu diversas alterações ao longo da história, passando por momentos de rivalidade e de conflito e ocasiões de cooperação e de integração. A aproximação entre o Brasil e Argentina a partir da década de oitenta mostra-se muito relevante principalmente ao considerar que a maior parte da história das relações entre Brasil e Argentina foi marcada muito mais por conflitos do que pela cooperação.

A rivalidade entre os países foi uma herança deixada pelos impérios europeus. A disputa entre Portugal e Espanha por territórios na América durou mais de três séculos. A instabilidade dos limites entre o Brasil e a Argentina foi herdada dos litígios entre o Vice-reinado do Prata e a colônia portuguesa. A tensão entre Brasil e Argentina se acentuou com o fim da Guerra do Paraguai, apesar de não existir competição econômica entre os dois países, pelo contrário existindo, inclusive, complementação econômica, Brasil e Argentina viviam momentos de tensões e rivalidades. “dois anos depois, em 1882, o general Júlio A. Roca, então presidente da Argentina julgara, entretanto, inevitável a guerra com o Brasil, uma guerra fatal a que ambos os países estariam destinados por contraposição de interesses e choque de civilizações” (MONIZ BANDEIRA, 1998:296)

A crise diplomática na primeira década do século XX é um exemplo do status do relacionamento bilateral. A crise entre os chanceleres brasileiro e argentino, Estanislao Zeballos e Barão do Rio Branco, se relaciona com o equilíbrio de forças na região e foi bastante noticiada pela imprensa da época, O chanceler brasileiro preocupado com desequilíbrio de forças, devido ao forte crescimento argentino e à estagnação brasileira, procurou aproximar-se dos Estados Unidos, além de investir no programa naval brasileiro. (GONCALVES; LYRIO, 2003)

Uma ideia muito importante que influenciou a prática diplomática de vários países do continente foi o pan-americanismo. A dicotomia América-Europa esteve presente na política externa brasileira desde seus primórdios. O aumento da influência do pan-americanismo ocorre a partir da Proclamação da República. As raízes do pan-americanismo se encontravam numa concepção de um histórica comum, marcada pela resistência ao colonialismo e pela adoção do modelo republicano. A ideia de América não foi muito bem aceita pela burocracia imperial brasileira. O Brasil, de certo modo, encontrava-se isolado em relação ao resto do continente, por se tratar da única monarquia remanescente. Com a Proclamação da República, houve uma mudança drástica em relação ao americanismo. Essa postura pode ser exemplificada pela participação brasileira na Conferência de Washington(1889), após a queda da monarquia, a orientação ao corpo diplomático foi alterado, buscando demonstrar maior simpatia ao pan-americanismo. (SANTOS, 2005)

A Conferência Pan-Americana de 1928, em Havana, foi um símbolo da deterioração do pan-americanismo. O sentimento antiamericano tinha aumentado consideravelmente após a uma série de intervenções dos Estados Unidos em países da América Central, como o controle sobre a República Dominicana entre 1916 e 1924, a ocupação do Haiti desde 1915 e a invasão da Nicarágua em 1926. (GARCIA, 200) Além disso, houve iniciativas intelectuais de uma série de autores latino-americanos, como Rodó e Martí, que buscaram identificar especificidades nos países de origem latina, e, desse modo, contrastá-los com os Estados Unidos. (SANTOS,2005)

O pensamento pan-americanista foi uma variável muito importante para os formuladores da política externa brasileira e para os intelectuais latino-americanos. O debate sobre a dicotomia América/Europa, discutindo o posicionamento dos países do continente em relação ao velho continente, e a discussão sobre a relação entre os países latino-americanos e os Estado Unidos foram constantes no debate intelectual até o início do século XX, porém esse debate influenciou outras discussões como, por exemplo, a questão do alinhamento e da autonomia, que serão posteriormente melhor comentadas.

O pensamento cepalino e a integração latino americana

O termo integração econômica pode referir-se a um leque amplo de fatos. Em geral, a integração está sempre vinculada à ideia de supressão de discriminações. No caso da integração econômica, as discriminações abolidas são aqueles referentes as regras que regulam a economia que fazem a distinção entre o exterior e o doméstico. A integração econômica pode assumir diversas formas, como a zona de livre comércio, união aduaneira e mercado comum.

O período pós-guerra representou um momento em que, por um lado, os EUA passaram a dar menor ênfase aos acordos bilaterais de liberação econômica regional e a focalizar sua ação internacional na reconstrução econômica europeia, por outro, os países latino-americanos começaram a associar a concepção de união regional à noção de integração e desenvolvimento econômico. O surgimento da Organização das Nações Unidas e, posteriormente, da Comissão Econômica da ONU para a América Latina- CEPAL- abriram um espaço de promoção de uma concepção de integração não circunscrita somente ao viés comercial. O pensamento cepalino teve muita influência na América Latina; o desenvolvimento econômico tornou-se o núcleo do debate, acreditava-se que a integração latino-americana juntamente com o programa de substituição de importações seria peça importante para a melhor inserção internacional dessa região. (OLIVEIRA, 2001) “Os projetos de integração regional, incluindo mesmo o Mercosul, cuja origem se dá já no contexto do chamado novo regionalismo, tem sido considerado como fruto direto das iniciativas das elites intelectuais e diplomáticas associadas à tradição da CEPAL, ALALC e ALADI.”¹ (OLIVEIRA, 2001: 52)

O pensamento cepalino influenciou na criação de diversas instituições que visavam à integração regional, uma vez que a integração econômica da região era considerada como

¹ Associação Latino-Americana de Livre Comércio(ALALC), Comissão Econômica para a América Latina(CEPAL) e Associação Latino-Americana de Integração(ALADI).

um conceito principal para essa corrente de pensamento econômico. Em 1960, é assinado o primeiro Tratado de Montevideu; o tratado criou a Associação Latino-americana de livre comércio (ALALC). A ALALC era baseada no princípio da nação mais favorecida, e no princípio do tratamento nacional. A ALALC representa uma tentativa de realizar uma cooperação econômica no continente americano sem a presença dos Estados Unidos, e, ainda, foi o primeiro acordo sobre a integração regional do século XX. O acordo incentivava os países a construir uma área de livre comércio que abrangesse todos os países membros, no entanto, não permitia a consolidação de acordos parciais. O modelo nacional desenvolvimentista dos países membros da associação dificultaram a integração regional, a Cepal incentiva a adoção de práticas protecionistas contra os países industrializados, no entanto, muitos países utilizaram o protecionismo contra os seus vizinhos. Torres(2010) identifica alguns problemas no Tratado de Montevideu como o fato de não haver mecanismos para a criação de uma tarifa externa comum, a inexistência de instrumentos para a melhor distribuição dos benefícios da integração econômica, e a falta de tentativas de harmonização das políticas econômicas.

El proceso de negociaciones que debía llevar al cumplimiento de los objetivos contemplados en la ALALC se estancó durante los años setenta y los países miembros optaron por una reestructuración en 1978. El Tratado de 1960 no había conseguido la desgravación comercial, ni el desarrollo equitativo para los países miembros; los acuerdos de complementación industrial no sirvieron como tales y sólo funcionaban como mecanismos de desgravación de aranceles, lo que llevó a que el acuerdo, en lugar de encaminarse hacia la conformación del mercado común, sólo se convirtiera en una zona de preferencias comerciales restringida para determinados productos. (FAJARDO, 2007:73)

O Pacto Andino surge em 1966 como uma alternativa a ALALC. O Pacto foi fundado por Colômbia, Chile, Venezuela, Peru, e Equador, por meio da declaração de Bogotá. O pacto pretendia adicionar dinamismo e força à integração regional, o acordo foi realizado por países com níveis de desenvolvimento parecidos e com economias mais complementares. O Pacto resultou em aumento de comércio, no entanto um dos seus maiores

membros, o Chile, abandonou o pacto em 1976 por causa de sua busca por uma política de abertura econômica distinta dos outros membros. (FAJARDO, 2007)

Em 1980, foi constituída a Associação Latino-Americana de Integração(ALADI), que substituiu a ALALC. A ALADI é fruto de uma tentativa de se reestruturar a integração regional dentro de novos parâmetros, alterando os objetivos, compromissos, e modalidades do processo integrador. A partir desse momento, os prazos para o cumprimento das metas comuns são abandonados, e privilegia-se a adoção de mecanismos mais flexíveis, conformando áreas de preferências tarifárias. (ALMEIDA; CHALOULT:1999) O Mercosul é fundado com o respaldo normativo da ALADI. A ALADI prevê a criação de acordos de complementação econômica(ACE) entre os seus membros, o Mercosul, desse modo, é criado a partir do ACE 18, que surge no seio do Aladi.

O novo regionalismo se estabeleceu por três motivos: 1) a morosidade e a complexidade das negociações multilaterais de liberação comercial no âmbito do GATT.2) Os EUA e as demais potências não possuíam força para impor a liberalização comercial generalizada. 3) As consequências da liberalização imediata do comércio eram vistas com desconfiança, enquanto que as experiências europeias e latino-americanas acenavam para uma outra opção de atuação. Desse modo, muitos países latino-americanos passaram a conciliar o liberalismo com o regionalismo, buscando o benefício do comércio inter-regional e o melhoramento da capacidade negociadora por meio da unidade política. Nesse contexto surge o Mercosul que pode ser resumido no Tratado de Assunção(1991) e na formação de um mercado comum com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto(1994). (OLIVEIRA, 2001)

Aproximação entre Brasil e Argentina

A partir de 1980, as políticas externas brasileira e argentina tiveram alguns pontos de convergência. A consolidação do compromisso com a democracia no Brasil, José Sarney(1985-1990), e na Argentina, Raúl Alfonsín(1983-1989), representou um momento

de inflexão na forma de adaptar a política externa desses países. A parceria entre esses dois países foi sendo construída a partir da solução da questão de Itaipu-Corpus(1979) e com a Ata de Iguazu (1985). Para a Argentina, a importância do Brasil como parceiro era visível, principalmente, na esfera econômica, o esgotamento do modelo de substituição de importações e os problemas gerados pela rápida abertura realizada pelos governos militares, fizeram com que esses países buscassem uma abertura regulada. A orientação liberal dos governos e as transformações no sistema internacional no início da década de noventa promoveram alterações no contexto e na substância da aproximação bilateral. (VAZ, 2002)

“los formuladores de política que acompañaron a Collor de Mello en su estrategia de creación del MERCOSUR tenían claro objetivos cercanos al neoliberalismo. El bloqueo fue concebido como un instrumento para la redefinición de su inserción internacional, en el marco de una política de apertura económica (liberalización), iniciada por este presidente y continuada por las dos gestiones de F.H. Cardoso” (BERNAL-MERZA, 2008:160)

Alexandre Warley Candeas, em “Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos”, afirma que a partir de 1979 as relações entre os dois países adquire outro patamar, Candeas entende que as relações entre os países foram regidas pela “construção da estabilidade estrutural pela cooperação”, substituindo a “instabilidade conjuntural com predomínio da rivalidade”. É importante, também, salientar o impacto da Guerra das Malvinas no aumento da confiança recíproca entre os dois países, o Brasil sempre apoiou a reivindicação argentina de soberania sobre as Malvinas e representou os interesses argentinos no Reino Unido durante o período entre 1982 e 1989, período de tensões entre o Reino Unido e o vizinho platino.

A eleição de Raul Alfosín para presidente da Argentina em 1983 representa a primeira derrota eleitoral do peronismo. O país que o presidente iria assumir estava economicamente desestabilizado e socialmente frustrado. Após a redemocratização brasileira em 1985, é possível perceber uma melhora significativa nas relações entre ambos os países. A política exterior argentina durante o governo Raul Alfosín tem como chanceler Dante Caputo e é fortemente voltada para as relações com a América do Sul e América

Central, Movimento dos Não-Alinhados, e busca de distanciamento dos Estados Unidos, que era governado na época pelo presidente Ronald Reagan (CANDEAS, 2005)

A aproximação dos dois países ocorreu quando no plano sistêmico têm-se o apaziguamento das tensões entre as superpotências culminando no fim da guerra fria. Emerge, também, duas novas questões no debate internacional: a globalização da economia e uma nova agenda sobre medidas para o controle das armas nucleares. O diálogo entre os governos brasileiros e argentino sobre a questão nuclear é um fator muito importante na aproximação bilateral, pois trata-se de uma tema sensível de grande importância para a segurança nacional dos dois países. (VARGAS, 1997)

“O tema nuclear tinha grande valor político. Contava não só para o esforço de aproximação bilateral mas também para a sinalização à comunidade internacional, em particular para as demais nações latino-americanas, de que as relações entre os dois maiores países do Cone Sul haviam entrado em nova fase” (VARGAS, 1997:48)

A declaração conjunta sobre energia nuclear entre Sarney e Alfonsín em 1985 foi o primeiro passo desse diálogo. Juntamente com a declaração conjunta sobre energia nuclear, é assinado a Declaração do Iguazu, responsável por reiniciar o processo de integração econômica bilateral. Nos anos 90, durante a presidência de Collor e Menem, surgiram novas propostas sobre a relação bilateral. O governo Collor foi marcado por uma tentativa de abertura e modernização da economia, e, também, por uma redução, e por um controle civil dos programas tecnológicos militares. O novo governo argentino altera suas posições em relação à segurança internacional, incrementando fortemente a relação com os Estados Unidos nessa área. É assinado, em 1991, o Acordo Brasil-Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, o acordo de Guadalajara, e, no mesmo ano, é celebrado o Acordo quadripartite entre Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AEIA). O Acordo de Guadalajara criou o ABACC o que permitiu a vinculação dos dois países ao regime de não proliferação internacional. O acordo quadripartite, por sua vez, garante o sistema de duplas salvaguardas. (VARGAS, 1997) O acordo quadripartite trouxe maiores

garantias para ambos os países, pois permitia que os países e a ABACC supervisionasse os programas nucleares do Brasil e da Argentina, garantindo a natureza pacífica dos programas.

Em 1986, é assinado a Ata para a Integração Brasil-Argentina, esse documento cria o Programa de Integração e Cooperação Econômica(PICE), que reúne doze protocolos sobre setores específicos da relação bilateral, como bens de capital, energia, trigo, empresas binacionais, complementação do abastecimento alimentar, expansão do comércio, assuntos financeiros, fundo de investimentos, estudos econômicos, informação e assistência em acidentes nucleares, cooperação aeronáutica, e biotecnologia. No mesmo ano, são adicionados, ainda, outros cinco protocolos, por meio da Ata de Amizade Brasileiro-Argentina: Democracia, Paz e Desenvolvimento, que versam sobre siderurgia, transportes marítimo, transportes terrestre, cooperação nuclear, e comunicações. No Tratado de Integração, Cooperação, e Desenvolvimento entre Brasil-Argentina (TICD), de 1988, foi estabelecido o objetivo de se construir uma área de livre comércio tendo como prazo o período de dez anos.

A Argentina foi uma forte defensora do conceito de equilíbrio dinâmico do intercâmbio bilateral que pode ser compreendido pela tentativa de se manter um saldo da balança comercial em no máximo 8%, prevendo a criação de mecanismos corretivos caso esse valor fosse superado. Esse conceito foi introduzido na Ata de Buenos de 1990. (BARBOSA, 2009)

A Ata de Buenos Aires de 1990 tem explícito em seu texto o objetivo de se compor um mercado comum dentro de no máximo quatro anos. Ainda no mesmo ano, é assinado o ACE 14 entre Brasil e Argentina, consolidando, desse modo, os protocolos anteriores e prevendo ainda reduções graduais nas taxas de importação de produtos entre os dois países. No ano seguinte, é assinado o Tratado de Assunção, responsável pela criação do Mercosul. É possível observar que o eixo principal da integração se deu, até a criação do Mercosul, entre Brasília e Buenos Aires, a aproximação entre o Brasil e a Argentina que vinha ocorrendo desde a resolução do contencioso Itaipu-Corpus, ganhou ímpeto com a redemocratização dos dois países. A negociação para a criação do Mercosul ocorreu entre Brasil e Argentina, o acordo foi proposto para o Uruguai e o Paraguai, porém ambos os

países não participam da formulação do Tratado de Assunção, embora já viessem acompanhando como observadores as negociações entre a integração entre Brasil e Argentina.

“o tratado de Assunção, que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmaram em marco de 1991, consolidou, ao criar o Mercosul, as diretrizes básicas do Tratado de 1988 (construção de um espaço econômico comum, bem como harmonização e coordenação de políticas), da Ata de 1990 (novos prazos e nova metodologia) e incorporou objetivos ainda mais ambiciosos, ao prever a livre circulação de fatores produtivos (força de trabalho) e tarifas externas comuns, a partir de janeiro de 1995” (MONIZ BANDEIRA, 1993:250)

A intenção brasileira com o Tratado de Assunção era aumentar a competitividade e a abertura de sua economia, alargando o poder de negociação e a extensão dos mercados por meio da integração regional. A integração no cone sul advinha, também, de uma estratégia de aumentar o seu poder de negociação frente aos Estados Unidos, e suas propostas de integração hemisférica. (BERNAL-MERZA, 2008). Marcos Azambuja, embaixador brasileiro, denominou o Mercosul como “Pré-Vestibular para a globalização”, Luiz Felipe Lampreia, ex-chanceler brasileiro, afirmou que o Mercosul era o “laboratório para a globalização”. Samuel Pinheiro Guimarães, outro embaixador brasileiro, em Globalização, guerra e violência, afirma que a globalização é um processo assimétrico, que gera maior desigualdade entre os Estados, e maior concentração de renda e poder econômico; o processo de expansão do capitalismo no pós-1989 gera deslocamentos nos setores hegemônicos internos dos Estados periféricos, e causa desagregação e desequilíbrio, decorrente da concorrência com o exterior. O embaixador acrescenta que o atual processo de globalização está profundamente associado à guerra e a violência. A guerra é vista como parte inerente do processo de expansão econômica e política. (GUIMARÃES, 2003) É possível perceber na visão da burocracia especializada uma visão acerca da globalização como algo que provém do exterior, e possui características que podem ser perigosas ao Brasil. Desse modo, os formuladores de política externa justificam a opção pelo Mercosul como uma maneira controlada de adaptação da economia doméstica ao crescente processo de globalização econômica internacional.

Criação do Mercosul

No âmbito do processo de integração do cone sul existem diversos grupos com percepções diferentes desse processo. Os merocratas são os atores que agem a partir das chancelarias dos países envolvidos. Há, também, os empresários que se interessam pelas políticas industriais e pelas possibilidades de investimentos. Esses dois grupos conformam o primeiro nível de participação. O movimento sindical está no segundo nível de participação e sua presença é aumentada mesmo que ainda tenha pouco papel no processo decisório. Em relação ao aspecto ideológico dos atores principais, a maioria deles apresenta vinculação de centro-direita ou de centro-esquerda. Os governos que foram eleitos durante a transição e a consolidação democrática no cone sul tiveram, em geral, características de centro. As principais posições de oposição ao Mercosul são encontradas tanto na extrema direita quanto na extrema esquerda, seja por visões baseadas no nacionalismo ou no internacionalismo. (HIRST, 1996)

A negociação da integração é realizada por meio de um processo de cúpulas, em que os funcionários estatais e representantes empresariais são atores que possuem protagonismo. Nas negociações coexistem lógicas distintas: por um lado, uma lógica racional, baseada em um cálculo de custos e benefícios, os acordos baseados nessa lógica geram benefícios comuns, é muito difícil se alcançar acordos em áreas em que o benefício de um implica em custos aos outros, áreas em que a lógica de soma zero é presente; por outro, durante o processo de negociação, há um constante apelo identitário, baseado em uma identidade regional que ressalta a unidade histórica, a amizade o “destino” comum dos países membros. O realce dessas características comuns está presente, principalmente, nas declarações oficiais. (JELIN, 2000)

O Tratado de Assunção, diferente de outros tratados de integração, não apresenta mecanismos compulsórios, apenas previa a construção de um futuro mercado comum. Havia apenas dois artigos que podiam ser imediatamente aplicáveis: o 1º e o 18º, que previam a

implementação da liberalização comercial e a convocação de conferência diplomática para se confeccionar a estrutura institucional do bloco. (ALMEIDA, 2011)

A criação do Cronograma de Las Lenas em 1992 representa um esforço de se estabelecer um cronograma preciso das atividades necessárias à aplicação dos objetivos do Tratado de Assunção. Esse cronograma acrescentou objetividade às negociações, pois estabelecia a união aduaneira como objetivo e previa prazos e metas para sua realização, definindo a agenda das negociações e adicionando operacionalidade à ela. (VAZ, 2002)

“o encontro de Las Lenas concluiu, portanto, a etapa em que se definiram as bases e se delimitaram as áreas e a agenda de negociação e na qual se deu o início à implementação das decisões políticas consubstanciadas na Ata de Buenos Aires, no ACE 14 e, notadamente, no Tratado de Assunção. Em relação à fase anterior, observou-se menor protagonismo bilateral da Argentina e do Brasil, com avanços na construção e consolidação de espaços quadrilaterais de negociação, especialmente no Grupo Mercado Comum e seus subgrupos de trabalho e no próprio Conselho Mercado Comum” (VAZ, 2002:195)

Após Las lenas, as negociações estavam regidas pelo cronograma previamente acordado e ainda eram adotados reduções tarifárias automáticas. O que se discute a partir de então é como criar os mecanismos do regime do livre comércio até o final de 1994. As negociações abordaram, principalmente, três áreas: eliminação das barreiras não-tarifárias, relações externas do Mercosul e definição da tarifa externa comum. A eliminação das barreiras não tarifárias foi um tema que foi responsável por muitos conflitos e discussões devido ao fato de essas barreiras serem um recurso alternativo para restrição do fluxo de comércio. Nas relações externas do Mercosul diversas questões emergiram como as negociações com os EUA pautada pela lógica “quatro mais um”, notificação do Mercosul ao Gatt, Rodada Uruguai. A definição da tarifa externa comum foi problemática por causa das assimetrias nos graus de liberalização econômica entre os países. (VAZ, 2002)

Em 1993, na XIV Reunião do Grupo Mercado Comum é alcançado um acordo sobre as listas de exceções à Tarifa Externa Comum. A Argentina cedeu às posições brasileiras no que tange bens de capital e o Brasil aceitou formas de tratamento especial aos produtos argentinos que eram mais pressionados pela competição brasileira. A adoção de lista de exceções representa uma fragilidade da união aduaneira constituída após 1994. Por isso, o Mercosul é comumente chamado de União aduaneira “imperfeita”, uma vez que há a ausência de algumas características necessárias para o enquadramento da integração no conceito de União Aduaneira.

Consolidação do Bloco

No final de 1993, ocorreu um adensamento das negociações técnicas e políticas entre os países. Fez-se presente, também, a exasperação dos desacordos entre o Brasil e a Argentina, principalmente na esfera comercial e no que se refere às prioridades que cada país tinha em relação ao bloco. Os temas associados às questões comerciais eram os que geravam maiores polêmicas entre os países. Quatro temas dessa agenda se destacam: regime de origem, restrições não-tarifárias, cláusula de salvaguarda intra-Mercosul, e defesa da concorrência. (VAZ, 2002)

O Protocolo de Ouro Preto (POP) assinado em 1994 foi muito importante para o avanço da integração regional no Cone sul. Esse protocolo, além de atribuir personalidade jurídica internacional ao bloco, consagrou sua estrutura institucional. De acordo com o protocolo, a estrutura institucional do bloco passa a ser organizada por meio dos seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES), e Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). O CMC, GMC e o CCM possuem natureza intergovernamental e possuem capacidade deliberativa. O Conselho Mercado Comum é o órgão máximo do Mercosul e cabe a ele a liderança política do processo de integração regional.

“Artigo 8

São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum: I - Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos assinados em seu marco;

II - Formular políticas e promover as ações necessárias para a formação do Mercado Comum;

III - Exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul;

IV - Negociar e assinar acordos, em nome do Mercosul, com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. Tais funções poderão ser delegadas por mandato expresse ao Grupo Mercado Comum nas condições estabelecidas no inciso VII do Artigo XIV;

V – Pronunciar-se sobre as propostas que forem levantadas pelo Grupo Mercado Comum;

VI - Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que forem remetidos por estas;

VII - Criar os órgãos que estimar pertinentes, assim como modificá-los ou suprimi-los;

VIII – Esclarecer, quando achar necessário, o conteúdo e alcance de suas Decisões;

IX - Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul;

X - Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

XI - Homologar o Regulamento Interno do Grupo Mercado Comum.”
(Protocolo de Ouro Preto, 1994)

O comércio intra-bloco sofreu uma grande alteração desde o início da consolidação do Mercosul. Em 1991, o comércio total entre os países do bloco alcançava uma quantia de US\$ 10. 201 milhões. O volume de comércio tem um aumento contínuo até o ano de 1997. A quantidade de comércio intra-bloco em 1997 alcançou US\$ 41.074 milhões, o aumento do comércio entre os países do Mercosul foi proporcionalmente maior do que o aumento do comércio com os países fora do bloco. Se em 1991 o comércio entre os países do Mercosul representa 13% do total do comércio exterior desses países, em 1997 o comércio intra-bloco representa 23% do total do comércio exterior. (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2008)

Crise no Mercosul

A crise cambial brasileira de 1999 gerou grandes efeitos para o Mercosul. Anteriormente a crise brasileira, já havia ocorrido no cenário internacional a crise asiática em 1997 e a crise russa em 1998. Essas crises dificultaram o acesso brasileiro ao crédito no exterior e, assim, selou a impossibilidade de manutenção do câmbio fixo artificialmente sobrevalorizado. Como resultado da crise tem-se a adoção do câmbio livre e o aumento da competitividade das exportações brasileiras no curto prazo. Assim, é possível notar que houve um grande aumento no fluxo das exportações brasileiras para a Argentina logo após a crise. O aumento do volume exportado para a Argentina gerou protestos do governo argentino que buscava proteger a competitividade de sua indústria doméstica.

O período entre 1998 e 2002 representa um momento de forte crise no Mercosul. O comércio intra-bloco em 1999 sofre perda de 25% em relação à 1998. A diferença de comércio entre 1997, que é considerado o ano auge do Mercosul, e 2002, entendido como o período mais delicado, é de 50,52, o que totaliza uma quantia de US\$ 20.612 milhões a menos de comércio em 2002. (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2008)

“esos datos iniciales muestran que lo que se ha denominado la peor crisis del Mercosur se enraizó en problemas tanto externos (por ejemplo, los originados a partir de la crisis rusa) como nacionales (crisis brasileña y las recesiones concomitantes de las economías de los países de la subregión). La fuerte contracción del comercio intra-subregional tuvo efectos inmediatos y sensibles en las relaciones entre los socios y produjo una desaceleración del ritmo de la integración. En coyuntura como éstas, las expectativas de los actores que operan en el mercado ampliado se ven afectadas por el nivel de las economías subregionales principalmente de aquéllas que actúan como locomotoras del proceso, y se amplifican los reclamos de los sectores afectados por desventajas comparativas estáticas.(CIMADAMORE, 2001:246)

A agenda não comercial do Mercosul

A partir de 1997, é possível perceber o surgimento de diversos acordos políticos de grande significado para o Mercosul. Entre os acordos políticos mais significantes estão o Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático (1998) e a Declaração política do Mercosul, Bolívia e Chile como zona de paz. (1999). O protocolo de Ushuaia reafirma a democracia como condição indispensável para o desenvolvimento do processo de integração, prevendo, também, em caso de ruptura da ordem democrática, medidas como suspensão do país das instâncias negociadoras do Mercosul. A declaração política do Mercosul, Bolívia e Chile como zona de paz (1999) consagra a região como uma zona livre de armas de destruição em massa e reafirma a importância da paz para o avanço da integração. Esses acordos indicam uma abertura para futuros acordos que negociem temas não comerciais. Em 2001, é assinado o Acordo Quadro sobre Meio ambiente do Mercosul, em que se reafirmou o compromisso com os acordos assinados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (VAZ; FIGUEIRA, 2006)

Com a inviabilidade de manutenção do sistema de substituições de importações, a concepção de regionalismo aberto ganha força. O modelo de substituição de importações perdurou no Brasil por cerca de três décadas, entre 1930 e 1960, ao longo desse período, o país sofreu grandes mudanças principalmente em função do processo de urbanização e de industrialização. As principais dificuldades do modelo no Brasil, segundo Gremaud e Vasconcelos (2007), foram a tendência ao desequilíbrio externo, o aumento da participação do Estado e o aumento da concentração de renda. O desequilíbrio externo era causado por uma série de razões, como a política cambial protecionista, a falta de competitividade da indústria doméstica e a alta demanda por importações gerada pelo aumento da renda. O aumento da participação do Estado está vinculado com a função que o Estado assume de provedor da infraestrutura básica e de provedor de insumos básicos para a indústria. Um outro grande problema do modelo era o aumento da concentração da renda. O êxodo rural e o caráter capital intensivo do investimento industrial gerava um excedente da mão de obra e, desse modo, um barateamento da força de trabalho. A proposta de regionalismo aberto pretendia que a integração regional fosse uma espécie de laboratório da globalização,

inserindo o Brasil em um contexto regional, para que, desse modo, adquirisse competitividade para adentrar no mercado global. Desse modo, o regionalismo aberto é uma forma de mudança do modelo de substituição de importações, no entanto, a abertura não é realizada de forma drástica, preservando um certo tipo de proteção para a indústria nacional.

A partir de 2003, a agenda não comercial do Mercosul ganha força, decorrente principalmente da tentativa de relançar esse projeto devido aos problemas gerados pela crise argentina e por divergências entre as partes. A crise do “real”² em janeiro de 1999 e a crise argentina que se estende até 2002, momento de grande dificuldade para a economia argentina que chegou a apresentar índices de desemprego que superavam os 15%, fortes protestos nas ruas realizados pelos chamados “piqueteiros” e queda do PIB real em 1999, representam um quadro de crise do Mercosul, e de reconhecimento das vicissitudes operacionais do bloco. Vaz define esse momento como um momento de aprofundamento das crises, e dos esforços para a revitalização do bloco.

“podem ser apontados fatores conjunturais de origem nacional – como abalos nos processos de estabilização respectivos do Brasil e da Argentina, que também impactaram os menores – e também elementos de natureza sistêmica ou estrutural, derivados da própria insuficiência do Mercosul enquanto arquitetura “disciplinadora” das principais políticas econômicas nacionais, macroeconômicas e setoriais.” (ALMEIDA, 2011:04)

As mudanças nos governos dos países do Mercosul e a alteração no eixo da cooperação entre Brasil e Argentina incentivaram a ideia de um novo lançamento do Mercosul. Esse novo impulso viria acompanhado das redefinições das prioridades regionais e da inclusão de novos temas. A aprovação do Programa de Trabalho (2004-2006) é um marco importante, pois a partir dele foram incluídos temas novos que não foram contemplados na década de 90. Os novos temas incluem a assimetria entre os países, a criação de um fundo estrutural, a articulação produtiva e alguns temas que fazem parte da

² Em janeiro de 1999, o governo brasileiro optou pelo abandono da política de câmbio fixo, a adoção de uma política de câmbio flutuante. Essa alteração da política cambial gerou uma forte desvalorização do real. A desvalorização do real favoreceu a expansão do superávit brasileiro em relação à argentina.

nova agenda social e econômica. O programa de trabalho foi um sinal de inflexão entre o modelo de regionalismo aberto para o regionalismo estratégico do século XXI. (REVELEZ, 2013)

No período pós-crise, há uma tentativa por parte dos governos dos Estados membros de reestruturar o Mercosul. Os governos nacionais, aparentemente, perceberam o problema da falta de legitimidade democrática. O programa de Trabalho (2004-2006) representou um esforço de ampliação da participação da sociedade civil no processo integrador. Nesse período, é lançado o Plano estratégico (2001-2005) que intenta estabelecer marcos normativos, em diferentes níveis, para a integração educativa. O plano buscava facilitar o reconhecimento dos diplomas universitários, incentivar uma maior movimentação entre os professores universitários e a ampliação do ensino das línguas portuguesa e espanhola. (VAZ; FIGUEIRA, 2006)

No campo cultural, tem destaque iniciativas voltadas à promoção e à difusão cultural. O festival das três fronteiras e a Bienal de artes do Mercosul são iniciativas relevantes, além disso, há um esforço de levantamento das indústrias culturais dos Estados membros e há proposição da criação de um Fundo Cultural do Mercosul, que foi, posteriormente, criado por meio da decisão do Conselho do Mercado Comum pelo MERCOSUL/CMC/DEC. N° 38/10, em 2010. (VAZ; FIGUEIRA, 2006)

O Mercosul e os agentes externos

A América Latina sempre foi uma região relevante para os interesses dos Estados Unidos. Os Estados Unidos se habituaram em exercer sua influência pela região, seja por meio da esfera econômica, política ou, ainda, militar. Durante as negociações de constituição do NAFTA, em 1990, o então presidente George Bush propôs a “Iniciativa para as Américas”. Em 1994, 34 países formalizaram a intenção de se criar uma Área de Livre Comércio das Américas em 2005, buscando eliminar tarifas comerciais e regular as regras de investimento, compras governamentais, propriedade intelectual e agricultura.

Segundo Pinto e Guimarães(2005), em O Mercosul e a Alca, a abertura das negociações com o México para a formalização do acordo Nafta demonstra já o interesse implícito de se negociar com toda a América Latina. Os Estados Unidos desejavam que o modelo de integração adotado para o Nafta fosse expandido para os outros países do hemisfério.

O Brasil e os Estados Unidos apresentavam concepções diferentes durante as negociações da Alca. Enquanto o Brasil defendia uma liberalização mais gradual, permitindo o uso de ajustamentos para equilibrar as assimetrias entre os países, os Estados Unidos, por sua vez, argumentavam em favor de uma liberalização mais generalizada e mais veloz.

Durante o início de seu governo, o presidente Lula teve dois desafios a enfrentar: o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas e a conclusão da Rodada Doha no Uruguai. Apesar das dificuldades, a conclusão do acordo quase se realizou na Conferência de Miami em Novembro de 2003, no entanto, alguns pontos de discordância foram responsáveis pela paralisação das negociações. Os Estados Unidos são um ator importante para o Mercosul e para os países que compõe o bloco, pois além de ser um país que possui um fluxo comercial grande com o bloco, influenciou o processo de integração do Mercosul por meio da proposta de criação de um processo de integração hemisférico e por intermédio do oferecimento de acordos bilaterais a membros do bloco.

Outro ator externo importante para o Mercosul é a União Europeia. O primeiro contato político entre a União Europeia e a América Latina ocorreu por meio do Grupo da Contadora, grupo formado por México, Panamá, Colômbia e Venezuela em resposta a atuação intervencionista norte-americana na América Central, o diálogo político proveniente desse contato seria institucionalizado, posteriormente, por intermédio do “Diálogo de San José”. Com o sucesso do Diálogo de San José, a Comunidade europeia se aproxima do Grupo do Rio, O Grupo do Rio foi criado com um junção do Grupo de Contadora com o Grupo de Apoio a Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai). O lançamento dos diálogos sobre a

Área de Livre Comércio das Américas foi vista com preocupação pelos negociadores da Comunidade Europeia, que identificavam nesse processo uma ameaça a influência europeia nas Américas. Como modo de apressar o entendimento entre as duas regiões, é institucionalizado em 1999, com a Declaração do Rio de Janeiro, as Reuniões de Cúpula entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe. (DANTAS, 2011)

No ano seguinte da criação do Mercosul é assinado um Acordo de Cooperação Interinstitucional que tinha como objetivo o fornecimento de apoio técnico da União Europeia buscando contribuir com o processo de integração regional do Mercosul. O Mercosul e a União Europeia assinaram, em 1995, em Madri, o Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação (Acordo de Madri), esse acordo é um instrumento para a negociação de acordos entre os dois blocos econômicos. O acordo visa ao estabelecimento de três frentes de negociações: político; cooperação; comércio e investimento, em relação a esse último tema o que se almeja é a criação de uma área de livre comércio. Em 1999, é assinado a Declaração Conjunta Mercosul/ UE que previa o início das negociações para a formação de uma associação birregional. As negociações iniciaram de forma difícil, diversos temas como serviços, investimentos, propriedade intelectual e subsídios agrícolas apresentavam muitas divergências entre as partes.

“em 2000, as negociações para um acordo de associação são abertas. Ele deve ser baseado em três pilares: diálogo que estabeleça parcerias para as questões políticas e de segurança, um processo forte de cooperação econômica e institucional e a formação de uma zona de livre-comércio das mercadorias e dos serviços, que deve levar em consideração as regras da Organização Mundial de Comércio(OMC) e a fragilidade de certos produtos. Enquanto que as negociações sobre o diálogo político e a cooperação estão bem avançadas e praticamente concluídas, a questão do comércio permanece estagnada”. (MEDEIROS; LEITAO, 2009:32)

Os impasses nos temas citados levou a uma paralisação nas negociações a partir de 2004. Durante a cumbre de Madri em 2002 acertou-se o compromisso de se fechar um acordo de livre comércio até o ano de 2004. No entanto, por diversos motivos o acordo não foi

concluído e as negociações ficaram paralisadas até o ano de 2010, ano em que as negociações foram retomadas, porém até o ano de 2014 poucos avanços foram registrados.

Tanto a União Europeia quanto o Mercosul apresentam motivos para a falta de entendimento entre os blocos. Os europeus apresentam resistência ao Drawback³ e veem com receio a bitributação da Tarifa Externa Comum do Mercosul⁴. Os países europeus protestam da mesma forma contra a falta de proteção para denominações de origem. A principal reclamação dos países do Mercosul diz respeito ao PAC (Política Agrícola Comum). Essa política europeia fornece subsídios aos produtores agrícolas europeus o que representa uma proteção contra a entrada de produtos agrícolas estrangeiros. O principal defensor da política na Europa é a França que argumenta que a política possui um caráter multifuncional, uma vez que acreditam que a política possui eficácia social, cultural e ambiental. Os mesmos empecilhos presentes nas negociações entre a União Europeia e o Mercosul, também podem ser encontrados nas diferenças de posição entre o Brasil e os países europeus nas negociações multilaterais que ocorrem no âmbito da Organização Mundial de Comércio.

Impulsionado pela presença portuguesa na presidência da União Europeia, é celebrado, em 2007, em Lisboa, a primeira Cúpula entre Brasil e a União Europeia. Na Declaração comum da cúpula, o Brasil e a EU elevaram a qualidade do diálogo para uma parceria estratégica global.

³ O Drawback é um regime aduaneiro criado para estimular as exportações. Com o drawback, ocorre a suspensão ou redução nas alíquotas de imposto sobre insumos importados que venham a ser utilizados para a confecção de produtos ulteriormente exportados.

⁴ A tarifa comum é o percentual de imposto acertado entre os países do Mercosul para produtos que tem como origem países de fora bloco, no entanto, muitos produtos quando entram no Mercosul e se dirigem a outros países do bloco acabam pagando o imposto mais de uma vez o que gera um aumento do preço dos produtos importados

Os primeiros contatos entre o Mercosul e a Comunidade Andina no sentido de se buscar o estabelecimento de uma área de livre-comércio datam de 1995. Em 1998, foi firmado o Acordo Marco para a Criação de uma Zona de Livre Comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina. O Acordo Marco estipulava um cronograma de negociações que se estenderiam até o ano 2000, no entanto, divergências entre as partes foram responsáveis por uma paralisação das negociações ainda em 1999. O Brasil decidiu, então, negociar um acordo unilateralmente, o resultado dessa empreitada foi o Acordo de Complementação Econômica No 39, assinado ainda em 1999. No ano seguinte, a Argentina também assina acordo bilateral com a Comunidade Andina. Em 2002, foi possível o entendimento birregional seguido pela lógica 4 mais 4, resultando no Acordo de Complementação Econômica No 56. No ano seguinte o Peru demonstrou interesse em negociar separadamente com o Mercosul, porém a negociação não logrou grandes frutos.

Capítulo 2. Desenvolvimento, Diversidade e Políticas de Reconhecimento

As atas abordadas são aquelas referentes às Reuniões dos Ministros de Cultura do Mercosul ocorridas durante o período de 1998 e 2010. A escolha desse recorte temporal está relacionada com o período dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. As primeiras reuniões foram comentadas ainda na introdução desse trabalho e foram úteis para a melhor definição do Mercosul Cultural.

As atas analisadas foram divididas em duas partes: a primeira parte diz respeito ao período do governo Fernando Henrique Cardoso e a segunda parte está relacionada com os documentos produzidos durante o governo Lula. A análise das atas segue uma ordem cronológica, sendo comentadas e analisadas seguindo a ordem em que foram produzidas, assim, o trabalho segue uma ordem temporal que inicia-se com as atas mais antigas e termina com a análise dos documentos mais recentes. É relevante salientar que uma boa parte dos conteúdos dessas atas referem-se a procedimentos burocráticos que não são o foco desse

trabalho. Desse modo, irá se notar durante a leitura do texto que certas atas foram omitidas, o silêncio a respeito dessas atas é justificado pela intenção do trabalho em focalizar os principais temas abordados que envolvem a questão da cultura no Mercosul.

Cultura como recurso e fronteiras

O protocolo de Ouro Preto, concluído em 1994, foi importante porque delineou a estrutura institucional do bloco. O protocolo criou o Conselho Mercosul Comum(CMC) e o fez responsável pela direção política da integração regional. O Conselho é formado pelos Ministros das Relações Exteriores dos países membros e também pelos Ministros da Economia ou seus equivalentes. Uma das funções do conselho é organizar reuniões de ministros para tratar de temas especializados.

Em 1996, foi aprovado a Ata de Canela, a primeira reunião de ministros da cultura do Mercosul, esse documento enumera diversas decisões das partes no sentido de incentivar ações conjuntas na área cultural. Durante a reunião foi aprovada a realização de um concurso para se criar uma logomarca para o Mercosul Cultural, assim como a criação de um selo postal, a reafirmação da importância do Museu das Missões, cursos de capacitação de agentes culturais especializados na área da cultura, o reconhecimento da necessidade de intensificar a articulação entre as redes nacionais de informação cultural, entre outros questões. Além da aprovação dessas iniciativas, a ata engloba temas como patrimônio, indústrias culturais e capacitação profissional na área da cultura e do turismo cultural.

Uma perspectiva acerca da cultura se insere na seara do desenvolvimento cultural. Muitos Estados, organizações internacionais intergovernamentais e não-governamentais, bancos internacionais, e pesquisadores adotam uma perspectiva que considera a cultura como um fator essencial para o desenvolvimento humano e, desse modo, existem, atualmente, uma quantidade imensa de projetos culturais financiados por Estados, organismos internacionais, e empresas. Além dessas iniciativas, existem tentativas de mensuração por intermédio de indicadores, visando à avaliação dos efeitos do investimento

na esfera cultural. Um outro ponto de vista sobre a cultura pode dar-se por meio do conceito de economia cultural, privilegiando, desse modo, a inovação, e a capacidade inventiva. Dentro dessa perspectiva estão inseridos os debates sobre o turismo, o patrimônio cultural e a cidade, além dos debates no âmbito multilateral em instituições como o GATT, e, posteriormente, na OMC, pretendendo definir padrões sobre a possibilidade de liberalização, ou de protecionismo dos bens culturais. Pode-se, ainda, analisar a cultura por meio da dinâmica jurídica, desse modo, incluindo a cultura no rol dos direitos fundamentais. Diversas instituições nacionais e internacionais buscam normatizar a cultura, e, a partir da consideração da cultura como um direito, surgem políticas culturais que buscam garantir o exercício da cidadania. (YÚDICE, 2004)

Diante dessas abordagens listadas, não exaustivamente, é possível perceber um amplo leque de possibilidades de análise, desse modo, o conceito de George Yúdice de cultura como recurso apresenta-se como uma ferramenta útil para se entender a cultura, e os múltiplos modos de experimentá-la. Considerar a cultura como um recurso implica em dizer que a cultura possui múltiplos usos, podendo ser compreendida como recurso político, jurídico, econômico, entre outros.

Durante a IV Reunião dos Ministros de Cultura, em 1997, na cidade de Assunção, foi ressaltada a alta prioridade do programa “missões jesuíticas”, considerando-o um projeto estratégico para o desenvolvimento socioeconômico da região. A região de sete povos das missões, atualmente localizada no Rio Grande do Sul, é um local que foi cenário de diversos desacordos entre a coroa portuguesa e espanhola. Originalmente fundada por jesuítas espanhóis para servir como aldeamento indígena, a região foi alvo de muitos conflitos entre os jesuítas e os bandeirantes brasileiros. Synesio Sampaio Goes aponta para o grande volume de produção textual jesuítica carregada com forte sentimento antibandeirante.

“específicos sobre o tema foram os inacianos espanhóis, cuja expansão missioneira se chocou violentamente, nas três primeiras décadas do século XVII, com a expansão bandeirante nos aldeamentos do Uruguai, do Tape(ambos no atual Rio Grande do Sul), do Guairá(no oeste paranaense)

e do Itatim (no sudoeste de Mato Grosso do Sul). O livro mais conhecido desse ciclo de literatura é a *Conquista Espiritual*, do limenho Antonio Ruiz de Montoya, grande homem de pensamento e de ação, que era o Superior das reduções do Guairá, por ocasião das agressões paulistas na segunda década do século XVII” (GOES, 1991:61)

A região das missões ora fazia parte da América Espanhola, ora integrava a Coroa Portuguesa. Desse modo, um território de rica herança arquitetônica e cultural, foi considerado patrimônio nacional pelo IPHAN, ainda em 1938. Fredrik Barth nos seus estudos sobre contato entre os diferentes grupos étnicos desloca sua pesquisa no que diz respeito à constituição interna e a história de cada grupo para a análise das fronteiras étnicas e da sua manutenção. Barth entende o grupo étnico como um grupo que se reproduz e, assim, perpetua-se biologicamente; que compartilha valores culturais fundamentais; que se comunica e interage; e que se identifica e são pelos outros identificados como pertencentes a uma categoria de ordem distinta.

Barth parte da concepção que o compartilhamento de uma mesma cultura não tem importância central ou primária para a definição de um grupo étnico, pois essas características podem ser condicionadas tanto pela ecologia quanto pelo legado cultural. Para Barth, as formações dos grupos étnicos surgem quando os indivíduos, para interagirem, utilizam identidades étnicas para se categorizar e para definir os outros. Assim torna-se importante para a análise a dicotomia entre membros e não membros e também como ocorre à manutenção de suas fronteiras.

O foco da pesquisa de Barth é a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo que por ela é determinado. “A fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento,” (BARTH, 2000: 34)

Para Barth, é preciso procurar o que é necessário para que as distinções étnicas surjam em determinadas áreas. Em algumas áreas, criam-se vínculos positivos entre grupos étnicos formando assim um sistema social mais abrangente, isso depende das características culturais dos grupos, é preciso que haja uma complementaridade entre as culturas, gerando assim uma interdependência ou uma simbiose entre os grupos étnicos. Os mecanismos para a manutenção das fronteiras de forma eficaz estão ligados com nas diferenças culturais entre os grupos étnicos sendo essas complementares. Além das diferenças complementares, essas diferenças devem ser largamente padronizadas, o papel de cada membro de um grupo deve ser estereotipado para assumir assim uma identidade étnica. E é preciso que as características culturais de cada grupo sejam estáveis, para que as diferenças complementares possam persistir.

O conceito de configuração de Elias é importante pois imprime a premissa de que todo estudo sociológico deve se pautar na observância da interdependência entre os indivíduos. O conceito alude para o fato de que a sociologia procura investigar uma pluralidade de indivíduos, o conceito combate a dicotomia indivíduo/sociedade. Não se pode explicar as configurações como independentes dos indivíduos, nem considerar que os indivíduos possam existir fora das configurações. (ELIAS, 2000)

Realidades impessoais, como o de sociedade, são decorrentes da grande complexidade e diferenciação das interdependências humanas, o que, por sua vez, torna difícil o reconhecimento do indivíduo como pertencente a uma rede mais ampla de interdependências. (QUINTANEIRO, 2004) O indivíduo está inserido em uma associação de pessoas que existia antes da própria existência desse indivíduo, isso não quer dizer, contudo, que o indivíduo seja menos importante que a sociedade. O indivíduo depende dos outros na mesma medida em que os outros dependem dele. Todo indivíduo sofre uma relação de dependência em relação aos outros indivíduos, seja por meio da dependência gerada pela coerção física ou seja por intermédio de dependências criadas pela existência de necessidades como dinheiro, carreira ou estímulo. (ELIAS, 1994)

Norbert Elias propõe uma análise processual que vai de encontro às análises estáticas de estrutural ou de sistema. Em sua análise processual, a interdependência é considerada como um atributo constitutivo do humano. Combatendo a noção de *homus clausus*, Elias sugere um entrelaçamento entre os homens que envolve conflitos, cooperação e poder. O poder, desse modo, é um elemento constitutivo das configurações e não pode ser reduzido às estratégias individuais. (BÉJAR, 1991)

Homi Bhabha, por sua vez, entende que o tecido de ligação entre duas polaridades permite um trânsito entre as categorias. Desse modo, a existência de um espaço de intersecção abre a oportunidade para o apaziguamento do escancaramento das polaridades, ou seja, a diferença sempre abre espaço para a amálgama, para o hibridismo. A fronteira é um lugar de entrelaçamento. “é nesse sentido que a fronteira se torna movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando” (BHABHA, 1998: 24) Para Bhabha, o próprio conceito de cultura nacional se encontra em xeque. As grandes narrativas são abaladas pela emergência de histórias alternativas, desse modo, as grandes narrativas já não conseguem prover a base para os modos de identificação cultural. Para ele, as culturas nacionais vem progressivamente sendo produzidas a partir de uma perspectiva dos grupos minoritários. A proliferação de histórias alternativas não cria uma “anarquia pluralista”, mas antes abre espaço para a consagração de conexões internacionais. (BHABHA, 1998)

As transformações culturais geradas pelo avanço tecnológico e por alterações na produção e circulação de bens simbólicos não são decorrentes, exclusivamente, dos meios comunicacionais. A expansão da paisagem urbana é um dos motivos da intensificação da hibridação cultural. A rápida urbanização na América Latina, que fez com que as taxas de população vivendo em cidades crescesse de cerca de 10% para 60 ou 70%, em pouco mais de um século, gerou uma oferta de bens simbólicos muito diversificada. (CANCLINI, 2008)

No caso brasileiro, até 1950 a quantidade e o tamanho das cidades brasileiras eram muito pequenas. Havia uma rede urbana herdada da forma de organização da atividade

produtiva primário-exportadora, *grosso modo*, o que existia era um rede urbana próxima ao litoral, desarticulada e fragmentada. Salvador pode-se dizer que foi o primeiro complexo urbano formado nas Américas. A cidade, durante o período colonial, era a marca do poder exógeno, simbolizava a presença do poder externo. No final do período colonial, os moradores da cidade representavam apenas 5,7% do total da população do país. O final do século XIX é um primeiro momento de aceleração do processo de urbanização, se em 1873 apenas 5,9% dos habitantes encontravam-se nas cidades, em 1900 a população urbana representa 9,4% da população total. Durante um grande período, as cidades brasileiras desenvolviam-se muito mais relacionadas com o exterior do que as outras cidades nacionais. Existia, no entanto, subespaços movidos por uma dinâmica interna, porém a interdependência entre esses espaços não era muito grande. (SANTOS, 1996)

Durante as décadas de 1940 e 1950, a industrialização atua como uma variável muito importante no processo de urbanização. A tentativa de criação de atividades industriais, a formação de um mercado nacional e a expansão do consumo são variáveis consideráveis no processo de urbanização. O período entre 1940 e 1980 é identificado como um ponto de inflexão nas taxas de urbanização do Brasil. Nesse período, a população brasileira foi multiplicada por três enquanto que a população urbana sofre aumento de sete vezes. O aumento da população urbana está relacionada com a mudança do eixo dinâmico da economia brasileira. (SANTOS, 1996)

É importante ressaltar, ainda, o aumento da interdependência entre as cidades. A expansão da malha rodoviária durante o governo de Juscelino Kubitschek contribuiu com a expansão de cidades de diversos tamanhos. Durante a década de 60 e 70, o forte crescimento demográfico e o crescimento da economia influenciaram a emergência de aglomerações urbanas. (MATOS, 2000)

A urbanização e o próprio crescimento demográfico são componentes importantes para a formação de um mercado de bens simbólicos. O aumento e a diversificação da oferta acompanha o incremento da própria demanda por bens simbólicos. O surgimento das

idades, com o aumento da população e também das interconexões, gera, conforme Durkheim⁵, um aumento no sentimento de interdependência. Desse modo, o processo de urbanização apresenta-se como uma variável importante para a formação de um mercado de bens simbólicos. O incremento da interdependência gerou efeitos não somente na passagem para a vida urbana, mas também no crescimento das interdependências entre outros níveis de associação política, nomeado por muitos autores como globalização. O processo de globalização influencia na forma de produção, circulação, difusão e diversidade dos bens simbólicos.

Em função do processo de globalização, é possível perceber uma maior interconexão dos países na questão dos bens culturais; atualmente, a maioria dos bens e mensagens que os países recebem não são produzidas localmente. (CANCLINI, 1999)

“A desarticulação entre os Estados, as empresas e os organismos independentes faz com que, em vez de um desenvolvimento multicultural representativo dos países latino-americanos, a segmentação e a desigualdade nos consumos se acentue, e a produção endógena e seu papel na integração internacional se empobrecem” (CANCLINI, 1999:236)

Kumar assume que nas sociedades pós-modernas a identidade não constitui uma característica unitária nem essencial, ela adquire um caráter fluido e mutável. Para ele, as sociedades contemporâneas obtiveram um alto grau de fragmentação, pluralismo e individualismo. O que ocorre é uma associação entre o local e o global, “os acontecimentos globais- a internacionalização da economia e da cultura- são refletidos para as sociedades nacionais, minando as estruturas nacionais e promovendo as locais. A etnicidade recebe um novo impulso renovado.” (KUMAR, 1997:133)

A globalização não pode ser percebida apenas como o acréscimo das interdependências e da mobilidade no âmbito mundial. Na dimensão da cultura, a

⁵ Ver: DURKEIM, Emile. A Divisão do Trabalho. Livro II. Capítulo II. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

globalização significa o advento de novas formas e condições de emergência do transnacional. O transnacional não significa a extensão de uma matriz de referência para fora do seu universo, nem a simples interação entre matrizes de raízes históricas distintas. O transnacional denota o cruzamento, a hibridação. A partir desses cruzamentos formam-se novas formas culturais, atores, redes e grupos que se valem do fronteiro e do transversal. (FORTUNA; SILVA, 2002) O espaço da fronteira para ser criado é preciso que haja um encontro com um “novo” que não pertence a continuidade do passado. Esse novo não somente retoma o passado, mas o recria, renovando e interrompendo a atuação do presente, constituindo um “passado-presente”. (BHABHA, 1998) É importante salientar, também, que a hibridação pode gerar novos conflitos e, também, novas estratégias de dominação.

Políticas culturais e soft power

Além do realce da importância do programa das “Missões Jesuíticas”, o documento enfatiza a importância da cooperação entre o Mercosul e a UNESCO, a importância do intercâmbio de informações sobre as legislações culturais também foi ressaltado, principalmente no que tange as leis de incentivos fiscais. Esta ainda inserido no documento fruto da IV RMC o apoio à criação do centro de língua e cultura guarani que teria Assunção como sede.

Na V Reunião dos Ministros de Cultura, realizada em 1997, em Montevideu, as partes decidiram incentivar o aperfeiçoamento das normas legais que versam sobre os incentivos fiscais dados para as empresas que cooperem com instituições culturais. As alterações na esfera da economia ocorridas no último quartel do século XX geraram mudanças: na organização do trabalho, nas formas de consumo, entre outras. Do mesmo modo, as relações entre a produção simbólica e o Estado se alteraram em vários países, alterando as formas de financiamento estatal da produção simbólica e, em muitos países, expandindo o público alvo das políticas culturais. Um exemplo da alteração do relacionamento entre o Estado e a produção simbólica é o caso francês. A partir da década de 80, o governo francês expande passa a reconhecer novas formas de produção cultural

como: a gastronomia, o rock e a moda. Esse novo paradigma surge a partir dos anos 70, porém só é realmente implantado a partir da década de 80, com um aumento dos recursos do Ministério da Cultura Francês. O governo francês começa a fazer uso de uma concepção de cultura mais horizontal e democrático, e, assim, passa a preocupar-se mais com a difusão cultural e com o reconhecimento mais plural de formas de expressões culturais (NÉGRIER, 2003)

Mesmo nos países onde o investimento privado na produção cultural prevalece sobre o investimento estatal, como é o caso dos Estados Unidos, o Estado não deixa de assumir um papel de destaque através do financiamento direto das atividades culturais ou buscando corrigir desigualdades econômicas e sociais (BOTELHO, 2001)

“Em outras palavras, para que um sistema efetivo de financiamento às atividades culturais funcione é obrigatório que se estabeleça uma política pública, em que parcerias – tanto entre áreas de governo, num plano horizontal, quanto entre as três instâncias administrativas, num plano vertical – São fundamentais para conquistar novas fontes privadas de financiamento. Consequentemente, para que os incentivos iscais funcionem é necessário que haja um clima de recepção favorável a eles na sociedade e, nesse sentido, a postura do governo com relação à cultura e às artes é fundamental.” (BOTELHO, 2001:09)

As políticas públicas culturais não devem ser percebidas como uma simples ação unilateral do Estado. É importante considerar a negociação como uma peça importante no processo de formulação das políticas culturais. As políticas culturais devem ser entendida como resultado de uma complexa rede que envolve atores estatais, não-estatais, nacionais, supranacionais e infranacionais. (RUBIM, 2006)

“O tema das políticas públicas de cultura, de imediato, aparece como intimamente associado ao debate acerca dos atores das políticas culturais. Não só dos atores, mas também dos procedimentos envolvidos na

confecção de tais políticas públicas. Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade, na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais.” (RUBIM, 2006:11)

Ainda na V Reunião dos Ministros de Cultura, as partes decidem “Criar, no âmbito das autoridades responsáveis pelo patrimônio dos Estados parte, uma instância para atingir uma normativa que permita declarar bens tangíveis ou intangíveis como Patrimônio Cultural do MERCOSUL” (V RMC). Os Estados destacam ainda a importância da integração cultural na área fronteiriça.

Na VI Reunião dos Ministros de Cultura, em 1998, em Buenos Aires, os países ressaltaram a relevância de uma voz comum na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento no âmbito da Unesco, que ocorreu no mesmo ano da reunião na cidade de Estocolmo, Suécia.

“Fortalecer, no âmbito internacional, a presença do Mercosul Cultural como perfil unitário através da participação conjunta de seus criadores e artistas ante terceiros países. Ratificar a vontade dos Estados Parte de apresentarem os projetos do Mercosul Cultural em forma conjunta ante os organismos internacionais. Encarregar as comissões especiais, integradas para o efeito, da confecção destes projetos.” (RMC ata n 1-98)

Max Weber definiu o poder como a probabilidade de se encontrar obediência, desse modo, o poder se relaciona com a dominação. Existe vários modos de a dominação ser legitimada, podendo se dar por meio de um aparato legal, da tradição e dos costumes ou por meio de uma devoção afetiva. O Estado pode ser caracterizado como um espaço de conflitos em que os indivíduos competem pela capacidade de exercer os mecanismos de dominação. (WEBER, 2003) Para além das lutas internas dentro de um Estado nacional, existe, ainda, disputas entre Estados nacionais; os Estados são formalmente iguais, apesar de momentos históricos em que existam alguns Estados que possuem forças desproporcionalmente

superiores aos outros, não é possível compara-la àquelas exercida sobre os indivíduos pelo Estado nacional.

Em relação ao poder do Estado em relação à outros Estados, a literatura de relações internacionais distingue principalmente duas formas de poder: o hard power, identificado principalmente com a força militar, e o soft power. O conceito de soft power, elaborado por Joseph Nye, distingue-se da concepção de hard power, enfocando novas perspectivas para exercer o poder que não fossem baseadas no uso ou na ameaça do uso da força. Com o fim da Guerra Fria, há um maior crescimento da interdependência entre os Estados e o surgimento de novos atores no cenário internacional, como as grandes corporações empresariais que, muitas vezes, possuem rendimentos maiores que os produto interno bruto de alguns países. O custo de se fazer uso da força militar nesse novo cenário cresce bastante e novas formas de exercer poder sobre outros Estados se fazem presentes. (NYE, 1990)

O conceito de soft power está associado à uma percepção da cena sistêmica como sendo guiada pela premissa da existência de uma complexa interdependência. Essa característica da política mundial é decorrente da existência atual de muitos canais internacionais de comunicações, pela reconfiguração das hierarquias entre as múltiplas agendas internacionais, e pela diminuição do papel da força militar. “The differentiation among issue areas in complex interdependence means that linkages among issues will become more problematic and will tend to reduce rather than reinforce international hierarchy. Linkage strategies, and defense against them, will pose critical strategic choices for states” (NYE, 2001:27)

A mudança das hierarquias prévias entre as agendas internacionais faz com que o controle, a capacidade de influenciar essa agendas adquira importância proeminente. No cenário de complexa interdependência, as fronteiras nacionais não são o único fator de análise, recaem também sobre as instituições e os laços transnacionais e internacionais recebem atenção especial. As organizações internacionais, nesse contexto, adquirem centralidade, a crítica a corrente realista se encontra na negação da aceitação do Estado como

ator mais importante da cena internacional, e na consideração de aspectos transnacionais. (NYE, 2001)

A corrente realista entende que o Estado é o principal agente nas relações internacionais e que a agenda de segurança é a mais importante. Essa corrente é inspirada pelo pensamento de Hobbes e pelo paradigma do conflito e da ameaça constante. Nogueira e Messari(2005), em Teoria das Relações Internacionais, afirmam que os pensadores realistas tem como premissa a centralidade do Estado, que tem como meta central a sobrevivência, o poder como elemento necessário para a garantia da sobrevivência e da existência de uma anarquia internacional. A ênfase que os realistas dão ao sistema internacional pressupõe que a política doméstica não é importante para o estudo das relações internacionais, os teóricos realistas compartilham, ainda, um certo pessimismo em relação à natureza humana.

Ao contrário do realismo, Joseph Nye considera que o poder militar não possui mais a centralidade que outrora ocupou, no cenário atual, com a existência de múltiplas agendas e de diversos canais de comunicação entre os Estados, organizações internacionais, e atores transnacionais, a capacidade de influenciar a agenda internacional adquire vital importância, e, desse modo, outras esferas, como a da cultura, podem colocar-se no centro da agenda internacional

“Um Estado é poderoso não apenas em decorrência do seu poder militar, mas também da sua capacidade de influenciar a decisão de outro Estado. De fato, um país encontrará bem menos resistência para legitimar seu poder sobre outros atores se sua ideologia e cultura forem bem recebidas por eles. Assim, a abordagem do soft power é baseada em uma solução pacífica, indireta, sutil e mais ou menos discreta, dentro do escopo do apelo de ideias; na capacidade de persuadir ao invés de vencer, em termos de cultura e de ideologia.” (DUARTE, 2012:503)

Diversos países escolhem fazer uso do soft power para atingir seus fins no cenário internacional. Um dos exemplos desse uso é o realizado pela China e suas relações com o

continente africano. “one Chinese policy-maker declared, Africa has rising international status and is the cornerstone of China’s policies. Chinese political rhetoric vis-à-vis African relation is significant for two reasons. Firstly it is an important tool that Beijing has used in order to distinguish itself from Western practices in Africa and the developing world. Secondly, it is a manifestation of China’s increasing interest in using soft power to cultivate great power status” (CORKIN, 2014:58) O governo chinês faz uso do soft power principalmente para demonstrar a natureza pacífica de sua emergência. O soft power é bastante presente no discurso diplomático oficial chinês, busca-se convencer a comunidade internacional da necessidade de se amenizar a teoria da “ameaça da china” e demonstrar que o governo chinês está interessado no desenvolvimento de um diálogo harmonioso e pacífico com o resto do mundo. (DUARTE, 2012)

Em relação ao uso do soft power pelos formulados da política externa brasileira, Valença e Carvalho argumentam que historicamente a política externa brasileira sempre se preocupou com estratégias de persuasão e de formação de consensos. Muito embora houve momentos na história político do país em que se fez uso da força militar, como na Guerra do Paraguai, o uso do hard power se mostra como uma exceção e não como regra. (VALENÇA; CARVALHO, 2014) “Soft power suits the conditions and vulnerabilities of a country like Brazil: a global player, but not a global power, which has great international aspirations, but historically has been able to accumulate, and employ in its foreign policy, only limited hard power capabilities.” (VALENÇA; CARVALHO, 2014:74) O soft power se tornou um componente ainda mais importante a partir da década de noventa, momento que o Brasil volta a se engajar nos fóruns multilaterais, buscando, ao mesmo tempo, intensificar o comércio e aumentar o diálogo político com os países da América do sul. (VALENÇA; CARVALHO, 2014)

Considerando a relevância da capacidade de influenciar a agenda internacional, é possível identificar diversas estratégias para o incremento dessa faculdade, um exemplo é atuação em blocos. A atuação em bloco permite que os países do bloco tenham maior capacidade de influenciar a agenda internacional. O bloco ao sistematizar uma voz uníssona, reforma a posição dos países membros e expande a capacidade de influenciar o cenário

internacional que os países teriam agindo individualmente. O aumento da capacidade de barganha é percebido, ainda, nas negociações comerciais, pois o mercado produtor e consumidor dos países reunidos permite um poder de negociação maior. A tentativa de consenso na atuação internacional não é exclusiva do Mercosul, A União Europeia criou, por meio do Tratado de Lisboa, o cargo de alto representante para a política externa e segurança comum, que permite que o ocupante do cargo sempre que autorizado pelos membros do bloco possa negociar e atuar em nome do bloco, demonstrando a passagem para uma instância supranacional de decisões que outrora ficavam restritas ao círculo nacional.

A capacidade de gerar consenso é, como salienta Boltanski, um aspecto importante no processo de convencimento. Boltanski se interessa pelas estratégias argumentativas utilizadas pelos indivíduos ao fazer suas críticas. Os atores utilizam manobras para engrandecer suas demandas e, desse modo, dar um tom de generalização às suas demandas. O Juiz, como possuidor do monopólio do bem comum, é uma figura importante, pois averiguará quais demandas podem ser consideradas como gerais e quais ficaram restritas à particularidade. (BOLTANSKI, 2001) A atuação em bloco representa uma estratégia de influenciar a agenda internacional procurando gerar consensos e difundir uma posição particular como geral.

Na VII Reunião dos Ministros de Cultura, realizada em 1998, os Estados concordaram em “Reafirmar sua complacência pela crescente internalização por parte do coletivo social e dos organismos internacionais, em ponderar a cultura como um agente de integração e eixo para o desenvolvimento harmônico e sustentável”. (VII RMC) Os países ainda elogiaram a iniciativa chilena de desenvolver um seminário sobre o “importância e projeção de Mercosul Cultural”.

Celso Furtado e o debate sobre o desenvolvimento

Na X Reunião dos Ministros de Cultura, realizada em 2000 na cidade de Buenos Aires, os países concordam em “Ratificar a importância estratégica da cultura no marco da constituição da identidade regional e a conquista de uma melhor qualidade de vida de seus

habitantes” (X RMC). O conceito de desenvolvimento é comumente utilizado em dois sentidos diferentes. O primeiro sentido refere-se ao avanço do sistema social de produção, intensificando a divisão social do trabalho e, com isso, aumentando a produtividade e eficácia. A segunda interpretação do desenvolvimento está vinculada ao nível de satisfação das necessidades humanas. Essa segunda interpretação é de difícil mensuração, pois, por um lado, é possível utilizar índices objetivos para se medir o acesso às necessidades humanas básicas, por outro, a concepção de necessidade humana não é muito nítida quando se refere a um sistema de valores de determinado contexto cultural. O conceito de desenvolvimento possui, pelo menos, três dimensões: 1) o acréscimo da eficácia do sistema produtivo, 2) o atendimento das necessidades básicas, 3) e o alcance de objetivos almejados pelos grupos dominantes de uma sociedade. A terceira dimensão somente pode ser percebida por meio de um discurso ideológico, a noção de desenvolvimento de uma sociedade está, desse modo, intrinsecamente associada a sua estrutura social. (FURTADO, 1980)

A reação à tese do livre-cambismo foi construída na concepção de complementariedade entre atividades econômicas, elaborando-se o conceito de sistema econômico nacional. No final do século XIX surgiu um amplo leque de centros econômicos autônomos criados a partir de políticas protecionistas. Nesse período, a concepção de desenvolvimento foi atrelada à ideia de interesse nacional. A partir do término da Segunda Guerra Mundial, a reflexão sobre o desenvolvimento se deu em novas bases. A percepção do atraso econômico vivido pela grande maioria da humanidade foi a principal causa geradora dessa reformulação. (FURTADO, 1980)

As mudanças sistêmicas geradas pelo processo de descolonização afro-asiático a partir das décadas de 50 e o surgimento de novas formas de dominação baseadas no controle da tecnologia e da informação implicam em um acirramento do debate político internacional pós-guerra. A disputa política ocorrerá, principalmente, no interior das novas instituições internacionais, como as Nações Unidas, suas comissões e agências especializadas. As primeiras tentativas acadêmicas de analisar os problemas do subdesenvolvimento buscam compreendê-lo como um fruto do mau funcionamento da economia internacional. Os

acordos de Bretton Woods(1944) e a Carta de Havana(1948) foram realizados tendo como base o pensamento liberal. (FURTADO, 1980)

“Com efeito: durante todo o período referido, o debate sobre o desenvolvimento centrou-se em questões cuja dimensão política era determinante: degradação dos termos de intercambio externo, inadequação do sistema de preços na orientação dos investimentos, debilidade da acumulação em sociedades expostas ao efeito de demonstração, insuficiência das instituições tradicionais em faces das novas funções do Estado.” (FURTADO, 1980: 21-22)

A formação do sistema econômico mundial teve como base tanto a transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são condições históricas diferentes, mas são produtos do mesmo impulso inicial. Na medida em que se aumenta a especialização mundial do trabalho, mais se aprofundam as transformações sociais e mais forte torna-se a modernização das formas de vida na periferia sistêmica.

O conceito de mudança social é muito importante na obra de Furtado. Segundo o autor, esse conceito advém da antropologia, surgiu como uma reação contra a perspectiva determinista ou teleológica das ideias de evolução e progresso. Ao considerar a cultura como um processo, os antropólogos começaram a se preocupar com as modificações que fluem permanentemente. Autores como Emílie Durkheim, Marcel Mauss e Radcliffe-Brown estavam preocupados em estudar tanto os elementos dinâmicos como os estáticos das sociedades. Durkheim estava interessado em estudar como as formas de solidariedade se alteram, Mauss dirigiu sua atenção as formas de obtenção do equilíbrio, Radcliffe-Brown não desprezou a mudança social, ele afirmou que em casos de problemas graves a estrutural social sofre alterações para garantir sua sobrevivência.⁶

⁶ Para mais informações sobre a mudança social no corrente estrutural-funcionalista ver: SABINO, César; CARVALHO, Maria Cláudia. *Estrutural-funcionalismo antropológico e comensalidade: breves considerações sobre a mudança social*. Demetria, 2013.

O trabalho desses antropólogos incrementaram o interesse pelo conhecimento histórico da herança social e pela interdependência entre os elementos que compõe uma cultura. Esse interesse cria a oportunidade de se pensar a cultura como um sistema, permitindo a criação de instrumentos de análise do comportamento desses sistemas, seja da estática - análise da obtenção do equilíbrio das forças internas -, seja da dinâmica, - análise da prevalência de forças singulares que imputam mudanças sociais. (FURTADO, 1964)

Desse modo, foi possível restabelecer a preocupação com os aspectos históricos da herança social. Os modelos de análise dinâmicos, no estudo dos sistemas sociais, representa, por um lado, para a sociologia e para a antropologia, uma aproximação com a teoria econômica, por outro, para a economia essa aproximação significou o retorno ao pensamento historicista. (FURTADO, 1964)

As mudanças sociais são decorrentes, principalmente, da introdução de inovações, que podem ter origens interna ou estrangeira. A introdução de uma inovação no interior de um elemento social tende a gerar repercussões no conjunto da sociedade. As mudanças geradas pela inovação tecnológica têm características próprias, ela, no momento em que modifica um parâmetro no sistema social, irradia um processo de reajustamentos. (FURTADO, 1964). Celso Furtado exemplifica esse processo com o caso da invenção do tear mecânico.

“Sua introdução numa sociedade artesanal dá origem a uma série de reações, tanto na organização da produção como na distribuição do produto social. Estas últimas reações, por seu lado, podem repercutir no processo social de formação do poder, o que terá reflexos na distribuição da carga impositiva, na política de importações, etc., abrindo-se nova série de reações em cadeia no campo econômico.” (FURTADO, 1964: 27)

Celso Furtado define o desenvolvimento econômico como: “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou

criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (FURTADO, 1964:29). A ciência possui uma função importante nesse processo, é, por intermédio dela, que as inovações tecnológicas surgem. A inserção de inovações em uma cultura, nem sempre, ocorre de forma amistosa. Pode haver, em determinados casos, resistências, que se manifestam, muitas vezes, por meio do conflito. As inovações tecnológicas provocam alterações não apenas na estrutura do sistemas produtivo. As inovações deslancham uma cadeia de reações que são fruto da interdependência de diversos elementos da sociedade. As mudanças na estrutura econômica tendem a causar alterações em toda a estrutura social; essas alterações na estrutura social não ocorrem devido a uma relação causal simples, mas são decorrentes de certas condições históricas. (FURTADO, 1964).

A ideologia do progresso-acumulação teve uma força imensa, que influenciou, inclusive, o pensamento revolucionário. A existência dessa ideologia é uma das variáveis que gerou a passagem do “socialismo utópico” para o “socialismo científico”. A superação das contradições da sociedade capitalista representa uma forma de se superar os freios para o pleno desenvolvimento das forças produtivas. A concepção de progresso foi utilizada para incentivar uma percepção de interdependência entre os grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedade industriais. A ideologia do desenvolvimento, por sua vez, teve utilidade para nutrir uma consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial. A concepção de progresso tem como base o desejo de minorias privilegiadas e empresas transnacionais em acelerar a diversificação e a sofisticação dos padrões de consumo. A ideia de desenvolvimento, nesse contexto, está dissociada das estruturas sociais, apresentando, assim, um conteúdo estritamente econômico. A simples transplantação da civilização industrial para regiões com contextos históricos distintos pode ser confundida com um imobilismo social. A população, nesse contexto, passa a ser vista como sendo simplesmente recurso produtivo e os conflitos são percebidos como formas de desperdício de energia. Um prolongamento dessa ideologia leva a uma doutrina do autoritarismo como modo de organização política mais adequada às sociedades de industrialização tardia. (FURTADO, 1978)

A concepção de desenvolvimento é importante porque entende o homem como um ser em constante transformação. O homem é percebido como um elemento em transformação que interfere no contexto social e sobre si mesmo. Para Celso Furtado, o debate sobre desenvolvimento necessita de um debate sobre a cultura, pois, para ele, a cultura versa sobre à lógica dos fins e dos meios inerentes à acumulação. (FURTADO, 1987)

Durante o período pós-guerra no Brasil, é possível perceber uma mudança nas relações entre intelectuais e Estado. Emergiu, nesse período, uma série de especialistas e técnicos que vieram a ocupar cargos na administração pública, diminuindo a influência de profissionais com formação humanística-jurídica. Essa ascensão de técnicos influenciou, também, na própria reorganização do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que esses técnicos intentavam dinamizar e modernizar o Estado, essa reorganização reforçava as atribuições do Poder Executivo. Diversas instituições contribuíram para prover a administração pública com técnicos especializados, como a Fundação Getúlio Vargas criada em 1944 e a Universidade de São Paulo, USP, criada em 1934. Os profissionais advindos dessas instituições se organizavam em grupos de especialistas e tentavam influenciar na formulação de políticas de desenvolvimento social e econômico. (ABREU, 2005)

A criação do ISEB respondeu a um interesse de institucionalização do debate que existia desde a década de 40. O ISEB buscava, por meio de estudos sobre o Brasil, contribuir com a definição de um projeto de desenvolvimento nacional. Os intelectuais do ISEB procuraram criar propostas políticas que visassem ao desenvolvimento nacional. Eles buscaram influenciar os centros decisórios para que suas alternativas para o desenvolvimento fossem aceitas. Os grupo de intelectuais do ISEB era, em sua maioria, detentores de formação humanística-Jurídica, faltavam-lhes, muitas vezes, o conhecimento técnico necessário para a participação como formuladores de políticas de desenvolvimento específicas. (ABREU, 2005).

O grupo que formaria o Grupo de Itatiaia, que seria a base da qual se constituiria posteriormente o ISEB, era formado por pessoas de origens sociais e orientações políticas distintas. Apesar disso, conseguiram formular e propor um projeto comum que pretendia

alterar a estrutura econômica e social do país e, ainda, transformar a educação e a cultura brasileira. (PEREIRA, 2005)

“O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração da ideologia “nacional-desenvolvimentista”, que marcou todo o processo político brasileiro do início da década de 1950 até a queda do governo constitucional de João Goulart em 1964. Embora o nacionalismo não tenha sido o projeto político que prevaleceu na orientação do desenvolvimento, nesse período, como ideologia ele desempenhou uma função importante, na medida em que serviu para o amortecimento das tensões sociais.” (ABREU, 2005:98)

No Brasil, As ciências sociais por muito tempo tentaram compreender a relação entre modernidade e tradição. Desse modo, se buscou identificar os elementos ausentes que impediam uma construção de uma sociedade em que a razão triunfasse. Elementos como as relações escravocratas, patrimoniais e o sistema colonial foram apontados por autores como Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda como sendo responsáveis pelo impedimento à obtenção de atributos racionais da sociedade capitalista. (IVO, 2012)

A modernização brasileira, de acordo com a perspectiva nacional desenvolvimentista, necessitava de um Estado nacional que agisse como protagonista, e, assim, seria responsável por incentivar as transformações da base técnica, econômica e as essenciais transformações políticas e jurídicas. Os intelectuais do ISEB possuíam uma noção de desenvolvimento baseada em um regime de produção capitalista que seria regido pela industrialização, pelo crescimento econômico e pelo progresso técnico. Esses intelectuais ainda percebiam como necessária a modernização das relações produtivas e a elevação do padrão de qualidade de vida geral da população. (IVO, 2012)

A concepção de nacional-desenvolvimentismo que o ISEB adotava influenciou diversos setores do Estado Nacional, um desses setores foi aquele relacionado à formulação da política externa. As marcas do Nacional-Desenvolvimentismo estavam presentes principalmente durante a Política Externa Independente(1961-1964), durante o Governo

Jânio Quadros e João Goulart, sem deixar, contudo, de influenciar fortemente as políticas externas de outros governos como a de Costa e Silva e a de Ernesto Geisel.

O período entre a eleição democrática de Getúlio Vargas em 1951 e o golpe militar de 1964 foi marcado pelo forte embate entre dois projetos políticos. De um lado, os nacionalistas, inspirados pela Cepal e pelo ISEB, acreditavam ser benéfico certo distanciamento dos Estados Unidos, para, com isso, estimular um projeto de desenvolvimento industrial e reforma social. Do outro lado, estão os chamados “entreguistas”. Esse grupo era influenciado pela Escola Superior de Guerra(ESG) e pelo liberalismo econômico, assim defendia, principalmente, as vantagens comparativas da agricultura e o reforço da agenda de segurança. (VIZENTINI, 2008)

A política externa entre 1951 e 1964, durante os governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros/João Goulart, apresenta sinais de continuidade, partindo do nacional-desenvolvimento populista, vivenciando o desenvolvimentismo associado e concluindo com a Política Externa Independente. Durante o governo Vargas, foi utilizada uma estratégia de barganha nacionalista, ou seja, considerando o plano político da Guerra Fria, tentou-se negociar o apoio aos Estados Unidos em troca de auxílio ao desenvolvimento nacional. Embora não tenha sido tão bem sucedida quanto a diplomacia da barganha(1930-45), durante a segunda Guerra Mundial, a iniciativa revela uma tentativa de se utilizar o cenário internacional para a alavancagem de um projeto nacional-desenvolvimentista doméstico. (VIZENTINI, 2008)

Durante o governo Juscelino Kubitschek, a tentativa de se utilizar o cenário internacional para o desenvolvimento doméstico pode ser exemplificada pelo lançamento da Operação Pan Americana(OPA). A OPA consistia em um modo de cooperação hemisférica, buscou-se associar o desenvolvimento à prevenção a difusão de ideias socialistas, considerando o cenário da guerra fria. Com a OPA, tentou-se relacionar a ideia de desenvolvimento com a ideia de segurança, buscando, assim, sensibilizar os Estados Unidos para os problemas do Continente. Embora costuma-se citar a criação Banco Interamericano de Desenvolvimento(BID) como único resultado concreto da operação, a

Associação Latino-Americana de Livre Comércio(ALALC) e a Aliança para o Progresso, do Presidente Kennedy, são projetos relacionados à iniciativa brasileira. (CERVO, 2002)

A política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart recebeu a nomenclatura de política externa independente. San Tiago Dantas exerceu a chancelaria durante a fase parlamentarista do governo João Goulart e foi o responsável juntamente com Afonso Arinos e João Augusto de Araújo Castro pela formulação da política externa independente.

Para Santiago Dantas⁷, o Brasil deveria agir de forma independente no cenário internacional, atuando de forma autônoma em relação aos blocos político-militares. Para ele, os objetivos principais da política externa brasileira deveriam ser a preservação da paz mundial e a promoção ao desenvolvimento econômico. Um certo distanciamento era necessário para que se buscasse formas de melhorar as relações comerciais e a cooperação com os dois blocos hegemônicos.

A posição de independência ficou explícita em alguns momentos, exemplos disso foram a abstenção, juntamente com a Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México, na votação de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), e o envio de missões comerciais à China e a URSS. Araújo Castro, durante a XVIII Sessão da Assembleia Geral da ONU, proferiu um discurso em que defendia a inserção dos debates sobre o desarmamento, desenvolvimento e descolonização na agenda internacional, esse discurso ficou conhecido como o discurso dos três “D”.

A formulação de um concepção nacional-desenvolvimentista influenciou a percepção da necessidade do uso da política externa com um fim de facilitação do desenvolvimento doméstico. Amado Cervo(2002) entende esse instrumento como uma forma de atuação tradicional da política externa brasileira. Para ele, a partir da tentativa de estimular o desenvolvimento nacional por meio da política externa o governo brasileiro

⁷ DANTAS, San Tiago. Política Externa Independente. Editora civilização brasileira S.A. Rio de Janeiro. 1962.

atuou nas esferas internacional visando ao estímulo da agenda do desenvolvimento. Esse modo de atuação foi realizado até o início do governo de Castelo Branco, ao qual o autor se refere como sendo “um passo fora da cadência”, para ser posteriormente retomado, já no governo Costa e Silva. Cervo nomeia a política exterior de Castelo Branco dessa forma por acreditar que há um padrão de atuação da política externa brasileira e durante esse governo o padrão não foi seguido. Segundo Cervo, é tradição do Estado brasileiro a utilização da política exterior para o desenvolvimento nacional, porém durante a gestão de Castelo Branco essa meta foi abandonada, substituindo a meta do desenvolvimento pela meta do alinhamento

Unidade nacional e diversidade cultural, direito cultural e globalização

Na XI Reunião dos Ministros de Cultura, que teve como sede a cidade do Rio de Janeiro no ano 2000, os Estados membros reconheceram que a diversidade cultural é um elemento indispensável para a formação das identidades nacionais. A cultura é entendida, ainda, como um dos eixos para o desenvolvimento sustentável

Benedict Anderson entende a nação como uma comunidade imaginada e limitada. A autora considera a nação como imaginada, pois os membros dessa comunidade não conhecem a maioria dos outros membros; mas, apesar disso, repartem com eles um sentimento de comunhão. Ao mesmo tempo que é imaginada, a nação é sempre limitada, uma vez que abarca uma totalidade com fronteiras definidas. Max Weber, em Ensaio de Sociologia, entende a nação como um conceito pertencente à esfera dos valores e se liga a uma ideia de solidariedade entre grupos. Weber define a nação como “uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio” (WEBER, 1963:2007)

Em um momento de predomínio do Estado-Nação, o patrimônio cultural é entendido como a totalidade cultural de uma nação. Amostras selecionadas da cultura se constituem como representativas de uma totalidade, de uma imagem política de Estado. Dentro dessa concepção, o patrimônio cultural passa a referir-se àquilo que é fixo e cristalizado,

remetendo-se a um estoque histórico. Dentro dessa visão, o patrimônio cultural pode ser entendido, parcialmente, como uma produção de Estado, ou seja, uma maneira de codificação e recuperação do passado que pode beneficiar o presente. (MACHUCA, 1998) A Nação apresenta dois princípios importantes: o primeiro seria a posse de um legado comum de memórias e o outro a vontade de perpetuação. (RENAN, 1990)

É importante salientar que assim como Weber⁸ aponta que o Estado é uma arena de luta entre diversos grupos pelo controle do aparelho que permite o exercício da dominação racional-legal, existe dentro do Estado conflitos em torno de grupos que concorrem pela legitimação de determinada tradição de produção simbólica. Ademais, cabe destacar que dentro dos grupos de produção simbólico existe disputas pelos lugares de fala. Conforme aponta Bourdieu⁹, o campo de produção simbólica é um espaço em que ocorrem relações de força e relações de conflitos. Dentro desse espaço os atores de diferentes hierarquias disputam posições dentro desse campo.

Considerando o campo de produção simbólica, durante o momento de incompatibilidade entre uma norma tradicional e uma norma nova, abre-se uma brecha para o surgimento de uma força transgressora. Essa capacidade de transgredir está situada em um espaço configurado de exaustão da norma tradicional, nesse contexto, emerge a oportunidade para o surgimento de uma vanguarda artística. (SANTIAGO, 2002) Dejean(2005), em “Antigos contra Modernos” descreve um exemplo de conflito entre tradições culturais distintas. O litígio entre “antigos” e “modernos” no campo literário francês do século XVII foi marcado pela busca de ambas as partes pela legitimação cultural. O embate era causado pela pretensão das duas partes de decidir qual era o tipo de literatura legítima e qual produção literária deveria preencher os currículos escolares.

A escolha de quais autores e qual tipo de produção cultural é considerada legítima inicia-se na própria posição dos produtores culturais em relação aos seus antecessores.

⁸ Ver: WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009(reimpressão)

⁹ Ver: BOURDIEU, Pierre. Field of cultural production: Essays on art and literature (the). New york: Columbia Univ Press, 1993

Perrone-Moisés (1998), em Altas Literaturas, admite que um primeiro julgamento sobre os escritores ocorre entre os próprios produtores literários, os escritores ao se referirem à escritores anteriores exercem um julgamento na medida em que silenciam sobre outros escritores. Desse modo, cada escritor reescreve a história literária e estabelece uma tradição própria. Além do julgamento individual do escritor existem outras formas de atribuir protagonismo ou imputar o apagamento. O próprio trabalho de elaboração de uma história da literatura exerce esse duplo papel.

A literatura exerce sem dúvida uma influência na criação de uma memória nacional e na elaboração das narrativas estatais. Mais além da literatura, a constituição de narrativas estatais envolvem outras produções culturais e intelectuais, tais como a produção audiovisual, acadêmica, religiosa, entre outras. A elevação de certas narrativas ao status de narrativas oficiais envolvem uma série de tramas, discursos e conflitos; nessa complexidade, diversas histórias e discursos são esquecidos e preteridos, podendo ser acionados posteriormente, enquanto outros são vangloriados e legitimados.

A formação de narrativas estatais cria e recria o estoque de memórias que constitui uma nação. Homi Bhabha, em *Narrating the Nation*, compara as nações às narrativas e aponta para uma ambivalência que cerca a concepção de Nação. “despite the certainty with which historians speak of the origins of nation as an sign of the modernity, the cultural temporality of the nation inscribes a much more transitional social reality”(BHABHA, 1990:01) O surgimento da “racionalidade” política de uma Nação tem data histórica, desse modo, para Bhabha, a Nação pode ser compreendida como um narração, ou seja, possui caráter transitório e pode ter o seu início temporalmente determinado.

O entrelaçamento entre memória e história é cada vez mais pesquisado, enquanto que no passado se acreditou na existência de uma separação clara entre memória e história, alcançando por meio do estabelecimento de métodos para a pesquisa historiográfica. Cabia ao historiador ser o arquiteto da construção da memória nacional, ou ser crítico a esta. Atualmente, um número maior de pesquisadores estudam a interação entre história e

memória, considerando a interação entre ambos benéfico para as análises históricas. (ASSMANN, 2008)

A memória não pode ser considerada como algo passivo, mas deve ser entendida como um seleção ativas de fatos do passado. Esses fatos são reconstruídos, modificados e selecionados, muitas vezes, movidos por significados políticos presentes. O uso político de certas memórias pode obliterar outras. A constituição de uma narrativa por uma nação pode gerar o apagamento e a impossibilidade de acionamento de memórias de certos grupos que compõe essa nação ou ainda de outras nações. (SAID, 2000)

“People now look to this refashioned memory, especially in its collective forms, to give themselves a coherent identity, a national narrative, a place in the world, though, as I have indicated, the processes of memory are frequently, if not always, manipulated and intervened in for sometimes urgent purposes in the present.” (SAID, 2000:179)

A ideia de construção do Estado e da identidade nacional foram constantes do debate intelectual do século XIX, principalmente nos países colonizados. No Brasil, na primeira metade século XIX a ideia de nação é pensada por meios das concepções de natureza, território e de pátria. Na segunda metade do século XIX, a ideia de nação começou a ser discutido fazendo-se uso das perspectiva de raça e meio geográfico para definir a nacionalidade. Durante o século XX, conceitos como civilização e modernidade são amplamente discutidos no Brasil; principalmente por meio do modernismo, buscou-se reconstruir as narrativas sobre o Brasil e criar novas conexões entre os conceitos de civilização, cultura e nação. (VELOSO; MADEIRA, 1999)

Considerando a atuação recente de agrupamentos que atuam influenciando o Estado Nacional a reconsiderar a sua própria narrativa, novos grupos passam a integrar a narrativa oficial do Estado. O reconhecimento da diversidade cultural como termo constituidor da própria narrativa estatal vem se fortalecendo recentemente. Os temas da diversidade cultural

e da cidadania cultural entram na agenda nacional principalmente após a redemocratização brasileira.

“em meados dos anos de 1970, estendida do chamado período da distensão política, atravessando a eleição indireta de um governo civil, passando pela instauração da assembleia constituinte, a qual vota o novo texto constitucional, em 1988, tendo por desfecho a eleição de um presidente escolhido por voto popular, implicou em um uma virada, do ponto de vista institucional, no tocante à correlação entre Estado e cultura. Isto, na medida em que o terreno é preparado à introdução, entre as obrigações estatais, de velar pelo direito à cultura dos cidadãos brasileiros, na sua dupla face de acesso aos bens culturais e de pertencimento a uma cultura específica” (FARIAS, 2014: 05)

Com a redemocratização brasileira, emergiu uma perspectiva que pretendia valorizar uma aproximação entre a seara cultural e o Estado Nacional. Desse modo, é alterado o funcionamento do Estado no setor cultural. O Estado necessitou focalizar seus mecanismos na busca por respostas às demandas por reconhecimento e, ainda, intensificar suas formas de valorização do capital humano na esfera cultural como forma de incentivo e de reconhecimento identitário. (FARIAS, 2014)

Na XII Reunião dos Ministros de Cultura, 2001, Assunção, os países voltam a ressaltar a importância da diversidade cultural para a identidade nacional; além disso, os países reconhecem a diversidade cultural como um componente importante dos direitos humanos. Em relação ao tema da cidadania, existe a divisão clássica de Marshall¹⁰ que divide a cidadania em três componentes, um relacionado ao direito civil, outro ao político e o último ao social. O autor traça um histórico em que identifica o processo de desenvolvimento da cidadania na Europa, iniciando com os direitos individuais, adquirindo posteriormente os direitos políticos, para, por fim, reivindicar os direitos sociais. Os direitos civis referem-se a direitos de natureza individual, são direitos que tem um caráter defensivo em relação ao Estado, direito de propriedade, de fala, de pensamento. Os direitos políticos remetem a

¹⁰ Ver: MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Zahar Rio de Janeiro.

capacidade de participação no poder político. Os direitos sociais, por sua vez, se associam com um amplo leque de serviços sociais, como o acesso à educação e ao bem estar econômico.

Muitos autores brasileiros criticam algumas proposições de Marshall, dado que consideram que a realidade brasileira não seguiu o mesmo itinerário que o caso inglês descrito por Marshall. A tese da excepcionalidade brasileira é levanta por muitos autores que discutem o tema. A procedência dessa excepcionalidade é explicada a partir de dois enfoques distintos: a tese da posição periférica e dependente, e a tese da herança patriarcal-patrimonial. Os principais argumentos utilizados para justificar a existência de uma cidadania incompleta no Brasil são a ideia de que não se conformou no país um processo de diferenciação social pleno, as esferas do Estado, da sociedade civil e do mercado não constituíram esfera plenamente autônomas; o processo de secularização da base legal não ocorre de forma completa e valores tradicionais continuam a orientar as normas legais; e a tênue linha que divide o público do privado. (TAVOLARO, 2009)

Marilena Chauí, em “Cultura Política e Política Cultural” (1995), afirma que a política cultural deve ser voltada para o usufruto da cidadania cultural. Segundo a autora, no interior da cidadania cultural estão presentes algumas formas de direitos. A cidadania cultural será implantada através da realização dos seguintes direitos: o direito de acesso e de fruição de bens culturais, o direito à criação cultural, o direito a reconhecer-se como sujeito cultural e o direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura. A realização dos direitos culturais é uma das metas das políticas culturais. É possível perceber, na lei N° 8.313, de 23 de Dezembro de 1991, que trata da criação do programa nacional de apoio à cultura (PRONAC), a questão dos direitos culturais. O artigo 1° dessa lei define os objetivos do programa: “Art. 1° Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a: I – contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais”. (Lei N° 8.313, 1991)

A autora defende a concepção de cultura associada ao direito, entendendo a cultura como um direito humano, e, desse modo, como condição necessária para o exercício da cidadania. O entendimento da cultura como um direito está presente em muitos autores, essa concepção ainda está, como foi previamente citado, presente no arcabouço legal brasileiro. Esse juízo é ainda corroborado pela Unesco e pelo países do Mercosul ao entender a diversidade cultural como um direito humano, essa concepção focaliza a atenção na diferença e no direito de usufruir e identificar-se culturalmente de forma distinta.

A primeira vez em que um direito cultural adquiriu status de norma jurídico no plano internacional ocorreu em 1886 durante a Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, o direito assegurado pela convenção foi o direito dos autores sobre as obras. O direito autoral adquire vigor posteriormente com a sua inclusão no rol dos direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ulteriormente, principalmente após a criação da Unesco no pós-guerra, um leque maior de direitos culturais foram sendo assegurados, como o direito a diversidade, a participação na vida cultural, a identidade cultural, entre outros.

O Brasil ratificou a Declaração Universal dos Direitos humanos em 1968, nesse documento previa-se a liberdade de escolha individual sobre a vida cultural. A emenda número 48 à Constituição em 2005 estabeleceu o Plano Nacional de Cultura, que abordou diversos temas como o patrimônio cultural, produção, promoção e difusão de bens culturais e democratização dos bens culturais. O artigo 216 da Constituição Federal abre a possibilidade para que normas infraconstitucionais versem sobre mecanismos de incentivos à produção de bens culturais. Essa norma constitucional permitiu a criação de políticas de incentivos, como por exemplo as políticas de incentivo fiscal. O tema da diversidade cultural somente adquire força de norma jurídica no momento da ratificar da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2007.

Os direitos culturais podem ser identificados como pertencentes aos direitos sociais quando envolvem o acesso à serviços culturais. Conquanto, podem ser percebidos também como direitos civis quando se referem aos direitos de expressão e ao direito autoral.

Ademais, o entrelaçamento entre os direitos políticos e os culturais pode se dar na garantia de participação política no processo de formulação de políticas culturais. A garantia dos direitos culturais envolve uma face ativa do Estado na defesa da diversidade cultural, mas também no incentivo à produção e difusão de bens culturais. Além disso, os direitos culturais podem ser exercidos pela não interferência do Estado em questões como a da liberdade de expressão e produção cultural.

Ainda durante na XII Reunião dos Ministros de Cultura, as partes atentam para os efeitos da globalização na área da cultura, destacando a importância de “Orientar políticas para preservar nossa identidade na diversidade e nossas indústrias culturais no mercado nacional e internacional, como resposta aos desafios que apresentam a globalização financeira, comercial e mediática em que se encontram imersos nossos países. Defender ante os organismos internacionais o direito de promover o desenvolvimento de nossas indústrias culturais.”

É possível perceber que no período pós-guerra, e, especialmente, no último quartel do século XX ocorreram diversas transformações nos modos de produção capitalista, abandonando uma postura planejada inspirada pelas ideias keynesianas e adotando uma maior flexibilidade na produção. Há, no final do século XX, uma grande discussão sobre as causas e os efeitos da globalização.

Daniel Mato, em De-fetichizar la Globalización, entende a globalização como um conjunto de processos. Mato afirma que muitos autores compreenderam a globalização como uma instância supra-humana, e, frequentemente, a fetichizam ou a demonizam. Mato aponta que muitas análises reduzem a globalização à seu conteúdo econômico e tecnológico. Mato entende que uma compreensão mais ampla dos processos de globalização perpassa a análise de atores sociais, de suas interdependências e das inter-relações de tipo global-local. Para o autor as práticas dos atores sociais, sejam empresas, governos e organizações não-governamentais, sempre envolvem aspectos econômicos, sociais e políticos.

“las representaciones que orientan las acciones de numerosos actores locales que juegan papeles significativos en la orientación de las transformaciones sociales en curso se relacionan de manera significativa, pero de formas diversas, con las de los actores globales. Si bien en algunos casos esto supone la adopción de ciertas representaciones y de las orientaciones de acción asociadas a ellas, en otros implica rechazo o resistencia, negociación o apropiación creativa.” (MATO, 2001:24)

O autor afirma que a dimensão política, cultural e econômica não são dados objetivos da realidade, mas sim atribuições subjetivas dadas aos objetos de estudo. Mato salienta a importância da identificação das dimensões política, cultural e econômica nos estudos dos atores e processos. A globalização não pode ser entendida como um processo exógeno feiticizado ou demonizado, é mais frutífero o entendimento de processos de relação entre atores locais, as suas interdependências e suas relações com o atores globais. Os processos sociais contemporâneos podem ser entendidos, de forma mais eficaz, ao se analisar um conjunto de processos envolvendo atores locais, regionais, transnacionais e globais. (MATO, 2005)

Daniel Mato, ao analisar as redes de transnacionais de “think-tankers”, demonstra como um número extenso de atores sociais e instituições se articulam para a propagação de produção simbólica. Diversas instituições de ensino e de pesquisa, intelectuais, empresários, entre outros atores se articulam, sejam eles atores globais, transnacionais ou locais, para produzir, promover e difundir uma produção simbólica com características liberais. Mato, ao analisar as redes transnacionais de produção de bens simbólicos relacionados ao liberalismo político e econômico, busca compreender como o conhecimento é socialmente construído e comunicado. (MATO, 2005)

Diane Stone(2002), em *Global knowledge and advocacy networks*, aborda a questão das redes de conhecimento, *knowledge networks*, essas são redes formadas por associações profissionais, grupos de estudos acadêmicos, comunidades científicas, entre outros que se reúnem em torno de alguma temática específica. Essas redes visam ao aperfeiçoamento, ao compartilhamento e à difusão do conhecimento sobre um tema específico.

As redes de conhecimento funcionam como instrumentos de propagação de ideias. As redes de conhecimento se tornaram atores relevantes no cenário internacional, nacional e transnacional devido a sua capacidade de mediação entre a intelectualidade e o poder político. Sua importância, também, provém das suas capacidades de atrair atenção, seja do meio midiático, do meio político ou privado, e, desse modo, conseguem levantar recursos. O conhecimento e as ideias difundidas por essas redes, frequentemente, tem implicações políticas; a presença de especialista e a pluralidade de participantes, muitas vezes, agregam valor político às redes. (STONE, 2002)

Stone e Mato apontam para um entendimento sobre a globalização que envolve a criação de redes de produção simbólica que articulam atores nacionais, transnacionais e internacionais. Essa contribuição é importante para melhor caracterizar os fluxos e redes de informações contemporâneas. Desse modo, o processo de globalização da produção simbólica não pode ser entendido apenas como um processo de expansão que segue em algum sentido, mas, antes, como uma rede de atores e instituições interdependentes que atuam em diferentes níveis e produzem, distribuem, financiam, difundem e consomem bens simbólicos.

No documento final da XII Reunião dos Ministros de Cultura do Mercosul, a cultura entendida também como instrumento de projeção da imagem nacional no cenário internacional. Segundo Ribeiro(2011), a diplomacia cultural poderia abranger as seguintes ações: intercâmbio de pessoas; promoção da arte; ensino de língua, como veículo de valores; distribuição integrada de material de divulgação; apoio a projetos de cooperação intelectual; apoio a projetos de cooperação técnica e integração e mutualidade na programação. Ribeiro, ainda, intenta distinguir as concepções de relações culturais internacionais e diplomacia cultural. Para ele, as relações internacionais culturais buscam a aproximação entre povos e instituições em proveito mútuo; por outro lado, a diplomacia cultural diz respeito à uma forma específica de relação cultural, o seu objetivo é a satisfação dos interesses nacionais que possuem natureza econômica, comercial, política ou, ainda, cultural.

Harvey(1991) assinala três tendências da diplomacia cultural. A primeira está associada à política cultural exterior estabelecida por alguns países europeus no fim do século XIX e que é melhor desenvolvida a partir do fim de 1930. Uma segunda tendência está vinculada às ações dos organismos intergovernamentais e às ações de organismos culturais multilaterais. A última tendência versa sobre o desenvolvimento de um conjunto de normas legais elaboradas de forma multilateral. Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a política cultural exterior é fortemente marcada pela propaganda cultural. A Alemanha e a França foram destaque nessa área.

“excepcionalmente, dos gobiernos, los de Francia y Alemania, tomarían medidas administrativas y presupuestarias en el cuadro de sus ministerios de asuntos exteriores para favorecer las actividades nacionales, educacionales y culturales, en otros países. Centralizada tales acciones, sobre todo, en el progreso continuo de la actividad educativa subvencionada en países extranjeros, en el caso del gobierno francés; y en el mantenimiento del germanismo fuera de Alemania, mediante escuelas subvencionadas por el Estado alemán en el exterior”(HARVEY, 1991:21)

Uma estratégia importante de política exterior cultural foi implementada pelos países de políticas totalitárias, a propaganda cultural. A URSS criou a “Sociedade Panunionista para las Relaciones Culturales com Países Extranjeros” e, posteriormente, substituída pela União das sociedades soviéticas para a amizade e relações culturais com países estrangeiros. O terceiro Reich, também, fez uso da estratégia de propaganda cultural, exaltando o germanismo, principalmente, entre os alemães e seus descendentes que viviam no exterior. Atualmente, os países se valem de diversos instrumentos para exercer suas políticas exteriores culturais, tanto unilaterais como multilaterais, como a manutenção de estabelecimento de ensino de idioma, assinatura de convênios culturais bilaterais, criação de centros de difusão cultural ou casas de cultura, aproveitamento dos produtos das indústrias culturais nacionais, fomento a exportação de bens culturais, entre outros. (HARVEY, 1991)

Políticas de reconhecimento

Durante a XV Reunião dos Ministros da Cultura, realizada em 2002 na cidade do Rio de Janeiro, os Estados reconhecem o valor que a identidade e a diversidade cultural assumiram na contemporaneidade. “Sabedores de que a Cultura é não só vertente fundamental de comunicação e ponte de integração entre nossos povos, como também ideal e instrumento para dar resposta às dificuldades materiais; Levando em conta o valor crescente que a identidade e a diversidade cultural adquirem no marco da globalização e das atuais negociações comerciais internacionais; E, neste sentido, considerando, além disso, o Mercosul Cultural como foro de desenvolvimento regional;”(XV RMC)

Wallerstein afirma que o mundo passou por grandes transformações com o fim da guerra fria. Uma nova corrente de pensamento chamada de estudos culturais ganhou força acadêmica em diversos países, essa corrente surgiu desde a década de 70, na Inglaterra, entretanto atinge o seu auge na década de 90. Os estudos culturais são, frequentemente, associados ao multiculturalismo, que pode ser entendido como uma demanda política proveniente de grupos que se auto definem como ignorados ou reprimidos. Um outro conjunto de pensadores, por sua vez, possuíam uma análise diferente daquela encontrada entre os autores identificados com a tradição dos estudos culturais, ela era entendida como uma fator gerador de futuras ameaças, ou “choque de civilizações”, afirmando que as disputas se dariam entre o ocidente e os países não-ocidentais. O que era vista como uma perspectiva favorável para o multiculturalismo era vista como ameaça para essa outra corrente, representada, principalmente, por Huntington. (WALLERSTEIN, 2004)

Com o fim da União Soviética, diversos autores refletiram sobre o futuro da organização do sistema internacional. Enquanto alguns como Francis Fukuyama, em “The End of History?” (1989), que previa que com o fim da guerra a humanidade entraria em um período de paz, uma vez que todos os países adeririam ao modelo liberal-democrático; outros como Huntington, previam que a cultura poderia se transformar em um fator galvanizador de crises. Huntington, em “The Clash of Civilization?”, previa que com o término da guerra fria a fonte principal de conflitos não seria mais a ideologia política, nem a economia; os conflitos teriam como origem a cultura. Para ele, os embates ocorreriam entre nações e grupos pertencentes à civilizações diferentes. Os conflitos entre principados, Estados-

Nações, e ideologias eram, na maioria das vezes, conflitos internos do Ocidente, os conflitos que viriam após a guerra fria seriam conflitos que envolveriam o Ocidente e as civilizações não-ocidentais, e entre as civilizações não-ocidentais. (HUNTINGON, 1993) O argumento de Huntington teve grande repercussão principalmente após o início de uma série de conflitos que envolviam a questão da identidade na década de 90, como a crise na antiga Iugoslávia, tensões no Sudão, Índia, entre outros.

Em relação aos estudos culturais, é possível identificar seu foco e suas questões nas problemáticas diferenciadas introduzidas a partir da década de 50, a partir da publicação de três importantes livros: Utilização da cultura, de Herbert Richard Hoggart, e Cultura e Sociedade, de Raymond Williams, e A formação da classe operária inglesa, de E. P. Thompson. Esses três livros formaram a base que apoiaria o surgimento dos estudos culturais. (HALL, 2003)

Os estudos culturais sofreram influência, também, do interacionismo social da Escola de Chicago, principalmente, pela preocupação dos pesquisadores em fazer uso da etnografia para analisar valores, significações experimentadas e vividas por atores sociais. Há, ainda, forte influência do conceito de hegemonia de Gramsci, que pode ser entendida como a competência de um grupo em assumir a gerência intelectual e moral sobre a sociedade. O Centre of Contemporary Cultural Studies, fundado em 1964, na Universidade de Birmingham, Reino Unido, reunia grupos de trabalho que se preocupavam com diferentes áreas de pesquisa (literatura e sociedade, etnografia, teorias da linguagem) e buscavam associar seus trabalhos às questões propostas por movimentos sociais, principalmente o feminismo. (MATTELART, A; MATTELART, M. 1999)

No período pós-guerra, ocorre uma forte expansão do acesso à educação, o número de alunos que ingressam em cursos de ensino superior é bastante maximizado. O mercado acadêmico e o mercado editorial sofrem uma ampla expansão nesse período. Esse período é marcado, também, pela grande presença de nacionais de ex-colônias em solo metropolitano. A entrada desses imigrantes nos cursos universitários acentua a necessidade de um diálogo

sobre a diferença. As políticas de reconhecimento adquirem, assim, uma pujante importância.

Uma mudança importante para a possibilidade de existência da preocupação moderna sobre a identidade e o reconhecimento foi o declínio das hierarquias sociais justificadas pela honra. Em contraposição ao conceito de honra, surge o conceito moderno de dignidade, o conceito de dignidade adquiriu viés universalista e igualitário, principalmente, quando aplicado à concepção de cidadania. (TAYLOR, 1993)

As formas de reconhecimento democráticas são essenciais para a existência de uma cultura democrática. A partir do final do século XVIII, surge uma nova interpretação de uma identidade individualizada, a concepção de identidade individualizada se associa à noção de autenticidade. Emerge uma concepção que valoriza a fidelidade à si mesmo, atribui-se uma importância grande ao modo de vida próprio de uma pessoa. O discurso do reconhecimento brota em dois níveis distintos: primeiro, na esfera íntima, contemplando a formação da identidade; segundo, na esfera pública, por meio de uma política de reconhecimento que desempenha função crescente. (TAYLOR, 1993)

“la importancia del reconocimiento es hoy universalmente reconocida en una u otra forma. En un plano íntimo, todos estamos conscientes de como la identidad puede ser bien o mal formada en el curso de nuestras relaciones con los otros significantes. En el plano social, contamos con una política ininterrumpida de reconocimiento igualitario. Ambos planos se formaron a partir del creciente ideal de autenticidad, y el reconocimiento desempeña un papel esencial en la cultura que surgió en torno a este ideal” (TAYLOR, 1993:57-58)

Um outro aspecto importante para o desenvolvimento da concepção moderna de identidade foi a emergência da política da diferença. A política da diferença não abdica da universalidade. A política da dignidade visa estabelecer uma série de direitos e imunidades

idênticas para todos; por sua vez, a política da diferença almeja o reconhecimento da identidade única, seja individual ou coletiva; existe uma concepção de que identidades distintas foram sendo suprimidas por uma identidade dominante ou majoritária. Desse modo, a política da diferença aponta para a denúncia da discriminação e para a existência de cidadãos de segunda classe. (TAYLOR, 1993)

Honneth procura entender as causas, e como as pessoas participam da interação desde a origem da sua sociabilidade, para ele, a intersubjetividade é motivada visando o conflito, não o consenso. (CAMARGO, 2006) Honneth entende que a reprodução da vida social é realizada seguindo o princípio do reconhecimento recíproco. Essa máxima advoga que o reconhecimento é uma condição para a existência da interação. Honneth parte da hipótese de que as lutas sociais são moralmente motivadas e que elas buscam organizar institucionalmente e culturalmente formas mais amplas de reconhecimento mútuo.

Honneth desenvolveu três formas de reconhecimento. A primeira forma de reconhecimento descrita pelo autor é o amor. O amor engloba todas as relações primárias, isto é, relações baseadas em ligações emotivas fortes. O amor figura como a primeira etapa de reconhecimento recíproco. Os indivíduos, durante a experiência amorosa, vivenciam o reconhecimento mútuo da carência. O estado simbiótico vivenciado pela mãe e o filho representa um momento de completa satisfação. O reconhecimento da existência da mútua independência marca o momento de amadurecimento, pois, nesse momento, o reconhecimento é atingido pela desilusão mútua em relação à simbiose. O amor parte de uma simbiose para um relação de reconhecimento recíproco da individualidade. (HONNETH, 2003)

“o deslocamento do foco para aquela parte do próprio self que Mead chamou de “eu” pressupõe, por isso, uma confiança em que a pessoa amada preserve sua afeição mesmo que a própria atenção na se direcione a ela; mas, por sua vez, essa segurança é apenas o lado exterior de uma certeza amadurecida de que as próprias carências vão encontrar permanentemente satisfação por parte do outro”(HONNETH, 2003 :173-174)

Outra forma de reconhecimento descrita por Honneth é o direito. O direito, diferente do amor, somente surge com o desenrolar histórico. Quando regidos pelo mesmo estatuto jurídico, os indivíduos se reconhecem reciprocamente como sujeitos de direito. O indivíduo, quando inserido no contexto de uma organização social definida a partir da divisão do trabalho, é portador de determinados direitos, e possui, ainda, a prerrogativa de apelação em caso de violação desses direitos. Com o desenrolar histórico, diversos novos direitos passam a ser considerados como direitos fundamentais. Essa ampliação é, sempre, fruto de conflitos históricos que se baseiam, em termos retóricos, na necessidade de ampliação de direitos para o usufruto da condição de membro igualitário de uma coletividade política. O auto respeito é uma condição necessária para a existência de uma relação jurídica efetiva. A negação de direitos individuais a certos grupos significa a negação social da possibilidade desse grupo constituir um auto respeito. (HONNETH, 2003)

A última forma de reconhecimento descrita por Honneth se baseia na solidariedade. O reconhecimento por meio da estima social repousa na ideia de particularidade. A estima social é atribuída pela diferenciação. Em cada organização social existem critérios específicos para a definição de quais posições sociais e capacidades são elegíveis como passíveis de gerar estima social. Uma concepção mais aprofundada de estima social só é possível em sociedades que possuem um grau maior de individualização. A existência de um leque mais amplo de maneiras de granjear o reconhecimento da estima social promove um deslocamento semântico da ideia de honra para o conceito de prestígio social. Na concepção de prestígio, a reputação substitui a ideia de honra, o reconhecimento social para a ser conquistado pelas capacidades, e realizações individuais. (HONNETH, 2003)

“nesse sentido, sob essas novas condições, vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como “valiosas” pelos demais membros da sociedade; com todo o sentido, nós podemos chamar essa espécie de auto-realização prática, para a qual predomina na língua corrente a expressão “sentimento do próprio valor”, de “auto-estima”, em paralelo categorial com os conceitos empregados até aqui de “autoconfiança” e de

“auto-respeito”. Na medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social.” (HONNETH, 2003 :210)

Ao preceito de relações de estima social simétrica entre indivíduos autônomos, associa-se a solidariedade. O conceito de solidariedade se associa à estima social na medida em que, nas sociedades modernas, os indivíduos mutuamente se reconhecem como possuidores de capacidades importantes para a reprodução da coletividade social. A simetria não significa igual importância para a coletividade, mas, sim, que todos tem a capacidade, por meio de suas realizações pessoais, de se assumir como possuidor de utilidade para a totalidade. (HONNETH, 2003)

Axel Honneth descreve, além das formas de reconhecimento, também, as consequências decorrentes do não reconhecimento. Os maus tratos, e as violações correspondem ao não reconhecimento da dedicação amorosa. A privação de direitos e exclusão está associada à dimensão do respeito, que é decorrente das relações jurídicas. A degradação e a ofensa vinculam-se à falta de reconhecimento da estima social.

Axel Honneth procura desenvolver um modelo para a análise em que o reconhecimento, e os conflitos inerentes a busca por reconhecimento sejam centrais. A luta por reconhecimento é um elemento central na teoria de Honneth. Essa luta por reconhecimento adquire um viés social na medida em que os fins almejados pela luta se propagam para além do terreno individual, tornando-se, muitas vezes, movimentos coletivos. Tanto a dimensão afetiva, quanto a dimensão do direito e da estima são vividos e tramados na vida social por meio da luta constante por parte dos grupos sociais.

A luta por reconhecimento não é apenas um componente importante para os indivíduos e para os grupos sociais, mesmos os Estados pautam muito de suas práticas pelo desejo de reconhecimento. A concepção majoritária identifica que os Estados agem, no plano

internacional, motivados apenas por interesses comerciais ou geopolíticos. Para Honneth, as práticas de muitos Estados não podem ser suficientemente bem explicadas caso não se considere a dimensão do reconhecimento. (HONNETH, 2010)

Na teoria de Honneth é possível localizar uma discussão sobre o conceito de justiça e, também, oferece um modelo de análise das lutas sociais. Os argumentos de Honneth vão ao encontro de uma série de movimentos sociais contemporâneos que são pautados em reivindicações baseadas na alteridade entre a diferença e a identidade. Para Honneth, os conflitos sociais são decorrentes de um tipo de injustiça que é baseado na luta por reconhecimento. Desse modo, é possível entender que para Honneth toda injustiça pode ser apreendida pela percepção subjetiva dos agentes. (CAMARGO, 2006)

As políticas de reconhecimento tiveram um papel especialmente importante nas políticas de países que receberam um grande montante de imigrantes no pós-segunda guerra e em países onde convivem raízes culturais e linguísticas distintas. Essa tradição, entretanto, deixou grandes marcas na formulação de uma normatividade no plano internacional, além de influenciar politicamente e teoricamente diversos Estados e pesquisadores ao redor do mundo. No documento analisado é possível perceber a centralidade que adquire a questão da diversidade cultural. O respeito a diversidade cultural é uma agenda fortemente reivindicada por múltiplos movimentos sociais e essa agenda adquiriu na contemporaneidade uma grande importância, imputando significados em atores e instituições e, ainda, pautando práticas de atores e instituições oficiais, como observa-se nos debates sobre cultura no âmbito do Mercosul.

Capítulo 3. Política externa de Fernando Henrique e Lula: semelhanças e contrastes

É possível perceber semelhanças e diferenças nos padrões discursivos da política externa do presidente Lula e do presidente Fernando Henrique. O discurso possui um papel central nas atividades de política externa, desse modo, a análise discursiva das falas dos dois

presidentes e dos seus respectivos chanceleres pode apontar para tendências nas suas políticas externas. Temas como a economia tiveram forte centralidade para os dois governos e em relação ao espaço regional a região da América do Sul ocupou um lugar distinto. Ambos os governantes estabeleceram uma relativa distância em relação aos Estados Unidos. É importante salientar, também, que enquanto o governo FHC dirigiu suas práticas discursivas para as regiões europeia e para a América do sul, o governo Lula apresentou um caráter mais plural e diversificado, tanto em relação as temáticas quanto em relação as parcerias. (VILELA; NEIVA,2011)

A Política externa do governo Fernando Henrique Cardoso foi definida pelo seu chanceler, Luiz Felipe Lampreia, com o termo “autonomia pela integração”. O chanceler, em “A política externa do governo FHC: continuidade e renovação”, entende que o conceito de autonomia pela integração é útil para diferenciar-se de períodos anteriores onde a busca pela autonomia estava vinculada ao isolamento. “ao longo de oitos anos de governo buscou-se substituir a agenda reativa da política externa brasileira, dominada pela lógica da autonomia pela distância, que prevaleceu na maior parte do período da Guerra Fria, por uma agenda internacional proativa, determinada pela lógica da autonomia pela integração”(VIGEVANI;OLIVEIRA;CINTRA,2003:32)

Desse modo, busca-se, no governo FHC, resgatar a credenciais e a credibilidade internacional brasileira, para tanto o Brasil decide aderir aos regimes internacionais de direitos humanos e de não-proliferação nuclear. Para Lampreia, a decisão de aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e de aceitar a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos é um exemplo do exercício da autonomia pela integração, pois era necessário que o Brasil renovasse suas credencias, demonstrando a consolidação de um novo momento histórico regido pela democracia.

Dentro das iniciativas de política externa do governo FHC podemos citar a reiteração de conceitos como o de global trader, a aposta no Mercosul como ambiente de inserção competitiva da economia brasileira no plano internacional, sem esquecer as possibilidades

de integração com outras regiões. Na política externa de Fernando Henrique, foi comum o uso dos termos “convergência” e “crítica”, pois, se por um lado, o governo explicitava o seu entendimento com o mainstream da política internacional, por outro não se ausenta em criticar as distorções do sistema internacional quando julga necessário fazê-lo. A busca de se atuar dentro do sistema internacional para, assim, procurar solucionar divergências foi uma constante no governo FHC, desse modo, cresce a participação brasileira nos organismos internacionais, como por exemplo a OMC. Uma marca importante da ação diplomática do governo FHC foi o uso frequente da chamada diplomacia presidencial, já ensaiada no governo Collor mas que adquire maior fôlego durante o governo de Fernando Henrique. A presença constante de FHC em cenários internacionais e o relativo sucesso do plano real contribuíram para melhorar a imagem do país no plano internacional. (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003)

É comum o entendimento de que o avanço no Mercosul se deu muito pela atuação da diplomacia presidencial. O mecanismo da diplomacia presidencial é comumente utilizado toda vez em que uma decisão crucial precisa ser tomada ou quando grandes problemas precisam ser resolvidos. O uso da diplomacia presidencial foi muito importante, por exemplo, no caso do setor automobilístico, considerado tanto pela Argentina quanto pelo Brasil setores de difícil negociação, durante a crise automobilística de 1995, ambos os presidentes foram identificados como atores responsáveis pela solução do problema. (MALAUD, 2005)

Um dos eixos prioritários do governo FHC foi o fortalecimento do Mercosul. A substituição da ênfase na América Latina pela América do Sul inicia-se no momento da atuação de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Relações Exteriores. Essa remodelação da esfera regional é continuada quando o ex-chanceler assume a presidência. (VIZENTINI, 2008)

Quanto ao Governo Lula, é possível identificar três dimensões de sua política externa: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira

dimensão pode ser entendida como realista, a segunda como resistência e afirmação e a terceira como propositiva. É possível notar certo destaque dado à América do Sul, ao protagonismo diplomático e ao processo de integração. Busca-se no plano regional não só a integração econômica e política, mas, também, uma ação concertada no plano internacional. (VIZENTINI, 2005)

Durante o governo Lula é possível observar um aumento substancial da participação brasileira na questão de segurança internacional, um exemplo disso é a atuação brasileira no Haiti e o compromisso com programas de reconstrução e de ações humanitárias. O presidente foi, pessoalmente, muito importante na criação do grupo de amigos da Venezuela, que colaborou para evitar que uma situação crítica no país pudesse conduzir a um conflito civil. Durante o governo Lula, ocorreu um acréscimo das relações bilaterais brasileiras, assim, foi aumentado substancialmente o número de representações brasileiras no exterior. Houve, ainda, um aumento do corpo diplomático e, também, incremento do uso da diplomacia presidencial. No governo Lula, a integração sul americana foi um ponto importante, houve um forte aumento do comércio intra-regional, assim como a criação do parlamento do Mercosul e da FOCEM. No que tange à esfera política, foi criada, em 2008, em Brasília, a UNASUL, importante mecanismo de integração regional. Uma característica importante do governo Lula foi a atenção especial dada a cooperação sul-sul, essa estratégia política teve grande destaque como forma de exercer a solidariedade e com benefícios mútuos. Há, ainda, iniciativas importante como a criação do IBAS e a institucionalização do BRIC. (AMORIM, 2010) É possível perceber nas falas de Celso Amorim o significado atribuído a mudança do governo de FHC para Lula, a mudança é considerada como sendo considerável e os contrastes são explicitados.

Com a mudança para o Governo Lula, a preferência pela negociação com os países desenvolvidos é diminuída. As demandas da política externa brasileira em relação a esses países, principalmente na área agrícola, passa a se agrupar na arena multilateral. (VEIGA, 2005) As vitórias nos painéis abertos pelo Brasil contra o protecionismo dos países desenvolvidos na Organização Mundial do Comércio, como no caso das medidas antidumping adotadas pelos Estados Unidos em relação à importação de determinados tipos

de suco de laranja e no caso dos subsídios americanos à produção de algodão que tiveram como resultado a maior compensação financeira da história da organização internacional, US\$ 147 milhões por ano, contribuíram para o fortalecimento do reconhecimento interno da importância da esfera multilateral como um espaço de reivindicação das demandas brasileiras.

“Desde então, ao longo desses 17 anos, o Brasil participou de 106 contenciosos, dos quais 25 casos como demandante, 14 como demandado e 67 como terceira parte. Esses números revelam que o país é um dos Membros mais ativos no OSC e os gráficos da página seguinte demonstram que o Brasil figura em quarta posição na qualidade de demandante e em sétima posição no ranking total de casos da OMC, sendo o país em desenvolvimento que mais demandas iniciou. Resalte-se que a participação expressiva como terceira parte reflete a intenção brasileira de estar a par dos grandes temas em disputa entre os Membros da OMC e de influenciar, na medida do possível, a formação de jurisprudência consistente com as regras multilaterais.” (PEREIRA; COSTA; ARAUJO, 2012:122)

No início do governo Lula, as negociações econômicas com países em desenvolvimento adquirem um caráter estratégico. A dimensão sul-sul adquire relevância, isso significa o incentivo a negociação tanto fora do ambiente latino-americano quanto dentro dele. Um conceito importante introduzido na gestão de Lula é o de reciprocidade assimétrica em que países menores ou menos desenvolvidos receberiam melhor tratamento, exemplo disso são as negociações brasileiras com a Comunidade Andina. (VEIGA, 2005) A Diplomacia do governo Lula percebe os custos envolvidas na liderança regional, seja por meio da concessão de créditos especiais, seja por meio da diminuição do isolamento brasileiro em relação às políticas domésticas regionais, como no caso da criação do Grupo de Amigos da Venezuela ou no comando das forças de paz no Haiti. (LIMA, 2005)

“Em suma, a estratégia de negociações do governo Lula pode ser tida como um investimento simultâneo: (i) em um multilateralismo compatível com objetivos de desenvolvimento – via OMC e aproximação com outros

países em desenvolvimento –; e (ii) na inserção regional do país, em detrimento da consolidação de laços preferenciais com países desenvolvidos, que absorveram boa parte dos esforços negociais dos governos anteriores” (VEIGA, 2005: 06)

Em relação à agenda do Mercosul, durante o primeiro biênio do Governo Lula, é possível identificar alguns resultados que estavam presentes na agenda do bloco, assim como a ausência de soluções em relação a alguns temas. A instalação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, a aprovação do Visto Mercosul, assinatura do Acordo de Livre Comércio Mercosul-CAN são registros de avanços da integração regional, porém temas presentes na agenda não foram solucionados como a ausência de avanços na remoção de barreiras não-tarifárias e pouca abordagem de temas importantes como a dupla tributação da Tarifa Externa Comum e a certificação de origem. (MARKWALD, 2005)

Capítulo 4. Organizações Internacionais, Criatividade e Indústrias Criativas.

Cultura e Organizações Internacionais

Na XVI Reunião dos Ministros de Cultura, realizada em Assunção no ano de 2003, os países membros do Mercosul e os representantes da Bolívia e do Chile emitiram uma declaração conjunta. “Ante as atuais e futuras negociações comerciais internacionais, convencidos da necessidade de garantir a soberania dos Estados para gerar e fomentar o desenvolvimento das políticas públicas em matéria cultural e promover um maior equilíbrio no intercâmbio dos bens e serviços culturais, incluindo as novas tecnologias, resolvem instruir as autoridades competentes de seus respectivos países a preparação e aprovação de uma Convenção Internacional para a Diversidade Cultural no marco da UNESCO.”

Em relação à temática cultural, as instituições internacionais tem fomentado o diálogo entre os países, a cooperação internacional e a integração regional. Temos como exemplos a UNESCO, a Organização dos Estados Ibero-americanos(OEI), e o Convênio Andrés Bello(CAB). Essas organizações internacionais entendem a cultura de uma forma mais ampla, como legado dos povos, constituindo, assim, distintas formas de pensar, agir e sentir. As instituições internacionais se dividem na sua forma de abordar a cultura em dois eixos principais: a temática da diversidade, valorizando, assim, o respeito às diferenças; e a correlação entre cultura e desenvolvimento, compreendendo a cultura como um imperativo para o desenvolvimento humano. As organizações internacionais passam a atuar como formuladoras de normas e de valores relacionados à esfera cultural. (RUBIM, 2005)

“através da investigação realizada em 2004, no âmbito da Cátedra Andrés Bello - UFBA, sobre as políticas dos organismos multilaterais na área da cultura, constatou-se que as referidas instituições desempenhavam predominantemente o papel de arenas internacionais onde são promovidos intensos e profícuos debates sobre várias questões que permeiam o tema da cultura. Com a realização de inúmeros fóruns, conferências e encontros, as entidades acabam por se constituir em uma espécie de “elites intelectuais”, formuladoras de princípios e normas sobre temas candentes que perpassam o campo da cultura. A variedade de resoluções, de declarações e de acordos, derivados desses fóruns de discussão, reflete o importante papel desses atores enquanto formuladores e fomentadores de políticas culturais.” (RUBIM, 2005:22)

As organizações internacionais têm, nos últimos anos, emergido como espaço prioritário para o debate e a elaboração de normas e de princípios que orientam políticas e práticas sociais na esfera cultural. Desse modo, se comportam como instâncias internacionais que conduzem a agenda internacional na esfera da cultura. (PITOMBO, 2007). Em 2005, foi adotada a Convenção sobre a Proteção da Diversidade de Expressões Culturais na UNESCO que visa orientar as políticas nacionais de proteção e promoção da diversidade cultural. A posição brasileira foi muito importante na Convenção e exerceu grande influência entre os países periféricos. O Brasil, juntamente com a União Europeia, o Canadá e outros países foram importantes articuladores para a aprovação da Convenção, que sofreu grande oposição

de países como os EUA e Israel. A argumentação técnica da posição brasileira foi definida pelo Ministério da Cultura, pontos importantes dessa argumentação foram: a inclusão da política cultural como ponto fundamental das políticas de desenvolvimento; necessidade de expansão do conceito de cultura; a importância de fortalecer as indústrias culturais dos países em desenvolvimento e manutenção da soberania estatal no âmbito das políticas culturais. (KAUARK, 2010)

A estratégia de transferência para o âmbito do jurídico, por meio de tratado internacional, que após ratificado possui caráter legal, representa uma alteração na forma de regular o comércio de bens simbólicos, que, até o momento, era tratado a partir das legislações comerciais comuns.

O grande debate da Convenção da diversidade era sobre a relação entre a cultura e a economia. Buscou-se criar um contexto internacional em que fosse possível regular de forma equilibrada as trocas comerciais de bens culturais. Pode-se entender, então, que o trabalho de se chegar a um acordo para a construção de um tratado que versasse sobre a proteção e a promoção da diversidade está vinculado à função galgada pelos bens simbólicos em um contexto de globalização econômica. Todo o processo de consolidação de uma norma geral sobre a diversidade cultural foi marcada pela presença de um leque grande de atores que disputavam, negociavam e tomavam posições. Essa disputa entre atores de diferentes níveis e contextos demonstra que o tema da relação entre cultura e economia possui grande complexidade e sua importância é reconhecida por atores de diversos níveis. (PITOMBO,2010)

A percepção principal que orientou as negociações foi a de que os bens culturais possuem uma particularidade e, por isso, não poderiam ser tratados simplesmente como mercadoria, já que ao seu consumo e produção estão vinculados valores, sentidos e identidades. (PITOMBO, 2010)

Criatividade e Indústrias Criativas

Ainda na XVI RMC, os Estados concordam em “Gerar, em regime de consulta mútua, no âmbito do MERCOSUL, Bolívia e Chile, um espaço de reflexão comum acerca da necessidade do resgate, conservação e promoção do patrimônio imaterial de nossos países, levando em consideração que a valorização do mesmo constituirá um suporte para a identidade e para o turismo cultural.”

Na XVI RMC, os Estados decidem apoiar a proposta da República do Chile de se constituir em país piloto na continuidade do estudo sobre Direitos Sociais dos Artistas do MERCOSUL, Bolívia e Chile, para contribuir com os trabalhos do primeiro observatório mundial sobre o tema, patrocinado pela UNESCO. O observatório foi criado para tornar possível uma visão geral sobre as condições sociais dos artistas no mundo, e, assim, permitindo estabelecer comparações entre os países. Durante o Congresso mundial sobre a implementação das recomendações sobre as condições dos artistas, a UNESCO apontou para a necessidade de se criar um mecanismo para se analisar as condições sociais dos artistas, a UNESCO criou um observatório online em 2003.

Ainda durante a XVI RMC, os Estados parte concordaram em aderir aos conceitos propostos durante a XI Reunião da UNCTAD, realizada em São Paulo, Brasil, “a comunidade internacional deve concentrar seus esforços para apoiar os países em vias de desenvolvimento visando ampliar de maneira ativa sua participação nos diversos setores dinâmicos existentes, como uma forma efetiva de proteger e promover suas indústrias criativas”. (XVI RMC)

A ideia de defesa da indústria nascente foi uma concepção muito importante durante o processo de substituições de importações. O Processo de substituição de importações como um modelo de desenvolvimento implica em alterar-se o centro dinâmico da economia, passando de um modelo agroexportador para um modelo de industrialização voltada ao mercado interno. A ideia de indústria nascente gera a necessidade de se proteger certos setores da economia doméstica do livre-comércio, essa atitude é justificada como uma maneira de se agregar competitividade as indústrias locais. O modelo de substituição de

importações durou até de 1964 no Brasil, momento em que um conjunto de crises tanto política quanto econômica inviabilizaram a manutenção do modelo de desenvolvimento. (GREMAUD; VASCONCELLOS, 2007)

A diplomacia brasileira, juntamente com a indiana, foi fundamental para a criação da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Dentro da UNCTAD, surgiu o g-77, uma coalização de países em desenvolvimento que procura promover os interesses desses países no que diz respeito ao comércio e a economia internacional. O g-77 apresentava uma visão sistêmica da economia mundial e, desse modo, clamava por reformas em diferentes setores. Entre as propostas apresentadas pelo grupo estão: cooperação na transferência e no desenvolvimento de tecnologia, fortalecimento da integração econômica sub-regional e inter-regional, criação de um sistema global de preferências de comércio entre países em desenvolvimento. (CALDAS, 2000) É possível notar a recuperação do termo de indústria nascente, no caso referindo-se às indústrias criativas, a lógica inerente ao modelo de substituição de importações, porém não é alterada. A necessidade de proteção frente ao livre-mercado continua a ser justificada pela imaturidade da indústria doméstica.

Ainda na XVI RMC, os membros abordam a questão das indústrias criativas e a importância que a criatividade assume na atualidade. “Destacam a importância das Indústrias Criativas por seu impacto no incremento do intercâmbio entre nossos povos, que preservam e promovem a herança e a diversidade cultural. A criatividade mais profundamente insere no patrimônio e na herança cultural de cada país a excelência das expressões artísticas, a abundância de ideias e talentos e a abertura para novas influências e experimentações não constituem privilégios dos países.”

Um aspecto diferenciador do trabalho de Celso Furtado em relação à outros pensadores estruturalistas está na relação estabelecida pelo autor entre cultura e desenvolvimento. O desenvolvido está vinculado à cultura globalmente, por meio da habilidade criadora do homem. Para Celso Furtado, O processo de criatividade e inovação ocorre em três âmbitos do sistema cultural. No âmbito da cultura material, que se refere ao

todo e se expressa por meio do dueto progresso técnico e acumulação de capital. O segundo âmbito é a cultura não-material que se refere ao contexto sociopolítico. A criatividade política e a própria ação política são entendidos como para o progresso. O terceiro âmbito se refere, também, ao aspecto não material da cultura, porém não são considerados no âmbito sociopolítico. Os surtos de criatividade que se manifestam em alguns períodos históricos são intensos nesse terceiro âmbito. O terceiro âmbito está relacionado a realização das potencialidades latentes do homem que refletem em atividade como a reflexão filosófica, a criação artística e a pesquisa científica. Os processos de inovação ocorrem de forma inter-relacionada dentro dos três âmbitos da cultura. O que Celso Furtado se propõe compreender é como que se produz subdesenvolvimento e quais os elementos que obstaculizam o avanço do desenvolvimento do sistema cultural global dos países que se inserem internacionalmente de forma dependente. (RODRÍGUEZ, 2007)

A humanidade possui um potencial criador imenso como prova disso está a vasta multiplicidade cultural. A atividade inventiva ocorre em um ambiente estruturado, primeiramente, a sociedade se reproduz e, concomitantemente, imprime uma coerência diacrônica à cultura. A dualidade da cultura que surgiu com a revolução burguesa, o feudal e o burguês, está no processo de formação da civilização europeia. A Europa lidou com a crescente subordinação das ações criativas à racionalidade instrumental. Um exemplo disso é a atividade artística que foi, gradativamente posta a serviço da diferenciação do consumo. A criatividade como um fim em si mesma foi, cada vez mais, enfraquecida, enquanto que a relação entre a inventividade e ação humana no mundo foi fortalecida. O processo de secularização não instituiu um “amadurecimento” dos espíritos e sim um condicionamento da atividade criativa. (FURTADO, 1978).

“Na medida em que a criatividade é posta a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo-se a ilusão de que todo avanço da “racionalidade” na esfera econômica, contribui para a liberação ou “desalienação” do homem” (FURTADO, 1978:85). Todas as formas de criatividade podem ser utilizadas pelo processo de acumulação, porém a ciência e tecnologia, que possuem resultados cumulativos,

melhor contentam a acumulação econômica. Sem a ciência e a tecnologia o processo de acumulação nunca poderia ter adquirido a magnitude que possui. (FURTADO, 1978)

“O progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento, que cria o desenvolvimento. É neste sentido que a ideia de desenvolvimento se liga intimamente à de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir” (FURTADO, 1980:43-44)

Ao contrário do que previa os economistas clássicos, a prática econômica não é organizada com vistas ao atendimento do quadro de necessidades humanas previamente ponderadas. Toda a atividade econômica possui um caráter técnico; a técnica é decorrente da criatividade humana. (FURTADO, 1980) A contribuição de Celso Furtado sobre a criatividade é muito importante para se entender o debate sobre as indústrias culturais. A capacidade inventiva como um instrumento importante para a produção capitalista é um traço marcante das chamadas indústrias culturais.

Raymond Williams(1992) analisou a relação entre produtores culturais e instituições, observando como se dá a relação entre as formas de financiamento e a produção cultural. Para ele, é possível perceber historicamente um aumento da participação do mercado nas artes, em substituição às relações de patronato. Dentro do contexto do mercado, a produção artística é voltada para a troca monetária. A obra de arte é colocada à venda, comprada e possuída. Na situação pós-artesanal há um intermediário entre o produtor e o consumidor, a obra é vendida a um distribuidor que a revende. Dessa forma, começa a se instituir uma relação capitalista, em que o intermediário compra obras visando o lucro. Depois da fase pós-artesanal, aparece uma fase em que há um mercado profissional organizado, onde são acrescentados intermediários, como o agente literário.

Pierre Bourdieu (2005), em “A Economia das Trocas Simbólicas”, afirma que ocorreu, na Europa, uma automatização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens culturais. Durante toda a idade média e grande parte do renascimento, a vida intelectual e artística estava sob tutela da Igreja e da aristocracia, porém foi se libertando progressivamente desse controle e afastando-se também de suas demandas éticas e estéticas. Com essa libertação, ocorre a constituição de um campo artístico e intelectual, que se define em oposição a outros campos. Desse modo, o poder de legislar na esfera cultura passa a ser restrito àqueles que possuem poder e autoridade propriamente culturais. O processo de automatização do campo intelectual e artístico se sucedeu, conjuntamente com uma série de outras transformações: a constituição de um público de consumidores cada vez mais extenso e diversificado, que possibilitava aos produtores de bens simbólicos uma independência econômica e uma legitimação paralela, o surgimento de um grupo cada vez mais numeroso de produtores e empresários de bens simbólicos, o aumento do número e da diversidade de instâncias de consagração competindo pela legitimidade cultural.

Bourdieu afirma que o processo de automatização da produção intelectual e artística está relacionado a formação de um grupo mais inclinado a levar em conta as regras afirmadas pela própria esfera intelectual ou artística. Esse processo tem ligação com a mudança na relação entre artistas e não-artistas e também com a alteração nas relações entre os próprios artistas, o que resulta em uma nova definição da função da arte e da função do artista. Esse movimento de automatização, segundo Bourdieu, ocorreu em ritmos diferentes entre as sociedades europeias, porém em todas elas esse processo se acelera sensivelmente com a Revolução Industrial.

Após a Segunda Guerra Mundial(1939-1945), ocorre uma expansão do número de produtores, intermediários, e consumidores de bens simbólicos. Esse aumento da produção simbólica é acompanhado de uma intensificação da divisão internacional do trabalho no que diz respeito a produção simbólica. Hesmondhalgh afirma que na segunda metade do século XX o número de indústrias culturais cresceu de forma acelerada. Esse aumento está vinculado à prosperidade vivenciada nos países do norte, ao aumento do tempo destinado ao

lazer, ao incremento da alfabetização, e à ampliação do acesso aos “cultural hardwares”, como a televisão e os computadores para uso pessoal em muitos países europeus, latino-americanos, e norte-americanos. (HESMONDHALGH, 2005) “advanced industrial societies and undergoing a gradual shift from emphasis on economic and physical security above all, toward greater emphasis on belonging, self-expression, and the quality of live”(INGLEHART, 1990:11)

Harvey(2009), em Condição Pós-Moderna, afirma, que com a crise do fordismo, emerge a acumulação flexível. A acumulação flexível é um modelo de acumulação caracterizado pelo surgimento de setores de produção novos. Surge, nesse contexto, o setor de serviços e conjuntos industriais novos em regiões até então subdesenvolvidas. Na acumulação flexível o modelo de produção é o just-in-time, que é baseado em economias de escopo. A produção just-in-time se dá em pequenos lotes e é voltada para atender a demanda. Manuel Castells (2009), em “A Sociedade em Rede”, afirma que no modelo de produção just-in-time os estoques são eliminados ou reduzidos drasticamente, há na linha de produção um controle de qualidade total, visando diminuir os defeitos e melhorar a utilização dos recursos. Há, nesse contexto, uma reestruturação do trabalho, a organização do trabalho se torna mais horizontal e flexível.

Manuel Castells (2009), em Sociedade em Rede afirma que no último quartel do século XX surgiu em escala global um nova economia que é, ao mesmo tempo, informacional, global e em rede. Para Castells, essa nova economia é informacional pois a produtividade e a competitividade das unidades nessa economia dependem de suas capacidades em aplicar a informação baseada em conhecimentos. De acordo com Castells, essa nova economia é global porque suas atividades produtivas, o consumo e a circulação estão organizados em escala global. Castells afirma que essa nova economia funciona em rede pois sua produtividade e concorrência são feitos em uma rede global de interações entre redes empresariais.

Considerando a importância da informação e das transformações dos modos de produção recentes e, ainda, as transformações ocorridas no que diz respeito ao acesso à educação, expansão do mercado produtor e consumidor de bens simbólicos, mudança de valores, é possível entender que o relacionamento entre a esfera cultural e a esfera econômica assume um tom diferenciado a partir do final do século XX. É possível observar que, historicamente, houve uma aproximação entre a esfera da produção cultural e a esfera econômica. Krishan Kumar(1997), em “Da sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna”, defende que o novo paradigma de acumulação de capital tornou-se aos poucos um regime de geração de significados. Para ele, há uma culturalização dos meios de produção e, também, das relações de produção.

As indústrias criativas e a economia criativa são facetas importantes do atual entrelaçamento entre cultura e economia. A economia criativa pode ser entendida como “A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais” (MIGUEZ, 2007:97)

7) O crescimento da economia criativa teve profundos efeitos entre os grupos sociais/classes, alterando a constituição de alguns grupos e criando outros.(FLORIDA, 2002)

O impacto da economia criativa na produção global é significativa, segundo o Banco Mundial, essa área corresponde a 7% do PIB mundial. O termo economia criativa é de origem histórica recente, um dos primeiros exemplos do uso do termo foi feito por John Howkins, com o livro *The Creative Economy – how people make Money from ideas*. A origem geográfica do conceito é anglófila, desse modo, o conceito tem ampla penetração em países como Reino Unido, Estados Unidos, Índia, Austrália e Nova Zelândia, no entanto, o conceito, também, tem forte presença no Extremo Oriente e, mais recentemente, vem ganhando destaque na América Latina e África. (MIGUEZ, 2007)

A produção simbólica que é designada como indústria criativa desempenhou um papel importante na América Latina e a sua expansão está vinculada ao crescimento da urbanização e da industrialização. Assim como em outros países da América Latina, o desenvolvimento da indústria cultural argentina esteve associado à expansão da industrialização, da urbanização e da demanda por bens simbólicos.

A partir da década de 1920, meios de comunicação como o rádio e o cinema começaram a ganhar destaque e a aumentar sua difusão. Entre os anos 40 e 50, a indústria argentina cinematográfica se consolidou sendo, na época, o mais importante complexo cinematográfico da América do Sul. No entanto, a indústria cinematográfica argentina foi perdendo sua preponderância a partir da década de 50. Apesar de uma melhora no início da década de 1970, o período militar, com sua política conhecida como “Proceso” (1976-1982) contribuiria para deteriorar o cenário cinematográfico argentino. As sociedades familiares que administravam as mais importantes indústrias culturais do país foram substituídas por “sociedades anônimas”, favorecendo o monopólio e a censura aos sistemas de rádio difusão. No final da década de 1980, a Argentina vivenciou um momento próspero de suas indústrias culturais. O impacto da televisão à cabo e das locadoras de vídeos fez com que a indústria audiovisual se transformasse no mais importante setor da indústria cultural no país. (GETINO, 2003)

Em relação a mensuração da importância da indústria criativa no Brasil para a economia, O sistema FIRJAN¹¹ realizou estudos para mensurar o impacto da econômica criativa na economia brasileira. A partir da pesquisa foi possível constatar que os funcionários empregados na economia criativas ganham em média 45% mais do que empregados de outros setores, essa diferença é explicada pelo alto valor agregado da atividade e pelo nível de instrução dos profissionais. O emprego no setor criativo correspondia, em 2010, a 1,7% do total dos empregos formais no Brasil. Os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo são os que apresentam os maiores contingentes relativos de profissionais. No entanto, se consideramos, ainda, as atividades relacionadas e de apoio às

¹¹ Nota Técnica. A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil, edição 2011. Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Gerencia de Estudos Econômicos. No 10. Outubro, 2011.

atividades criativas, o total de profissionais aumenta significativamente, correspondendo a 24% dos trabalhadores formais do país.

O entrelaçamento entre economia, cultura e criatividade é um debate contemporâneo importante. É possível notar nos documentos analisados a preocupação dos países membros com a temática. É importante salientar, também, que a atenção destinada ao tema diz respeito às formas de atuação do Estado para a promoção e proteção dessas cadeias produtivas.

Linguagem, Cooperação e Crise econômica

Em 2005, em Ciudad del Este, na XX RMC, se discutiu sobre a necessidade de se reformar a Ata de Fortaleza. Os Estados membros consideram que o Protocolo de Integrador Cultural do MERCOSUL (Ata de Fortaleza de 1996) precisa ser revisado para que sejam incorporadas as novas temáticas e conteúdo que nos últimos tempos vêm impactando a agenda de cultura no âmbito nacional e internacional.

A Ata de Fortaleza representou o início da inserção da cultura no processo de integração regional do Mercosul. O encontro reuniu diversos especialistas, pesquisadores e burocratas e buscou delinear o sentido da integração no campo da cultura. Durante o evento, foram debatidos diversos temas como o sentido do Mercosul, Mercosul e globalização, Mercosul e sociedade. O encontro foi coordenado por Roberto DaMatta e Felix Peña e tinha como objetivo pensar o Mercosul para além do seu sentido econômico, assim buscou-se pensar sobre a identidade regional e sobre a integração no sentido cultural e social. Além do debate teórico, houve o lançamento da Iniciativa Cultural do Mercosul, que intentava reunir projetos e ideias comuns. Algumas ações foram sugeridas a partir dessa iniciativa, como a generalização do ensino do espanhol e do português nas escolas, a implementação da livre circulação de bens e serviços culturais, o estabelecimento de prêmios que estimulem trabalhos intelectuais e artísticos na região, a realização de eventos sobre questões culturais e sociais entre os países do bloco.

O desejo de reformulação do documento da Ata de Fortaleza está associado à necessidade de se incluir novos temas no debate sobre cultura no bloco, como a proteção da diversidade cultural e a criação de mecanismos facilitadores da aproximação entre os países. A reforma da Ata de Fortaleza ocorreu na XXVI RMC, em 2008, por meio da Declaração Cultural do Mercosul Complementar à Ata de Fortaleza. O documento incorporou novas questões como a necessidade de criação de uma sede própria do Mercosul cultural e a preocupação pelo combate ao tráfico ilícito de bens histórico-culturais.

Na XXII Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul, 2005, Buenos Aires, os Ministros consideram que a cultura constitui um espaço privilegiado de entendimento entre nossos povos e estimam que o trabalho conjunto no campo cultural contribui para aprofundar o processo de integração regional que não deve ser detido. Portanto, presumem que, ante as eventuais vicissitudes, é necessário procurar uma agenda positiva que permita manter e desenvolver o MERCOSUL. Os Ministros enfatizam, ainda, a importância da adoção efetiva do Carimbo Cultural do MERCOSUL, entendido como uma forma de incentivar a livre circulação de bens e produtos culturais, assim como de conhecimentos, saberes e ideias que promovam a circulação da inovação e a criatividade.

Os Ministros ratificam seu compromisso com o início do processo de criação de Sistemas de Informação e Contas Satélite de Cultura e recomendam seu impulso, de maneira que se tenha a capacidade, ulteriormente, de ter uma visão comparativa da contribuição da cultura para a economia da região. Os Ministros acreditam que este programa pode consolidar metodologias compatíveis e uma linguagem comum que pode facilitar o diálogo e o conhecimento mútuo entre os países do bloco e, assim, colaborar com a definição de políticas públicas. Os Ministros reconhecem que com esse programa é possível construir políticas que possibilitariam ações regionais que fortaleceriam a economia da cultura regional.

Na XXIII Reunião dos Ministros de Cultura, realizada em 2006, na cidade do Rio de Janeiro, as partes manifestaram o desejo de que a cultura fosse reconhecida como força propulsora do desenvolvimento. Os Estados ainda reconhecem que o Estado exerce

protagonismo na busca de uma sociedade que tenha cada vez mais acesso aos processos culturais e a qualidade de vida. Os países ressaltam ainda a importância de estimular o intercâmbio no setor cultural, incentivando o fluxo de bens e serviços culturais, mas, também, de mão de obras e experiências “neste contexto, enfatizam a importância das políticas de valorização e afirmação dos idiomas indígenas e aqueles utilizados pelas comunidades afrodescendentes. Concordam com a proposta da Argentina no sentido de que os documentos elaborados no contexto do Mercosul Cultural levem em consideração as questões de gênero, evitando uma abordagem discriminatória no que se refere à participação da mulher em todos os processos envolvidos na integração da região”. (XXII RMC)

Os Ministros afirmam, ainda, que “conscientes do relevante valor das línguas no campo simbólico da cultura, os Ministros e Ministras propõem que seja levada às instâncias máximas do Mercosul a sugestão de incorporação do idioma Guaraní como uma das línguas oficiais do bloco, no marco da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.” Ocorreu, também, durante essa reunião o Lançamento da proposta de se criar as faixas de fronteira e corredores culturais. Na XXIV RMC, os Estados reconhecem a fronteira como espaço privilegiado de integração regional.

A sugestão de incorporação do idioma guarani às línguas oficiais do Mercosul vai ao encontro de uma série de reivindicações políticas por reconhecimento. Conforme anteriormente discutido, recentemente, a emergência de novos grupos e novas articulações propicia um maior destaque à agenda da diversidade cultural. A supressão histórica de um língua reflete a ausência de maneiras de nomear e classificar durante a construção da narrativa dos Estados da região. A questão sobre a unilateralidade do discursivo e a da posição de fala é abordada por vários autores, destaca-se Foucault¹² que afirma que em toda sociedade o discurso é controlado, organizado, selecionado e redistribuído seguindo uma série de procedimentos específicos, Said¹³ que entendeu que o orientalismo era um discurso produzido sobre o outro que é fruto do intercâmbio entre o poder político e o poder intelectual, o orientalismo é um discurso que tem uma pretensão de entendimento, mas

¹² Ver: FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 5ª edição: setembro de 1999

¹³ SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

também possui uma vontade de controlar e manipular , e Bhambra¹⁴ que discute sobre a inexistência do poder de fala entre os chamados grupos subalternos.

Não é possível analisar língua fora de seu contexto social de produção e circulação. A língua oficial está vinculada ao Estado, durante o processo de formação do Estado são criadas as condições para a formação de um mercado de bens simbólicos vinculado à língua homogênea. Com a constituição do Estado, a língua oficial torna-se o parâmetro com o qual as capacidades linguísticas individuais são comparadas. Para que uma língua oficial tenha eficácia é preciso que haja uma serie de intermediários, como os gramáticos, que possuem monopólio sobre a interpretação da lei linguística, e os professores, que são responsáveis pela imposição e controle da língua. (BOURDIEU, 1998)

Durante a história brasileira, a língua portuguesa nem sempre foi a mais falada de fato, durante o período colonial seu uso foi minoritário quando comparados à outros idiomas, como as línguas indígenas e a línguas geral. Além disso, existiam outras línguas europeias faladas no país, como o holandês. A língua geral era falada pela maior parte da população, era uma língua de contato entre diferentes etnias indígenas e entre indígenas e portugueses ou seus descendentes. O português, por sua vez, era o idioma utilizado nos documentos oficiais e empregado por aqueles ligados à administração colonial. (GUIMARÃES, 2005)

Com a expulsão dos holandeses do Brasil, a língua portuguesa não precisa mais concorrer com outra língua de Estado. A língua portuguesa concorre, nesse momento, principalmente com as línguas indígenas e as línguas africanas. O império português começa a empenhar-se em garantir que a língua portuguesa fosse a mais falada no Brasil. Para tanto, o Marquês de Pombal implementou o Diretório dos Índios(1757) que proibiu o uso da língua geral na colônia. Um outro marco importante é a vinda da família real portuguesa para o Brasil. A língua portuguesa adquire maior importância nesse contexto em virtude de que o Rio de Janeiro recebeu em torno de 15 mil portugueses e de que houve a criação da imprensa

¹⁴ Ver: BHAMBRA, Gurinder. Rethinking Modernity: postcolonialism and the sociological imagination. New York, Palgrave Macmillan, 2007

e da Biblioteca Nacional, o que garantiu instrumentos de circulação direta da língua. (GUIMARÃES, 2005) Um outro momento importante para a consolidação da língua portuguesa como língua hegemônica ocorreu durante o governo Vargas que buscou garantir que a língua portuguesa fosse a mais utilizada em colônia de descendentes de europeus no sul do país.

No documento analisado, os Ministros de Cultura do Mercosul reconheceram a importância das faixas de fronteira no processo de integração regional. As faixas de fronteiras apresentam características singulares em relação ao uso da língua. O estudo das línguas utilizadas nas faixas de fronteiras do Brasil geralmente são elaborados a partir da relação entre a língua portuguesa e a língua espanhola o que gera uma percepção estreita, pois desconsidera a história que essas duas línguas compartilharam com outras línguas, seja pela relação de convivência ou de conflito. O contato fronteiriço na bacia do rio Prata entre o Brasil, Argentina e Uruguai é uma exemplo de contato linguístico em que as línguas de Estado tiveram abundante relevância. (STURZA, 2005)

A partir do momento que se vai construindo limites geopolíticos entre os Estados nacionais criam-se fronteiras territoriais. A fronteira é um espaço estratégico para o Estado nacional, tanto do ponto de vista militar quanto político. Os espaços fronteiriços podem constituir-se como espaços de interconexões e interações. Um exemplo que mostra a densidade das interconexões nas fronteiras da bacia do Prata é a decisão do governo brasileiro e uruguaio de emissão de uma carteira de identidade de “fronteiriço” aos moradores que habitam a faixa fronteiriça. O contato das línguas portuguesa e espanhola na fronteira entre o Brasil e o Uruguai foi alvo de diversos estudos, como *Dialecto fronterizo en el Norte del Uruguay*(RONA,1965), *the sociolinguistics of the Brazilians-Uruguayan border*(HENSEY, 1972) e *Nós falemo brasileiro: dialectos portugueses en Uruguay*(ELIZAINCÍN, BARRIOS, BEHARES, 1987), esses trabalhos apontam para a significativa presença da língua portuguesa no norte do Uruguai, criando em alguns momentos uma língua fronteiriça ou portunhol. (STURZA, 2006)

A questão da linguagem é uma constante preocupação acadêmica e política. A atenção dada as línguas nos documentos do Mercosul é relevante pela própria pluralidade linguística presente no bloco. A linguagem é uma questão política que envolve demandas identitárias. Diversos países da América do Sul possuem políticas linguísticas que se atentam a língua como um elemento identitário e desse modo passaram a reconhecer línguas indígenas como línguas oficiais de Estado. A consideração de outras línguas como oficiais do Estado vai ao encontro de demandas de reconhecimento. A linguagem adquire ainda relevância para o bloco na medida em que a integração regional visa ao acréscimo das interdependências entre os nacionais dos países do bloco e logo surgem contatos linguísticos. Uma outra possibilidade de análise da questão da linguagem envolve as relações internacionais e as práticas discursivas dos atores oficiais autorizados, entendendo a linguagem como um componente essencial da prática discursiva e, desse modo, apresenta-se como um elemento fundamental das práticas diplomáticas e negociadores que envolvem o processo de integração regional. Recentemente, muitas abordagens de autores da área de relações internacionais discutem a influência da linguagem nas relações interestatais. Um exemplo de corrente que enfatiza a necessidade de análise da linguagem e do discurso é a tradição construtivista.

O trabalho dos teóricos da corrente conhecida como pós-estruturalista, em que se encontram autores como Jacques Derrida e Michel Foucault, teve grande importância devido a consideração da linguagem nos debates teóricos das ciências sociais e da filosofia. A teoria pós-estruturalista teve influência em diversas esferas das ciências sociais. Um contexto em que exerceu muita influência foi na abordagem construtivista das relações internacionais. A partir da análise das normas e das linguagens utilizadas no cenário internacional, a vertente construtivista modernista-linguística procurou dar grande foco na linguagem e na forma de construção do sistema internacional; nessa vertente o papel do discurso e da cultura apresentam-se como fontes de pesquisa.

O construtivismo surgiu, nas relações internacionais, como uma tentativa de aprimorar os dilemas desses teóricos. Essa corrente busca descrever a dinâmica, a contingências, e as condições culturais do mundo social. Apesar da grande diversidade entre

os autores construtivistas, é possível assinalar algumas premissas dessa abordagem. Todas as abordagens construtivistas convergem no entendimento de uma ontologia que entende o social como subjetivamente e coletivamente construído. Outra premissa é a consideração da existência de uma mútua constituição entre agente e estrutura. O construtivismo trouxe grandes contribuições ao considerar o conhecimento intersubjetivo e as ideias como geradores de efeitos constitutivos sobre a realidade social. (ADLER, 2002)

“when draw upon by individuals, the rules, norms and cause-effect understandings that make material objects meaning-ful become te source of peoples’s reasons, interests and intentional acts; when institutionalized, they become the source of international practices.”(ADLER, 2002:102)

Para a abordagem construtivista os conceitos de comunicação social e racionalidade prática são muito importantes, esses conceitos dependem da linguagem, que é considerada o veículo da difusão e institucionalização de ideias, e a condição necessária para a persistências de práticas institucionalizadas. Os autores construtivas trouxeram novos objetos empíricos ao centro da pesquisa nas relações internacionais. Pesquisas sobre as normas internacionais, as identidades, a redefinição do conceito de soberania e novos atores internacionais estiveram no centro da análise de autores construtivistas. (ADLER, 2002).

Na XXVII Reunião dos Ministros de Cultura, no Rio de Janeiro, em 2008, o tema da crise econômica aparece constantemente. Os países afirmam que apesar da existência de uma crise econômica internacional, é necessário manter e aumentar os esforços de cooperação na área cultural. As partes acatam a sugestão brasileira de realizar um seminário para a reflexão e debate sobre políticas comuns anti-cíclicas no âmbito cultural, diante da atual crise financeira mundial. Eles aceitam, ainda, a oferta argentina para que tal seminário se realize durante o primeiro semestre de 2009, em Buenos Aires, Sede do MERCOSUL Cultural. Os resultados deste encontro servirão como insumos para o Plano de Ação do MERCOSUL Cultural 2009-2012.

A crise financeira global iniciada nos Estados Unidos por volta de 2007 devido ao crescimento das taxas de inadimplência e pela proliferação de empréstimos de alto risco é uma preocupação constante dos Ministros de cultura do Mercosul. Pelas atas das reuniões é possível perceber um certo receio sobre os efeitos da crise na agenda da cultura no bloco. Teme-se que a crise afete as atividades e projetos e é constantemente ressaltado o desejo de dar prosseguimento aos projetos mesmo em época de crise.

A crise financeira que era originalmente local tomou grandes proporções devido à configuração do sistema financeiro atual que multiplicaram os riscos e os prejuízos entre uma gama extensa de instituições financeiras. A criação de um global shadow banking system, conjunto de instituições que operavam altamente alavancados e utilizando ativos pouco líquidos, agregou vulnerabilidade à economia, pois operavam pouco regulados e supervisionados (não tinham acesso à seguro de depósito, operações de redesconto e depósito compulsório no banco central) (CINTRA; FARHI, 2008)

A política de expansão do crédito de anos anteriores à crise e a desregulamentação do mercado financeiro são variáveis que contribuíram para a emergência da crise de 2008. Os efeitos da crise foram sentidos em diferentes escalas por todas as economias do mundo, seja desacelerando-as ou, até mesmo, colocando-as em recessão. A preocupação com os efeitos da crise e de possíveis políticas recessivas é justificada na medida em que o corte de recursos desencoraja a manutenção e a expansão de projetos culturais que estão associados ao Estado por meio de financiamentos. A pasta da cultura geralmente é uma agenda que tende a sofrer grandes restrições em períodos de austeridade.

Celso Furtado, em entrevista durante o I seminário da Universidade de São Paulo sobre “Novos Paradigmas para o Desenvolvimento” (2000), comenta a crise brasileira de desvalorização do real de 1999. Para ele, somente por meio da criatividade política é que se poderia resolver o problema. Furtado busca a solução pensando por meio da ideia de criatividade, desse modo o problema da cultura entra em forte contato com o problema da crise econômica. Para ele, a solução de crise deve passar por políticas de desenvolvimento que evidenciem claramente os fins almejados.

“Impõe-se formular a política de desenvolvimento a partir de uma explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais. A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura” (FURTADO, 2000:05)

Em relação ao tema da cooperação internacional e do desenvolvimento, é possível perceber que a teoria da modernização contribuiu com os estudos sobre o desenvolvimento ao se valer da dicotomia entre tradição e modernidade. Essa dicotomia inspirou a criação de outras categorias como a que difere os chamados países desenvolvidos dos países subdesenvolvidos. Com essa distinção, cria-se um norte aos países chamados de subdesenvolvidos, assim, dentro dessa perspectiva, os países subdesenvolvidos poderiam tentar seguir o exemplo dos países considerados desenvolvidos.

Considerando o contexto de pós-segunda guerra mundial, o tratamento indicado por muitas organizações internacionais ia ao encontro de uma perspectiva que entendia o problema do subdesenvolvimento como um problema de eficiência. Dentro dessa perspectiva, considerando o paradigma da objetividade e da escassez, a solução viria por meio da introdução de técnicas de produção e gestão. Desse modo, cabia as organizações financeiras, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral de Tarifas(GATT-47), a função de prover créditos para o financiamento da infraestrutura e, ainda, amenizar problemas decorrentes da falta de equilíbrio nas contas externas. A ONU e suas agências, por sua vez, seriam responsáveis por atuar nas áreas de saúde, educação, alimentação, entre outras.

A constituição de um Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento também é um aspecto importante da ordem do pós-guerra. O sistema de cooperação inicia-

se a partir da ajuda destinada à reconstrução da Europa no pós-guerra, por meio do Plano Marshall. Outros exemplos de planos de assistência também ocorreram como a Aliança para o Progresso, direcionado à América Latina, e o Plano Colombo, voltado ao sudeste asiático. A institucionalização das relações entre os chamados “países do norte” e “países do sul” ocorreu por meio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE). Essa dicotomia entre países do norte e países do sul apresenta grande semelhança entre a dicotomia desenvolvidos e subdesenvolvidos que é herdeira da tradição da teoria da modernização.

Durante as décadas de 70 e 80, o debate sobre o desenvolvimento no interior das organizações internacionais tem a sua perspectiva alterada. Aumenta-se a crítica a concepções desenvolvimentistas que pregavam a maior participação do Estado na economia, e, ainda, é possível observar a reafirmação das teorias clássicas econômicas. Os princípios do liberalismo político, como direitos, liberdade e justiça, também se fazem presentes. O debate se direciona para inserção da pobreza na temática do desenvolvimento, logo há uma elevação da importância da necessidade de se mensurar e classificar os indicadores da pobreza. Além do debate sobre a pobreza, o tema dos modos de regulação sofre alterações, a ideia de boa governança adquire importância notória. O que estava na agenda, nesse momento, é a atuação conjunta entre o Estado e o Mercado, por meio de parcerias. O tema da Cooperação internacional também passa por alterações no período. As concepções de eficiência e eficácia adquirem importância e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio passam a orientar as ajudas oficiais. Um outro aspecto importante que altera as formas de cooperação internacional é uma guinada do sistema internacional em direção a uma ordem mais multipolar, a maior presença geopolítica de atores como o Brasil, México, China, África do Sul, Índia entre outros influenciou no surgimento de formas de cooperação entre os países do sul. (KRAYCHETE, 2012)

A partir de 1993, é possível observar que a política externa brasileira procurou se aproximar de potências consideradas de médio porte, como a Índia, China, África do Sul. O Brasil buscou concretizar acordos comerciais com outros países e blocos por intermédio do Mercosul. (SARAIVA, 2007) Um exemplo dessa atuação é a aproximação com a China. Em

1993, o Brasil e a China elevaram o diálogo político a denominação de parceria estratégica, houve aumento da cooperação técnico-científica, um exemplo é o projeto CBRES (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), e, ainda, atuação conjunta em vários foros internacionais como o G-20 e o BRICS. O Brasil buscou se aproximar de outros países como a África do Sul e a Índia tanto bilateralmente, como com a criação de coalizões multilaterais.

Durante a gestão de Fernando Henrique, houve uma maior atenção à política regional. Tradicionalmente, o Brasil defendia uma postura menos intervencionista no que diz respeito a política regional; O ex-presidente buscou alavancar sua liderança local a partir do binômio segurança e estabilidade democrática, para tanto atuou como mediador em situações de crises. Com o governo Lula, essa vertente da atuação externa do governo FHC é intensificada, buscou-se construir uma liderança local em que se procurou articular as concepções de segurança regional, democracia, integração regional e desenvolvimento. (SARAIVA, 2007)

Durante a XXXI RMC, realizada em 2010 na cidade do Rio de Janeiro, os países do bloco demonstraram interesse em aprofundar o conhecimento sobre o programa brasileiro, Pontos de Cultura, procurando estabelecer meios para adaptação dos programas às realidades locais. Pontos de Cultura é um programa realizado pelo Ministério da Cultura do Brasil e implementado por entidades estatais e organizações não governamentais. O programa abrange mais de mil cidades espalhadas por todas as regiões do país.

Considerações finais

O Mercosul se apresenta como um espaço regional de tremenda importância para o Brasil. Além das trocas econômicas e dos possíveis ganhos negociadores que a integração possa gerar, o Mercosul atua também na área cultural. As organizações internacionais emergiram na história recente, além de outras funções, como espaços responsáveis pela normatização de regras à respeito da cultura e das políticas culturais. O Mercosul, contudo, também procura expressar os valores e entendimentos comuns sobre a importância da cultura na atualidade. O objetivo desse trabalho foi identificar e debater quais são as principais questões abordadas no âmbito do Mercosul na área cultural. O trabalho buscou discutir as

questões mais importantes abordadas nas atas de reuniões dos Ministros de Cultura do Mercosul. Foi possível por meio dessa análise apontar as principais preocupações do Mercosul no que diz respeito à área da cultura. O objetivo do trabalho foi discutir os principais temas abordados pelos ministros e, assim, tentar contribuir para a análise das principais questões contemporâneas sobre cultura no Mercosul.

Foi possível identificar diversos temas tratados pelos ministros de cultura dos países membros como a diversidade cultural, o desenvolvimento, as políticas culturais e a crise econômica. O trabalho foi dividido em tópicos onde foram discutidos por meio de autores que abordam os temas mencionados nos documentos. O recorte temporal da amostra da pesquisa proporcionou uma visão de como a cultura é abordado no Mercosul durante a história recente. A escolha do período compreendido entre os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula visava salientar as possíveis diferenças e semelhanças entre eles. Foi possível perceber a inserção temporal de novas temáticas e discussões. Como por exemplo uma maior presença das questões relacionadas à economia cultural e à economia criativa nos últimos anos do recorte escolhido.

Entender a cultura como um recurso foi imprescindível para a realização do trabalho, uma vez que essa abordagem permite entender a cultura a partir de um leque amplo de possibilidades. Os documentos, assim como a concepção de cultura como recurso, apresentam interpretações variadas sobre a cultura. Entendendo a cultura de forma mais ampla, como um estoque de tradições nacionais, os documentos apontaram para a necessidade de preocupar-se com as fronteiras, as intersecções e os contatos entre as tradições nacionais distintas, e, desse modo, atentar para as possibilidades de intensificar o intercâmbio e as interconexões entre os países.

Os documentos analisados ressaltam, ainda, o papel que o Estado ocupa na atualidade em relação à produção cultural. Assim, é possível identificar nessa concepção de cultura a necessidade de se contribuir para o crescimento do ciclo da produção simbólica. Além da necessidade de se incentivar a produção simbólica, o Estado assume protagonismo em

relação aos direitos culturais, seja de forma ativa, com a garantia ao acesso de bens culturais, seja de forma passiva, ao respeitar as diversas tradições e formas de experimentar a cultura. Ademais, é reconhecida as externalidades positivas advindas desses bens, assim como é exposto a essencialidades dos bens simbólicos para o desenvolvimento humano.

A questão do desenvolvimento foi interpretado a partir da contribuição de Celso Furtado, compreendendo o desenvolvimento como uma característica humana que permite sua transformação. Ao entender desenvolvimento a partir dessa ótica, a questão da cultura ganha centralidade. A produção de bens simbólicos está vinculada à própria criatividade humana. Essa concepção de desenvolvimento é interessante por não apresentar um caráter evolutivo e por focar na aptidão humana de adaptação e inovação. No Mercosul, a temática do desenvolvimento e da cultura sempre estiveram entrelaçadas devido ao reconhecimento da importância da dimensão do desenvolvimento humano. Dentro da interpretação de desenvolvimento como desenvolvimento humano a cultura torna-se um imperativo. A cultura torna-se um elemento essencial para o desenvolvimento na medida em que estabelece os fins últimos que podem variar entre os diferentes grupos que compõe uma sociedade.

As demandas por reconhecimento adquiriram um papel central na atualidade. Essas demandas se relacionam com o desejo de diversos grupos de terem seus direitos culturais garantidos. Além disso, esses grupos buscam reformular as narrativas oficiais para se fomentar a inclusão de novos pontos de vista e perspectivas. O tema da diversidade e do reconhecimento é uma constante nos documentos. O tema da diversidade aparece repetidamente não apenas devido as reivindicações desses grupos, mas também pela própria constituição plurinacional do bloco.

O tema da globalização é um aspecto recorrente nos documento analisados, a preocupação com a globalização não se resume apenas ao debate sobre as consequências da globalização econômica, mas aborda também a globalização e a transnacionalização de bens, redes e intermediários culturais. A atenção volta-se, então, para a formulação de formas de

estimular a produção simbólica e para a elaboração de instrumentos que permite proteger as produções regionais frente à concorrência exterior.

Com a análise da globalização, o tema sobre o cruzamento entre as concepções de cultura e economia ganha destaque. Isso ocorre devido a atenção destinada aos modos de produção, difusão e recepção culturais. Porém, a concepção de desenvolvimento torna-se mais relevante para entender esse entrelaçamento do que a noção de globalização. O desenvolvimento entendido como aptidão humana que permite a adaptação e a transformação, desentrou a criatividade como um elemento essencial para a existência e reprodução da vida humana. *Grosso modo*, a capacidade inventiva permite o relacionamento entre cultura e economia visto que, por um lado, a produção econômica necessita cada vez mais da criatividade e da produção simbólica, por outro, a produção simbólica historicamente se inseriu dentro do mercado, permitindo a criação de um mercado de bens simbólicos.

Esse trabalho consistiu em uma análise e uma discussão sobre os principais temas abordados nas reuniões dos ministros de cultura do Mercosul. Acredito que ele possa ser útil para melhor se entender a esfera cultural no bloco e para compreender melhor a associação entre cultura, desenvolvimento e integração no Mercosul. Esse trabalho pode ser proveitoso para outros trabalhos que abordem a questão cultural no Mercosul, pois a análise realizada pode ser útil para se identificar possíveis correlações e associações entre os temas abordados.

O estudo realizado pode contribuir ainda com a identificação de possíveis semelhanças e diferenças nas formas de abordar a cultura em relação a outros processos de integração regional. É provável que outros blocos regionais debatam a cultura de forma diferenciada ou mesmo não a façam, desse modo, o trabalho pode contribuir como forma de identificar o tratamento dado à esfera cultural no Mercosul.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. *A ação política dos intelectuais do ISEB*. In. Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro- Revan, 2005

ADLER, Emanuel. *Constructivism and International Relations*. In Handbook of International Relations. CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth (ORG). London : sage, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; CHALOULT, Yves. *Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica*. Notas, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Uma História do Mercosul: do nascimento à crise*. Revista espaço acadêmico. Nº 119. Abril de 2011.

AMORIM, Celso. *Política Externa Brasileira no Governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral*. Rev. Bras. Pol. Int.. Vol.53. no. Spe. Brasília dec. 2010.

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo. Ática, 1989.

ASSMANN, Aleida. *Transformations between History and Memory*. Social Research: an International Quartely, Volume 75, Number 1, Spring 2008.

BARTH, Fedrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria 2000.

BÉJAR, Helena. *La sociologia de Norbert Elias: las cadenas del miedo*. REIS nº 56, octubre-diciembre, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. Legisladores e Intérpretes. Jorge Zahar. 2010.

BERNAL-MERZA, Raúl. *Argentina y Brasil en la política internacional: regionalismo y Mercosul (estrategias, cooperación y factores de tensión)*. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 154-178 [2008]

BHABHA, Homi K. *Narrating the Nation*. In. Nation and Narration. BHABHA, Homi(ORG). Roudledge, London, 1990.

_____. O Local da Cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenco de Lima Reis, Gláucia Renate Goncalves. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.

BISWARO, Joram Mukama. The Quest for Regional Integration in Africa, Latin America and Beyond in the Twenty First Century: Experience, Progress and Prospects. Brasília: Fundacao Alexandre de Gusmao, 2011.

BOLTANSKI, Luc. El amor y la Justicia como competencias: três ensayos de sociologia de la acción. 2001

BOTELHO, I. (2001). *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol.15, n. 2.

BOURDIEU, Pierre. *As condições sociais da circulação internacional das ideias*. Tradução de Fernanda Abreu. ENFOQUES- revista eletrônica- RJ- vol.1. n°1. 2002.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo : Perspectiva, 2005

_____. A Economia das Trocas Linguísticas. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CALDAS, Ricardo. O Brasil e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Brasília: Thesaurus, 2000.

CAMARGO, Silvio. *Axel Honneth e o legado da teoria crítica*. Política e trabalho, Revista de Ciências Sociais n°24 abril de 2006 p-123-138.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editroa UFRJ, 1999.

_____. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos*. Rev. Bras. Polít. Int. 48(I): 178-213. 2005.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2009

CERVO, Amado. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2002.

CIMADAMORE, Alberto D. *Crisis e instituciones: hacia el Mercosur del siglo XXI*. In: Los Rostros del Mercosur: El difícil caminho de lo comercial a lo societal. DE SIERRA, Gerónimo(ORG). Buenos Aires: CLACSO, abril de 2001.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse. *A Crise Financeira e o Global Shadow Banking System*. Novos Estudos. 02 de Novembro de 2009.

CORKIN, Lucy Jane. *China's rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations*. Rev. Bras. Polít. Int. 57(special edition) 49-72. 2014

COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. *Indicadores e análise multidimensional do processo de integração do Cone Sul*. Rev. Bras. Pol. Int. 51(2) : 98-116. [2008]

DANTAS, Daniel F. S. Mangabeira. *A Singularização das Relações Brasil-União Europeia (1960-2010)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais. 2011.

DEJEAN, Joan. Antigos contra modernos. Civilização Brasileira. 2005.

DUARTE, Paulo. *Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa*. CONTEXTO INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, vol.34, no 2. Julho/dezembro 2012.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Estabelecidos e Outsiders: a sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Language and Power. London. Longman, 1989.

FAJARDO, María Esther Morales. *Un repaso a la regionalización y el regionalismo: los primeros procesos de integración regional en América Latina*. CONfines 3/6 agosto-diciembre, 2007

FARIAS, Edson. *Cultura e Desenvolvimento numa Era de Políticas de Significado*. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Bahia. 2014.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-modernismo. São Paulo. Studio Nobel. 1995.

FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos. *A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural*. IN A Globalização e as Ciências Sociais. SANTOS, Boaventura de Sousa (ORG) – 2 ed- São Paulo- Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1986.
_____. A Ordem do Discurso. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 5º edição: setembro de 1999.

FUKUYAMA, Francis. *The End of the History?*. The national interest, Summer 1989.

FREITAS, Lucas Belmino. *Mudanças das políticas culturais no Brasil: da modernidade à pós-modernidade*. Primeiros Estudos, São Paulo, n. 5, p. 39-58, 2013

FURTADO, Celso. *A política cultural deve liberar as formas criativas da sociedade. Entrevista a Hélene Riviere d'arc e Hélene Le Doaré, 1987*. In. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. FURTADO, Rosa Freire(ORG). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

_____. Criatividade e Dependência na Civilização Industrial. Editora Paz e Terra. RJ. 1978

_____. Dialética do Desenvolvimento. Editora Fundo de Cultura S.A. 1964.

_____. Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar. Companhia Editora Nacional. SP. 1980.

_____. *Reflexões sobre a Crise Brasileira*. Revista de Economia Política, vol. 20, nº 4(80), outubro-dezembro/2000.

GARCIA, Eugenio Vargas Entre a América e a Europa: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2006.

GETINO, Octavio. *Argentina: introducción a la dimensión económica y social de las industrias culturales*. IN: Indústrias Culturais no Mercosul. ÁLVAREZ, Gabriel O. (ORG). Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

GOES, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileira extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: IPRI, 1991.

- GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO, Maurício Carvalho. *Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas*. CEBRI. Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Dossiê, volume 2- ano 2- 2013
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 200
- GUIMARÃES, Eduardo. *A Língua Portuguesa no Brasil*. Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005
- GUIMARÃES, Samuel. *Globalização, guerra e violência*. In A Crise do Estado-Nação.
- NOVAES, Adauto(ORG). Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2003.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La guardiã Resende ... (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. Edições Loyola, Sao paulo, Brasil, 199
- HARVEY, Edwin R. Relaciones Culturales Internacionales en Iberoamérica y el Mundo. Sociedad Estatal Quinto Centenario. Madrid. 1991.
- HESMONDHALGH, David; PRATT, Andy C. *Cultural Industries and Cultural Policy*. International journal of cultural policy, 11 (1). pp. 1-14.
- HIRST, Monica. *La dimensión política del Mercosur. Actores, Politización y Ideología*. In: Estudos Avançados 10(27), 1996
- HONNETH, Axel. A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2003. _____ . *Reconhecimento entre estados: sobre a base moral das relações internacionais*. Civitas. Porto Alegre. V.10. N°1. p-134-152. 2010.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations?*. Foreign Affairs, vol.72. n°3(Summer, 1993)pp.22-49.
- INGLEHART, Ronald. Modernização, Mudança Cultural E Democracia: A Sequência do Desenvolvimento Humano. SAO PAULO: FRANCIS , 2005
- IVO, Anete B.L. *O Paradigma do Desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento*. CADERNO CRH, Salvador, V.25, n. 65. P. 187-2010 Maio/Agosto. 2012
- JELIN, Elizabeth. *Diálogos, encuentros y desencuentros: los movimientos sociales en el Mercosur*. Cuadernos para el debate. N° 10. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Argentina/ides/20110524125738/Debate10_EJelin.pdf

KAUARK, Giuliana. *O Ministério da Cultura e a Convenção sobre a Diversidade Cultural*. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. III ENECULT Salvador, BA. 2010.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. *Desenvolvimento e Cooperação Internacional*. CADERNO CRH, Salvador, V.25, n. 65. Maio/Agosto. 2012

KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas Teorias sobre o Mundo contemporâneo. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 1997.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *A Política externa do governo FHC: continuidade e renovação*. Rev. Bras. Polít Int. 42 (2): 5-17. 1998

LIMA, Maria Regina Soares de. *Autonomia, Não-indiferença e Pragmatismo: vetores conceituais da política exterior*. RBCE – Revista Brasileira de Comércio Exterior. Nº 83. Abril-junho. 2005

MACHUCA, Jesús Antonio. *Percepciones de la cultura em la posmodernidad*. Alteridades, 1998. 8(16) págs, 27-41/

MAGALHÃES, Izabel. *Introdução: a análise de discurso crítica*. D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 21. Especial. 2005, 1-9.

MALAUD, Andrés. *Presidential Diplomacy and the Institutional underpinnings of Mercosur: an empirical examination*. Latin American Research Review, vol. 40, No. 1, February 2005.

MARKWALD, Ricardo Andrés. *Política Externa Comercial do Governo Lula: o caso do Mercosul*. RBCE – Revista Brasileira de Comércio Exterior. Nº 83. Abril-junho. 2005

MATTERLART, A. & MATTERLART, M. História das teorias da comunicação. São Paulo Loyola. 1999.

MATO, Daniel. *Des-fetichizar la “globalización”: basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones, mostrar la complejidad y las prácticas de los actores*. Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en Tiempos de Globalización-2, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y UNESCO, 2001; pags.: 147-178

_____. *Redes de “think tanks”, fundaciones, empresarios, dirigentes sociales, economistas, periodistas y otros profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales a escala mundial*. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 131-153

MIGUEZ, Paulo. *Economia Criativa: uma discussão preliminar*. IN. Teorias & Políticas da Cultura: visões multidisciplinares. NUSSBAUMER, Gisele Marchiori(ORG). EDUFBA, Salvador, 2007.

MATOS, Ralfo. *Aglomeraciones Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil*. In. XII Encontro Nacional de estudos Populacionais da ABEP, 2000. Caxambu- G Anais. 2000.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; Leitão, Natália. *Bridge over trouble Waters: Brasil, Mercosul e União Europeia(1980-2008)*. In: MARTINS, Estevao; SARAIVA, Miriam. Brasil-União Europeia-América do Sul: anos 2010-2020. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MONIZ BANDEIRA, L.A. *As Relações Regionais no Cone Sul: iniciativas de integração*. In. História do Cone Sul. CERVO, Amado; RAPOPORT(ORG). Revan, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil(1930/1992). São Paulo: Ensaio, 1993.

NÉGRIER, Emmanuel. *Las políticas Culturales en Francia y España*. Institut de Ciències Polítiques i socials (ICPS) 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; Messari, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

NYE, Joseph. *Soft Power*. Foreign Policy, nº80. Twentieth anniversary, 1990. 153-171

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. Power and Interdependence. Longman, 2001.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes. Mercosul e Política. São Paulo. 2001

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *Intelectuais, política e cultura na formação do ISEB*. In. Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro- Revan, 2005.

PEREIRA, Celso de Tarso; COSTA, Valéria Mendes; ARAUJO, Leandro Rocha. *100 Casos na OMC: a experiência brasileira em solução de controvérsias*. Política Externa. Vol.20 n0 4. MAR/ABR/ MAIO. 2012

PERRONE-MOÍSES, Leyla. *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PITOMBO, Mariella. *Estado, Mercado e Sociedade Civil no processo da Convenção da UNESCO*. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. III ENECULT Salvador, BA. 2010

_____. *Narrativas tecidas, novas metafísicas: o papel das agências multilaterais na produção de sentido para a esfera cultural*. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. VI ENECULT. Salvador, BA. 2007.

QUINTANEIRO, Tânia. *The concept of figuration and configuration in Norbert Elias's sociological theory*. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.54-69, 2004.

RENAN, Ernest. *What is the Nation?*. In. Nation and Narration. BHABHA, Homi(ORG). Roudledge, London, 1990.

REVELEZ, Lincoln Bizzozeiro. *Mercosul: agenda de temas y debate de ideias en la segunda década del siglo XXI*. Boletim Meridiano 47 vol.14, n.135, jan-fev, 2013.

RIBEIRO, Edgard Telles. Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o Pensamento Social Brasileiro*. In A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado. Organizadores: LIMA, Marcos; DAVID, Maurício. Verbena Editora LTDA. Goiás. 2008.

RODRÍGUEZ, Octavio. *Furtado e a Renovação da Agenda do Desenvolvimento*. In Celso Furtado e o Século XXI. Organizadores SABOIA, João; DE CARVALHO, Fernando J. Cardim. Manole. SP, 2007

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas Culturais entre o possível e o impossível*. II ENECULT. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006, Salvador- Bahia.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. *Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano*. In: CONVÊNIO

ANDRÉS BELLO. Siete cátedras para la integración. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170.

SAID, Edward. Invention, Memory and Place. *Critical Inquiry*. Vol. 26. No 2. Winter, 2000.

_____. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, Silviano. *Vanguarda: Um Conceito e Possivelmente um Método*. IN: ÁVILA, Afonso. O Modernismo (Org.). 2ª edição. São Paulo. 2002.

SANTOS, Luís Cláudio Villafane g. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. *Rev. Bras. Polít. Int.* 48(2). 2005

SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARAIVA, Miriam Gomes. *As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007*. *Rev. Bras. Polít. Int.* 50(2): 23-59 (2007)

STONE, Diana. *Introduction: Global knowledge and advocacy networks*. *Global Networks* 2, 1 (2002) 1–11. ISSN 1470–2266

STURZA, Eliana Rosa. *Línguas de Fronteira e Política de Línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campina, Instituto de Estudos da Linguagem. 2006.

_____. *Línguas de Fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras*. *Cienc. Cult.* vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005

TAYLOR, Charles. El multiculturalismo y la política del reconocimiento. Princeton University Press, 1993.

TAVOLARO, Sérgio B. *Para além de uma cidadania brasileira: uma consideração crítica da produção sociológica nacional*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 95-120, fev. 200

TORRES, César Augusto Bermúdez. *Proyectos de integración en América Latina durante el siglo XX: el Mercosul y el sueño que continúa vigente*. En *Desafios*, vol.22, no 2. Universidad del Rosario. Bogotá.pp 349-390.

URRY, John. O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Novel: SESC, 2001.

VALENÇA, Marcelo M.; CARVALHO Gustavo. *Soft Power, Hard Aspirations: the shifting role of power in Brazilian Foreign Policy*. *Journal of the Brazilian Political Science Association*. 2014. 8(3)

VARGAS, Everton Vieira. *Átomos na Integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul*. *Rev. Bras. Polít. Int.* 40 (1): 41-74 [1997].

VAZ, Alcides. Cooperação, Integração e Processo Negociador: a construção do Mercosul. Brasília. IBRI, 2002

VAZ, Alcides; FIGUEIRA, Marcos Aurélio Belmont. *A agenda não-econômica do Mercosul: aportes para a integração?* Centro Brasileiro de Relações Internacionais. CEBRI. Fevereiro, 2006.

VEIGA, Pedro da Motta. *A Política Comercial do Governo Lula: continuidade e inflexão*. RBCE – Revista Brasileira de Comércio Exterior. Nº 83. Abril-Junho. 2005

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. *A Política Externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração*. Tempo Social-usp. 2003.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. *Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes*. *Rev. Bras.Polít. Int.* 54(2) 70-96. 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *De FHC a Lula: uma década de política Externa (1995, 2005)*. Civitas. Porto Alegre. V.5. n.2. jul-dez. 2005

_____. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. 3.ed São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Cultures in Conflict? Who are we? Who are the others?* *Journal of the Interdisciplinary Crossroads* Vol. 1, No. 3 (December, 2004), pp. 505–521

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1963..

_____. Política como vocação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

YÚDICE, George. A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004